

Revista **a**

EVOLUÇÃO

Ano III - nº 28 - Maio/2022

ISSN 2675-2573

**A educação
por quem
a vive.**



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 28 - Maio de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andréia Fernandes de Souza

Vilma Maria da Silva

Organização:

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Ana Paula Brito Paixão

Anna Caroliny Lima Kecek Ruiz

Bruna Dias Campos

Fabiana Lemes da Silva

Ivan Aparecido da Silva

José Aparecido Santana

Marcia Muniz Brilhante de Toledo

Mônica Lara Marsura

Quitéria Maria da Silva Barros

Thais Fidelis de Paula Silva

Terezinha Joana Camilo

Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.28>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 28 (maio 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

86 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Ma. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda. Cleia Teixeira da Silva

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuefrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

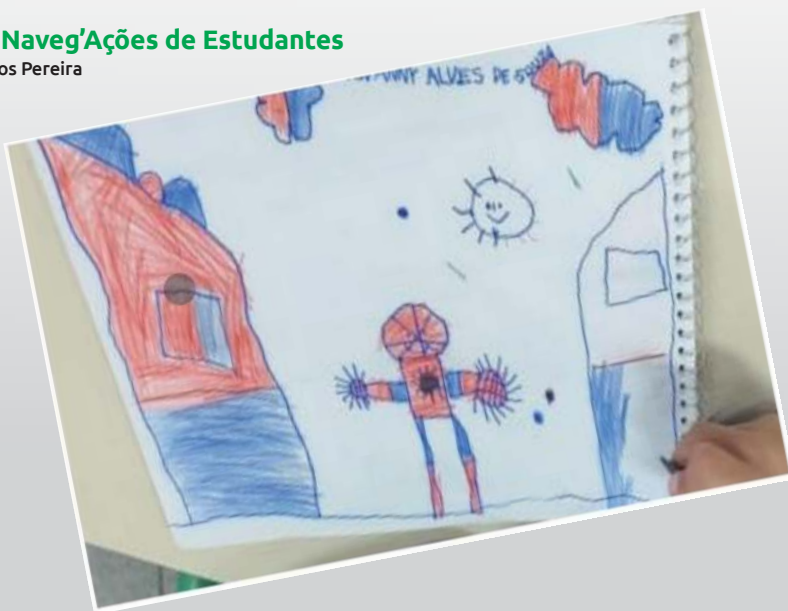
Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza



COLUNA

6 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DAS SALAS DE LEITURA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES
Ana Paula Brito Paixão 9
2. A RELEVÂNCIA DA ARTE NOS ANOS INICIAIS
Anna Caroliny Lima Kecek Ruiz 15
3. A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA
Bruna Dias Campos 23
4. RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A AFETIVIDADE
Fabiana Lemes da Silva 29
5. A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Ivan Aparecido da Silva 37
6. REFLEXÕES SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
José Aparecido Santana 43
7. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E A ARTE PARA A MELHOR IDADE
Marcia Muniz Brilhante de Toledo 49
8. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Mônica Iara Marsura 55
9. O CORPO E O MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Quitéria Maria da Silva Barros 61
10. ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI
Terezinha Joana Camilo 67
11. A CONTRIBUIÇÃO DO DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Thais Fidelis de Paula Silva 73
12. TEA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
Viviane de Cássia Araujo 81

Viver em sociedade requer uma dose de esperança em relação aos tamanhos desafios que vivemos. Para além disso há que se ter intervenções, sejam elas educacionais, saúde e segurança que possam dar subsídios para que qualquer pessoa tenha seus direitos básicos atendidos. Nisso percebemos o papel do Estado como sendo o mediador para que esse apoio aconteça.

Pensar em como a educação pode contribuir para a quebra de paradigmas sociais se faz necessário o tempo todo. na educação temos a chance de proporcionar vivências diversas, das quais muitas vezes as famílias não têm condições de garantir o acesso. música, arte, leitura nos fazem sentir o indizível, como diria Rilke. neste cenário a afetividade tem relevância para qualquer público sejam crianças, adolescentes, adultos, idosos ou pessoas com alguma deficiência.

O acolhimento feito nas instituições educacionais afeta, e muito, a relação de parceria entre a equipe docente e os familiares. Entender e acionar os dispositivos legais para intervir nas dificuldades de cada estudante atendido torna o espaço escolar essencial na vida das pessoas.

Esse olhar diferente, que se constrói na relação com o outro, pode transformar situações nas quais não tenhamos que presenciar notícias tão revoltantes como essas dos últimos dias que nos mostram o quanto a humanidade parece ver na tortura e na morte de inocentes o caminho para um mundo sem conflitos, quando na verdade são os conflitos que nos fazem discutir, refletir e chegar aos momentos de consenso.

que a educação nos traga algum tipo de alívio imediato. Boa leitura!



Profª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

Licenciada em Artes Visuais, Pedagogia e Matemática. Doutora pela (UNIFESP). Professora Nota Dez em 2015 (VICTOR CIVITA). Professora dos anos iniciais na rede pública estadual e municipal de São Paulo.



VOU SAIR POR AI DESENHANDO O MUNDO: REALIDADES PARALELAS QUE SE LANÇAM NA MATÉRIA/DESENHO

Pulando no contorno das formas geometrizadas da cidade, salvando vidas e encontrando possibilidades de se fazer histórias; lá está um dos super-heróis muito aclamado pelos pequenos que assistem, apreciam e internalizam as aventuras do Homem que também é aranha. Tornando-se um interagente-corpóreo, como diria Pereira (2022), a produção escolhida pelo estudante da obra selecionada abaixo traça diálogos e convida o corpo do pequeno infante a agir, dessa vez, na aula de Arte, no devir do desenho pintado.



Detidamente, olhando a produção, lá está o super-herói, com suas cores fortes, entre azul e vermelho, com formas que convocam o imaginário a agir, para evocar as imagens da infância, sejam elas do leitor imagético ou do próprio pequeno artista que a criou, em uma conformação que transita entre o real e o impalpável. Pular por aí como se voasse, jogando e se segurando em teias de aranha... a sensação pode ser tão boa quanto o desenhar desejoso de viver em uma realidade não fisicalizada, materializada.

Para Pereira (2022), a obra audiovisual, seja uma animação seriada ou não, ou um filme simples ou de grande produção, se torna um interagente corpóreo quando;

(...) ela, na sua mais clara relação e acepção da palavra, interage com esse corpo e o faz agir, chegando ao ato de se apropriar e de criar... O corpo do espectador se mistura na obra, e a obra se perde em sua existência enquanto humano racional/irracional, devaneador, sonhador (PEREIRA, 2022, p.104).

Sair por aí desenhando o mundo... Qual mundo? Você escolhe.



REFERÊNCIAS:

. O cérebro animado da criança: a animação Naruto enquanto conceito prático de Interagente-corpóreo na escola. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE*, v. 8, p. 101-119, 2022.

Isac dos Santos Pereira

Doutorando e Mestre em Comunicação audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM com pesquisa sobre Naruto na sala de aula. Especialista em Arte/Educação: teoria e prática, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. Especialista em Neurociências Aplicada à Educação pela Universidade Anhembi Morumbi -UAM. Licenciado em Artes visuais pela Faculdade Paulista de Arte -FPA. Professor atuante de Arte no Ensino Fundamental I da rede Municipal de São Paulo, na Emef Paulo Setúbal.
E-mail: mailto: isacsantos02@hotmail.com



Revista Primeira Evolução

Mensal - Digital - Legal - Acessível

Sua participação financia livros e projetos educacionais e culturais.



Edições
Livro Alternativo

... de professores(as) para Professores(as)

www.primeiraevolucao.com.br

A IMPORTÂNCIA DAS SALAS DE LEITURA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES

ANA PAULA BRITO PAIXÃO

RESUMO: A importância da sala de leitura para a formação de um cidadão leitor como possibilidade de acesso à informação para viver na sociedade do conhecimento é extremamente necessária. A globalização modifica a cada dia a vida da população e para sobreviver nesse contexto se faz necessário o domínio da leitura e da escrita. Porém, no Brasil a Educação ainda apresenta lacunas. São inúmeros os problemas enfrentados, como o analfabetismo funcional, a má qualidade do ensino, a falta de acesso às bibliotecas, a falta de estímulo à leitura, entre outros motivos que atrapalham o desenvolvimento das competências leitora e escritora. Assim, a presente pesquisa teve por objetivo discutir sobre a utilidade das salas de leitura no sentido de desenvolver o hábito e o gosto pela leitura nos estudantes. Para isso, foi utilizada metodologia qualitativa a partir de levantamento bibliográfico, trazendo a opinião de diversos autores acerca do tema em questão. Os resultados indicaram que são necessárias ações não só governamentais, mas também por parte das escolas a fim de fomentar a leitura e a escrita e contribuir para formar cidadãos mais críticos.

Palavras-chave: Aprendizagens. Desenvolvimento. Leitura e Escrita. Oficinas. Projetos.

INTRODUÇÃO

A importância da sala de leitura para a formação de um cidadão leitor como possibilidade de acesso à informação para viver na sociedade do conhecimento é extremamente necessária. A globalização como um todo modifica a cada dia a sociedade e para sobreviver nesse contexto se faz necessário o domínio da leitura e da escrita.

A leitura enquanto formadora de conhecimento pode ser considerada como um fator contra a alienação social, pois, quando os indivíduos têm acesso às informações, aprendem a pensar por si mesmos, tornando-se livres para poder reivindicar seus direitos.

Porém, no Brasil, a Educação, ainda apresenta muitas lacunas. São inúmeros os problemas enfrentados, como o analfabetismo funcional, a má qualidade do ensino, a falta de acesso às bibliotecas, a falta de estímulo à leitura, entre outros motivos que atrapalham o desenvolvimento das competências leitora e escritora.

Apesar disso, o país conseguiu reduzir os números do analfabetismo: em 1991, a taxa de analfabetos com mais de 15 anos de idade era de 19,7%, enquanto que no ano de 2017 esse número foi reduzido para 7,2% conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Do ponto de vista educacional, o presente artigo se justifica pelo fato de que os profissionais da área da educação juntamente com os bibliotecários devem desenvolver um trabalho efetivo de modo a contribuir para a diminuição do analfabetismo funcional, incentivando o prazer e o gosto pela leitura.

Assim, a presente pesquisa foi concebida a partir de revisão bibliográfica, a fim de investigar como a contação de histórias nas salas de leitura podem auxiliar na promoção das competências leitora e escritora.

LEITURA E ESCRITA

A prática da leitura e da escrita fazem parte da vida do ser humano e são essenciais para o convívio em sociedade, visto que podemos intervir na mesma. Segundo Góes (1984) o desenvolvimento do hábito da leitura leva ao aprofundamento de conhecimentos intrínsecos que permitem aos seres humanos uma maior apropriação do mundo real.

Desta forma:

Saber ler e escrever, já entre gregos e romanos, significava possuir as bases de uma educação adequada para a vida, educação essa que visava não só ao desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais, como das aptidões físicas, possibilitando ao cidadão integrar-se efetivamente à sociedade, no caso à classe dos senhores livres. (MARTINS, 2012, p. 22)

O autor afirma ainda que: "se o conceito de leitura está geralmente restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto, liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio e atuações social, política, econômica e cultural". (MARTINS, 2012, p.55)

A leitura nada mais é que um diálogo entre o leitor e o escritor, estimulando o ser em sua totalidade, desenvolvendo as emoções, a imaginação, dentre outras questões, podendo levá-lo a uma informação, como no caso de uma história, situação ou conflito. A escrita por sua vez, é uma complementação da leitura, colocando no papel, aquilo que se sabe e sente:

O hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico principalmente a leitura dos livros que formam o espírito crítico, enquanto a repetição empobrece. O exercício da mente e do espírito aguça a inteligência, refletindo no pensamento lógico e seu sentido prático; no equilíbrio para harmonizar realidade e irrealidade; na capacidade de imaginação e fantasia; na lucidez, originalidade, poder de observação e captação do fundamental. Podemos dizer que a leitura é a melhor ginástica para a mente. Ela capacitará o melhor uso inteligente e de interação das potências mentais e espirituais (GÓES, 1984, s/p.).

No Brasil, dentre os problemas têm-se o analfabetismo, a evasão e a falta de estímulo à leitura, entre outras situações. Apesar de a sociedade atual ser considerada a sociedade do conhecimento, boa parte da população possui baixa escolaridade e não possui as competências e habilidades da leitura e da escrita necessárias para conseguir bons empregos, o que acaba por afetar sua autoestima. É necessário reconhecer que a leitura e a escrita são indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e pessoal.

A 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro considera um indivíduo leitor aquele que leu ao menos um livro nos últimos três meses, seja parte dele ou inteiro.

De acordo com a pesquisa, as motivações que levam o cidadão brasileiro a ler são: o gosto pela leitura (25%), a atualização cultural (19%), a distração (15%), a religião (11%), o crescimento pessoal (10%), a obrigatoriedade pela escola (7%) e a atualização profissional ou a exigência do mercado de trabalho (7%) (LAGO, 2019).

Ainda conforme a pesquisa, o país conseguiu reduzir os números do analfabetismo: no ano de 1991, a taxa de analfabetos com mais de 15 anos de idade era de 19,7%, enquanto no ano de 2017 esse número foi reduzido para 7,2% conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A leitura enquanto formadora de conhecimento e opinião pode ser considerada um fator contra a alienação social, pois o indivíduo que tem acesso às informações aprende a pensar por si só, tornando-se livre para poder reivindicar seus direitos.

Uma das formas de mudar essa situação é os profissionais fazerem da leitura algo prazeroso a partir do primeiro contato com o livro.

Portanto, torna-se de suma importância investir em projetos, através da disseminação da leitura em diferentes ambientes, como é o caso das bibliotecas de acesso público, das salas de leitura e realizar pesquisas de modo a compreender e estimular a leitura desde os primeiros anos de vida da criança, como é o caso da contação de histórias.

Assim, independentemente do ambiente onde a leitura e a escrita aconteçam, os projetos devem proporcionar um ambiente favorável para desenvolver o potencial das competências leitora e escritora não só em crianças, mas também em jovens e adultos incentivando assim suas potencialidades.

O AMBIENTE DA SALA DE LEITURA

Um ambiente como a sala de leitura não pode ser vista apenas como um depósito de livros, mas sim como um espaço voltado para a pesquisa, à construção de saberes, a leitura entre outros. Para que uma biblioteca tenha condições de atender a um determinado público alvo visando desenvolver o hábito

e o gosto pela leitura é necessário que a tríade esteja integrada: os professores responsáveis, os livros e os estudantes que a frequentam.

Segundo Wisniewski e Polak (2009) a concepção de biblioteca e de salas de leitura trazem consigo a importância na construção e na evolução do pensamento humano. Historicamente os diferentes tipos de biblioteca foram se aperfeiçoando, modificando e se adaptando as novas mudanças da sociedade. O autor cita, por exemplo, que hoje em dia as pessoas podem ter acesso a livros através do uso da 'internet' sem a necessidade de se deslocar a esses ambientes.

Milanese (1988), discute que as bibliotecas públicas de antigamente tinham a intenção de aprimorar a cultura estimulando a leitura, porém, a partir de 1971, quando as pesquisas passaram a ser obrigação dentro das disciplinas, as mesmas passaram a receber estudantes, transformando-se em bibliotecas escolares.

Porém, isso incorre a um erro uma vez que a função principal das bibliotecas e salas de leitura é a de incentivar a formação de leitores. Nesse contexto:

Algumas pessoas criam o gosto pela leitura pelo exemplo dos familiares, outras, por influência de professores ou por circunstância fortuitas de suas histórias de vida. No entanto, a formação de leitores em grande escala, via escola, só ocorrerá se houver uma política de leitura, traduzida na adequada formação de professores leitores, na oferta abundante de bons e variados materiais escritos, e na instalação de bibliotecas e salas de leitura bem equipadas, dinamizados por bibliotecários (CARVALHO, 2005, p.67).

Por isso, há a necessidade de realizar projetos que podem ser desenvolvidos nas salas de leitura das próprias escolas incentivando a leitura com o uso de métodos e recursos diversos tornando a leitura mais eficaz, incentivando a formação de leitores que gostem e interpretem o que leem.

Os profissionais podem desenvolver dentro desse ambiente de modo a desenvolver ou mesmo resgatar o interesse pela leitura, voltadas para a contação de histórias, através de uma forma agradável, apresentando a magia que os livros possuem e mostrando que a biblioteca é um espaço para o enriquecimento cultural e não somente para a pesquisa.

Silva (1997), discute que ensinar a ler e a gostar de ler necessita de técnicas e situações que compõe o desenvolvimento da leitura. Assim, é necessário dentro do projeto o desenvolvimento de atividades dinâmicas e inovadoras aplicadas no ambiente da sala de leitura que proporcionem prazer ao leitor em frequentá-la e utilizá-la.

Assim:

Considera-se promoção da leitura o conjunto de atividades culturais com a finalidade de elevar os níveis de literatura e de fomentar as práticas de leitura de lazer, designadamente de livros e animação da leitura o conjunto de atividades ou ações que visam aproximar a população da biblioteca e promover a sua frequência. A promoção da leitura é entendida como uma parte das atividades realizadas nas bibliotecas e distingue-se da animação cultural. Não se perde de vista, contudo, que promoção da leitura e animação cultural são atividades cujo foco se situa na difusão da leitura nas bibliotecas públicas. (NEVES, 2009, p.33)

Especificamente no caso da Educação da Cidade de São Paulo, o Decreto nº 49.731/2008 instituiu a criação e a organização das salas de leitura e espaços voltados para esse fim na Rede Municipal de Ensino:

Art. 2º O trabalho desenvolvido nas Salas de Leitura e Espaços de Leitura objetiva: I - oferecer atendimento, aos estudantes de todas as classes/turmas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs; Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – EMEFMs e Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBSs; II - despertar nos estudantes o interesse pela leitura, por meio da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário, e pela interação com materiais publicados dos mais diversos gêneros literários e suportes, potencializando o desenvolvimento do comportamento leitor; III - promover o acesso à produção literária clássica e contemporânea (SÃO PAULO, 2019, s/p.).

A implementação da Política Educacional voltada para as aulas da sala de leitura envolvem: contribuir para a melhoria dos índices do IDEB e da Prova São Paulo em Língua Portuguesa.

Deve-se auxiliar a Unidade Educacional na integração das diferentes áreas de conhecimento e demais atividades complementares; aprimorar constantemente as ações pautadas no Currículo da Cidade, na perspectiva da educação integral, da equidade e da educação inclusiva, tendo a garantia das aprendizagens como norteadora do trabalho pedagógico e o ambiente escolar como local de promoção do protagonismo dos estudantes.

Ainda, as aulas da sala de leitura fazem parte da grade curricular das escolas municipais. Ao todo são aproximadamente 561 salas de leitura nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs) e Escolas Municipais Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBSs).

No caso do Ensino Fundamental, por exemplo, sabe-se que através dos meios de comunicação de massa, independentemente de classe social, religião ou crença, os estudantes têm acesso à informação e entretenimento. A escola também precisa manter esse papel social de informar e formar, através da cultura e do lazer.

Assim, deve-se potencializar o uso de recursos e espaços disponíveis, ampliando o ambiente de aprendizagem na sala de leitura possibilitando o acesso aos estudantes, visando a melhoria do desenvolvimento pessoal, o protagonismo dos mesmos, o enriquecimento curricular, o aumento da autoestima, a melhoria do convívio, de modo que cada um deles possa inserir-se como sujeito participante das práticas sociais trazidas para dentro da escola, partilhando o conhecimento culturalmente construído, aprendendo e trocando informações, com espaço e oportunidade para exercer sua imaginação, criatividade e expressividade (SÃO PAULO, 2019).

A sala de leitura possibilita ampliar o universo cultural e intelectual; melhorar o desenvolvimento das aprendizagens, gerando o enriquecimento curricular; perceber-se como ser atuante no ambiente cultural do qual faz parte, tendo a oportunidade de dialogar, debater e expressar-se significativamente; expressar-se de modo positivo junto ao grupo, cooperando e participando na elaboração de situações hipotéticas; desenvolver a criatividade e estimular sua capacidade de abstração aprimorando as competências leitora e escritora (NEVES, 2009).

Ainda, no caso do Fundamental II, pode-se trabalhar na sala de leitura com análise da estrutura e da finalidade de textos jornalísticos; realizar a leitura e a discussão de notícias; realizar a reescrita de matérias jornalísticas; elaborar textos com finalidade de divulgação; realizar atividades que envolvam a linguagem impressa, tais como jornal comunitário e jornal mural; desenvolver atividades ligadas à linguagem, bem como postura, dicção, narração, entre outras.

Ou seja, nesta etapa escolar que compreende o ciclo interdisciplinar e autoral, o projeto pode ser desenvolvido sob uma perspectiva do estudante como ser ativo, a fim de que o mesmo possa construir seu conhecimento, realizando atividades nas quais ele seja convidado a ouvir, dialogar, opinar, debater, interagir e participar ativamente na criação e no desenvolvimento de situações de caráter expressivo.

O projeto da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Prefeitura da Cidade de São Paulo, envolve diferentes práticas como o Clube de Leitura, os Jovens Mediadores de Leitura, o, Sarau e as Sessões Simultâneas:

Art. 4º Nos Espaços de Leitura, organizados em conformidade com o artigo 4º do Decreto nº 49.731/08, serão priorizadas: I - Nos Centros de Educação Infantil - CEIs, Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEIs e nas Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs: atividades que favoreçam o contato com os livros e com outros materiais próprios da cultura escrita, possibilitando vivência agradável e acolhedora de práticas sociais de leitura, que colaborem com o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças. II - Nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJAs: atividades que favoreçam o contato com os livros, com outros portadores de escrita e materiais diversificados, considerando os interesses e expectativas dos jovens e adultos, possibilitando vivência de práticas sociais de leitura concernentes às suas faixas etárias. (SÃO PAULO, 2019, s/p.)

Assim, a sala de leitura visa o desenvolvimento de ações promotoras do protagonismo infantojuvenil por meio da utilização de práticas de leitura e comunicação, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades educativas, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o direito de aprender.

Por isso, é fundamental investir em projetos e pesquisas que estimulem a leitura desde os primeiros anos de vida da criança, desenvolvendo nela as habilidades de questionar, argumentar e comunicar suas ideias para a construção do conhecimento.

Sendo a leitura considerada um instrumento de acesso à informação, é relevante que a criança tenha uma relação com esta prática, podendo assim compreender melhor o mundo ao seu redor. Além disso, é importante que a leitura seja algo estimulante e prazeroso para que se possa formar futuros leitores (VAL, 2004).

Desta forma, a fala do autor vem de encontro com a identificação desse projeto que é o de dar a oportunidade de reflexão e ao mesmo de recuperação das aprendizagens no tocante à leitura.

Assim, o papel da escola deve proporcionar um ambiente favorável para desenvolver o potencial das crianças e os educadores têm como função cultivar esse potencial atendendo as suas necessidades:

É lendo que nos tornamos leitor e não aprendendo primeiro para poder ler depois... Não se ensina uma criança a ler: é ela quem se ensina a ler com a nossa ajuda (e a de seus colegas e dos diversos instrumentos da aula, mas também a dos pais e de todos os leitores encontrados) (JOLIBERT, 1994, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de desenvolver o hábito da leitura nas salas de leitura, pode-se oferecer uma programação envolvendo a participação dos estudantes que frequentam esse ambiente, a partir de atividades como momentos de contação de histórias, oficinas, concursos de poesias, entre outras ações que estimulem a leitura e a escrita.

Para que isso ocorra é necessária formação pertinente aos profissionais responsáveis pela sala de leitura, de modo a aprimorar e desenvolver técnicas que atraiam os estudantes para esse tipo de atividade.

Quanto às bibliotecas públicas, o bibliotecário deve fazer a diferença usando da criatividade colocando em prática diferentes serviços à comunidade, conquistando a empatia do público em geral, o que já deve ser desenvolvido desde cedo no ambiente.

Já entre as dificuldades enfrentadas para a implantação e a manutenção de projetos de incentivo à leitura e a contação de histórias nas salas de leitura e no caso das bibliotecas públicas pode-se destacar a falta de hábito da leitura por parte dos frequentadores, a resistência da comunidade em participar das atividades e a falta de espaço da própria biblioteca.

No Brasil, infelizmente o sistema educacional brasileiro é considerado deficiente e por esse motivo o país não consegue dar uma educação de qualidade para todos. Entre as várias deficiências está a falta de estímulo a leitura como um fator importante que deveria estar sempre presente no contexto escolar.

Ainda assim, é necessário apesar das dificuldades que os projetos sejam desenvolvidos pela própria coordenação das bibliotecas e das salas de leitura sendo aplicados por professores e bibliotecários, de modo a contribuir para a diminuição do analfabetismo funcional, desenvolvendo assim o hábito e o gosto pela leitura nos estudantes e na população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2005.
- GÓES, V.L.P. **Introdução a Literatura Infantil e Juvenil**. 2ª ed. Editora Pioneira. São Paulo: 1984.
- LAGO, D. **Retratos da leitura no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/01/06/retratos-da-leitura-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- JOLIBERT, J. e colaboradores. **Formando Crianças Leitoras**. Tradução Charles Magne. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.
- MARTINS, M.H.. **O que é leitura**. 19ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- MILANESE, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense. 5º edição, 1988.
- NEVES, J.S. **Promoção da leitura nas bibliotecas públicas**. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais (OAC), 2009. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/promocaoLeitura/accoesPromocaoLeitura/estudosLeituraPNL/Paginas/PromocaodaLeituraBibliotecasPublicas.aspx>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- SILVA, E.T. **Leitura e realidade brasileira**. Porto alegre: mercado aberto, 1997.

ISNIEWSKI, I.A.; POLAK, A. **Biblioteca: contribuições para a formação do leitor**. IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3102_1701.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

SÃO PAULO. **Instrução Normativa SME nº 34, de 01/11/2019**. Dispõe sobre a organização das salas de leitura, espaços de leitura e núcleos de leitura. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/179-saiu-no-doc/8928-instrucao-normativa-sme-n-34-de-01-11-2019-dispoe-sobre-a-organizacao-das-salas-de-leitura-espacos-de-leitura-e-nucleos-de-leitura>. Acesso em: 17 mai. 2022.

VAL, M.G.C. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.



Ana Paula Brito Paixão

Licenciada em Pedagogia Plena e Letras - Português e Espanhol pela Universidade Cruzeiro do Sul UNICSUL, SP; pós Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, SP. Professora de Ensino Infantil e Fundamental I da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP.

A RELEVÂNCIA DA ARTE NOS ANOS INICIAIS

ANNA CAROLINY LIMA KECEK RUIZ

RESUMO: As diversas formas de Arte e Educação estão presentes na vida cotidiana das crianças no segmento da Educação Infantil, de forma que se torna de extrema importância para o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. As mesmas vão fazendo a experiência de construção do conhecimento de forma prazerosa, descontraída, lúdica e criativa. A metodologia utilizada para a presente estudo foi de pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica sobre Arte-Educação. Por meio do presente estudo, resultante de revisão bibliográfica, buscou-se levantar, ampliar e aprofundar conhecimentos sobre a arte no Brasil, especificamente a prática docente a ela relacionada. Muitas são as inquietações e dúvidas a respeito do ensino de arte, portanto, nesta pesquisa foram realizados esforços para elucidar questões, partindo de uma reflexão sobre o que é a arte e seu contexto histórico no Brasil.

Palavras-chave: Aprendizagens. Artes. Desenvolvimento. Educação. Expressão.

INTRODUÇÃO

Para Carvalho (2008), a Arte é um importante trabalho educativo que procura por meio das tendências individuais, encaminhar a formação do gosto, estimulando a inteligência e contribuindo para a formação da personalidade do indivíduo, sem ter como única preocupação a formação do artista.

Segundo Honorato (2011), a Educação é uma das ações que define a humanidade. O ser humano transcende o seu 'status' animal, recria além dos seus instintos, compreende, reelabora, reflete, critica, pensa, aprende, ensina, reproduz, cria e entre outros, contribuindo, assim, para a busca constante do homem por meio da história, sendo um ser que busca compreender e transformar a realidade em que vive, sendo assim, somos influenciados constantemente nas decisões que vamos tomando no percurso e processando toda a informação em nossa vida e, desse modo, o ser humano vai encontrando formas de se expressar, comunicar, criar, recriar, refletir e aprender com novos conhecimentos que na arte e na educação vão dando um novo sentido à existência humana.

O que podemos oferecer para as crianças de Educação Infantil em relação à arte? Será que o professor pode trazer conceitos novos sobre a arte na Educação Infantil? As crianças pequenas necessitam de atividades que lhes tragam significado e seja útil para a construção de seus conceitos e realidades sobre o mundo. Neste estudo, iremos refletir sobre a importância de trabalhar a arte com crianças pequenas; veremos quantos benefícios as atividades diferenciadas fazem na rotina da educação infantil, considerando que "Arte e educação compreendem significações, dados ou ideias, sendo relativos a um espaço de experiências e intencionalidades que se transforma historicamente" (Honorato, 2011). Neste sentido, verificamos que a Arte necessita de espaço, experiências e transformação, e o objetivo é mostrar ao professor de Educação Infantil que é possível trazer atividades fora do comum, trabalhar de forma intensa e criativa. Muitas vezes subestimamos as nossas crianças acreditando que a arte nesta fase escolar deve ser superficial, com propostas pobres e sem sentido, de cortar, colar e amassar e Alves (2009) traz que a Arte é muito mais do que isso, ela compreende o imaginário, possibilitando que o indivíduo se torne crítico e criativo, entenda o que está a sua volta, e crie a sua própria maneira, dentro do que lhe é possível.

O ensino da Arte considera que o indivíduo já desfruta de alguma experiência estética, antes de entrar para a escola ou fora dela, a partir de estímulos como a natureza ou o artesanato popular. Se a criança vem para a escola com informações sobre arte, por meio de experiências e ensinamentos de sua família, porque não utilizarmos isto como alavanca de estudo dentro do grupo? Nesta situação o foco é que o professor veja que utilizar o conhecimento prévio dos pequenos para a Arte é um instrumento rico, que possibilita novas experiências e ajuda na construção do conhecimento com significado. Atividades rotineiras estão fora do contexto educacional e deve-se não impor limites para os alunos, deixando-o ao alcance de suas mãos e imaginação, isso é o que delimitará o espaço de sua atuação gráfica-plástica,

sendo importante compreender que educadores e adultos precisam deixar de lado a ideia de que as crianças devem realizar produções semelhantes ao real.

Para Cunha (2011), a Arte e a educação proporcionam um pé no chão e asas nas costas, faz e coloca homens e mulheres no chão da história com todos os problemas e desafios que o contexto em que vivem coloca para a superação dos obstáculos, movidos por sonhos e utopias de superação na história para sua superação e, assim, conquistam a vitória de vencerem a si mesmos, na arte de serem felizes e de escreverem a sua própria história no mundo em que vivem. Cunha (2011), também traz que a Arte e a Educação proporcionam um outro olhar da própria realidade e da própria sociedade, que se faz presente em todas as esquinas, em todas as ruas, mas que não se encontram visíveis, muitas vezes se tornam invisíveis e desafiam homens e mulheres para um novo olhar, com todas as condições e possibilidades de todos viverem a sua dignidade humana, de forma que a arte de viver seja uma constante, por meio do conhecimento e dos novos paradigmas que a própria Arte coloca para todos nós.

A Arte vem para a aprendizagem como um elemento estimulador, incentivando o processo de ensino e aprendizagem e que esses sejam introduzidos na vida das crianças de forma lúdica, por meio da experimentação, possibilitando vivências de forma prazerosa dos conteúdos, onde os mesmos enriqueçam e aumentem o repertório de conhecimentos aprendidos no cotidiano escolar.

ARTE E SEUS CONCEITOS

Temos que pensar na Arte como algo não convencional, capaz de expressar estados mentais, novos significados e novas formas. Uma pintura sugere muitas coisas além do que ela afirma, é um poema. A Arte está naquilo que ele diz. Mas qual é o significado da Arte? Os artistas não deixam uma explicação de sua obra, uma vez que a sua obra é a própria explicação. Janson e Janson (1996) explicam que, a Arte tem sido considerada um diálogo visual, ela expressa o que o artista estava imaginando, de uma maneira tão clara que seria como se ele estivesse falando conosco por meio da obra que é "muda". A existência de um diálogo com a obra deixa claro que há uma participação ativa entre o artista e nós e como não podemos falar com a obra de arte, podemos aprender a reagir a ela.

O que é arte? Por que o homem a cria? Poucas perguntas são capazes de provocar um debate tão caloroso e resultar em tão poucas respostas satisfatórias. Mas se não conseguimos chegar a uma conclusão definitiva, há, no entanto, muitas coisas que podemos dizer (Janson e Janson, 1996). Certamente o homem cria alguma coisa pelo impulso de reorganizar a si mesmo e ao meio em que vive de uma maneira ideal. Ainda, segundo os autores supracitados, a arte representa a compreensão mais profunda e a mais alta aspiração de seu criador, por este motivo, uma obra contribui tanto para a nossa visão de mundo e ficamos muito emocionados. A arte tem o poder de comunicar à concepção que temos das coisas, por meio de procedimentos que não podem ser de outras maneiras. Na arte assim como na linguagem, o homem é um inventor de símbolos que podem ser transmitidos de diversas formas.

O processo é semelhante ao aprendizado de uma língua estrangeira, precisamos aprender o estilo e a forma de ver as coisas de um país, de um período e de um artista, caso queiramos compreender adequadamente a obra. A apreciação estética é condicionada apenas pela cultura, que é tão diversificada que se torna impossível reduzir a arte a qualquer conjunto de preceitos (Janson e Janson, 1996). Cunha (2011), afirma que para que se possa apreciar a Arte é necessário conhecimento e entendimento do tempo, circunstância e espaço. Sem estes requisitos a Arte não tem significado, passa apenas a ser algo comum ou incomum, mas, sem que nos remeta à reflexão ou desperte os nossos sentidos. Por isso, se torna necessário o conhecimento da cultura, da história do artista e do tempo em que a obra foi elaborada.

Carvalho (2008), alega que imaginar significa formar uma imagem, ou seja, um quadro em nossa mente e que nós humanos somos as únicas criaturas que possuem imaginação, ou seja, os únicos seres que podemos compartilhar aquilo que sonhamos ou imaginamos, por meio de relatos orais ou criação de imagens, aqui entra a arte, como um relato da imaginação ou sonho de alguém. Há muitas formas de ativar a imaginação, que se faz importante no momento de entender o artista, e é uma das facetas mais fascinantes da mente humana. Pode ser vista como o elo entre o consciente e o subconsciente humano, "por assim dizer, a cola que mantém unidos a personalidade, o intelecto e a espiritualidade do homem" (Carvalho, 2008). A imaginação é importante para que possamos entender o passado, que é realmente necessário para a nossa sobrevivência. E o artista continua sendo aquele cuja obra é capaz de emocionar e nos fazer refletir.

Ainda em consonância com o mesmo autor, o salto de imaginação é, às vezes, um lampejo de inspiração. O processo criativo consiste numa longa série de saltos imaginativos por parte do artista e de suas tentativas de dar-lhes forma, modelando o material de acordo com suas intenções. Ao imaginar,

podemos viajar junto ao artista em sua obra de arte, e se faz necessário também para aquele que cria e nos mostra em forma de arte tudo aquilo que imaginou um dia. Então, refletimos; para que serve a Arte? Por que ela se faz tão necessária e importante na educação infantil? Como o professor pode trabalhar arte com suas crianças, e trazer significado para tudo isso?

Para Cunha (2011), antes de começar a trabalhar na educação infantil, o professor precisa ter o conhecimento, informações e acima de tudo entender a importância da Arte, a história e de que maneira ele próprio entende a arte como ferramenta de trabalho e mudança na vida das pessoas. A Arte traz a elevação do espírito quando entendida em sua essência, mas, o professor não consegue trazer significado se não acredita naquilo que está mostrando ao aluno. Portanto, é essencial que se tenha consciência da importância de oferecer aos pequenos o primeiro contato com a Arte de maneira prazerosa e significativa, que ficará como experiência inicial para as próximas etapas da vida estudantil.

ARTE NA EDUCAÇÃO

Segundo Barbosa (2005), as escolas por meio das linguagens, bem como, das Artes buscam estimular as crianças para desenvolverem suas aptidões para as Artes, utilizando a dança, o teatro, a música, a pintura e as Artes Visuais. Existe também uma relação com a família, que vai moldando e formando a criança, onde o passado se faz uma presença constante e marcante por meio das lembranças e interações que se estabelece com as diferentes coisas, ambientes, situações ou nas relações interpessoais de cada indivíduo.

O processo de apresentação e introdução das Artes na vida dos pequenos precisa ser colocado de forma lúdica e prazerosa, bem como, sem a reprodução de modelos prontos, o que não possui muitos benefícios para o desenvolvimento infantil. De acordo com Rego (2014), propor que as crianças copiem da lousa desenhos já prontos (feitos pela professora ou retirados de alguma cartilha) é sem dúvida uma tarefa pouco significativa e desafiadora, que não favorece o processo de criação do indivíduo. Atividades como essa servem, na maior parte das vezes, para inibir e estereotipar sua expressão.

Segundo Ferraz e Fusari (2009), a Arte proporciona benefícios para a educação das nossas crianças, contribuindo desde muito cedo para um aprendizado significativo, sendo fundamental compreender que ela se constitui de modos específicos de manifestação da atividade criativa dos seres humanos, ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se reconhecerem, e ao conhecê-lo. Ou seja, seu valor está em ser um meio pelo qual as pessoas expressam, representam e comunicam conhecimentos e experiências. Ainda de acordo com os mesmos autores, a atividade de desenhar para as crianças, por exemplo, é muito importante, uma vez que favorece a sua expressão e representação do mundo a partir de seus desejos e experimentações.

Trabalhar com Arte na Educação Infantil pressupõe explorar a imaginação e a criatividade das nossas crianças não por meio de modelos prontos, acabados, padronizados, mas por obra da criação das crianças que irão reproduzir a realidade da vida que vivem. Para Honorato (2011), é fundamental para a criança desde a sua mais tenra infância estar em contato com os livros de forma que o livro possa vir a fazer parte do seu cotidiano para estimular crianças leitoras, adolescentes leitores, jovens leitores e adultos que leem ao longo de seu cotidiano e ao longo de toda a vida, mesmo que haja o convívio com as novas tecnologias que são os computadores, os notebooks, os 'tablets', os games, os celulares, 'smartphones', 'Iphones', entre tantas outras. Portanto, o livro constitui o meio fundamental para conhecer os valores, os saberes, o senso estético e a imaginação humana. Como vetores da criação, o livro traz a informação e educação, permitindo que cada cultura possa imprimir os seus traços, as características que são essenciais e, ao mesmo tempo, ter a identidade das outras culturas, se constituindo em uma janela para a diversidade cultural e uma ponte entre as civilizações. Além do tempo e do espaço, o livro é ao mesmo tempo fonte do diálogo, é um instrumento de intercâmbio, é a semente do desenvolvimento.

De acordo com Barbosa (2005), o alicerce da Educação precisa ser retomado a partir da família, bem próximos a ponto de afirmar que muito da formação profissional se inicia em casa, com uma leitura, com o incentivo, com a orientação, encaminhando-se para realização profissional, humana e pessoal. É salutar ao professor adotar a postura de mediação, capaz de mediar as necessidades que surgem no processo de aprendizagem que envolvem as crianças, nas situações de aprendizagem que norteiam a apreensão dos conteúdos que as crianças fazem, incentivando-as a praticar a imaginação, despertando emoções e sentimentos.

Para Ferraz e Fusari (2009), a escola é um espaço onde as crianças têm a oportunidade de estabelecer vínculos entre os conhecimentos sociais e culturais. Por isso é também o lugar e o momento em que se pode verificar e estudar os modos de produção e difusão da Arte na própria comunidade, região, país, ou na sociedade em geral.

A arte de contar histórias se inicia com a criança no colo de seus pais, ouvindo histórias e se encantando com o universo que leitura proporciona, com o mundo encantado e imaginário que as histórias geram na mente da criança que cria, recria, interfere, perpetua, se emociona, se afasta, fica com raiva, volta, se aproxima, se apaixona, se encanta; que ter o príncipe encantado, quer ter a princesa dos seus sonhos, tudo isso a arte de contar histórias proporciona a partir da leitura na vida dos ouvintes e isso tudo se inicia no seio familiar. Segundo Silvestre e Sousa (2012), o universo infantil é repleto de pensamentos imaginários e é importante cultivá-los, mostrando sempre interesse no que a criança tem a fazer e a dizer, pois, é a partir da imaginação que a criatividade entra em cena, sendo por meio dela que ela pode ter um desempenho maior em seu desenvolvimento global. O que é construído durante a infância está ligado ao que se vive, bem como, às experimentações realizadas no cotidiano. Tudo o que é retratado de alguma forma nessa fase, está ligado a momentos, a conhecimento e a aprendizagem que foram construídas.

A família é a primeira escola dos pequenos, sendo assim, as crianças refletem em suas interações interpessoais, as dinâmicas do lar onde vivem, são as primeiras aprendizagens em um processo que não para mais e de acordo com Silvestre e Sousa (2012), independente da cultura que a criança possui, é dever e direito da escola saber integrar diferentes culturas, valorizando cada vez mais as culturas de diferentes povos, trabalhando na perspectiva de incentivar os pequenos a se reconhecerem. Trabalhar com diferentes culturas, ou com culturas locais, oportuniza ao aluno cada vez mais a se conhecer e conhecer o outro e o mundo no qual está inserido.

Segundo Honorato (2011), a disponibilidade para brincar, desenvolver a criatividade da criança e transformá-la em um adulto feliz, se inicia no processo do desenvolvimento e da maturação humana na Educação Infantil, pois, a criança vai se constituindo a partir de suas descobertas, que se dão nas experiências, afinal, são a partir delas que se possibilitam instrumentos necessários para novas descobertas e novas aprendizagens. As relações que se estabelecem com a família na infância e no processo do desenvolvimento na Educação Infantil não são superficiais, pois, formam adultos criativos, reflexivos e críticos, de forma que na sociedade os profissionais nos diferentes setores serão profissionais competentes e realizados em suas escolhas, em suas áreas de atuação, pensando a Arte para além do que é desenvolvido na Escola.

Para Menegat et al (2015), quando se inclui o conceito de cultura na ideia de práxis social, se está, na verdade, querendo mostrar que para pensarmos a Arte é preciso pensar a vida social como um todo. Não se trata apenas de arte enquanto produto do artista, mas principalmente da arte enquanto expressão de um conjunto de matérias, de elementos, de técnicas e de habilidades que são comuns à espécie humana e a uma determinada sociedade. Logo, não estamos tratando de pessoas de outro mundo, fazer arte, entender arte, fruir arte, ou seja, poder gozar diante dos objetivos artísticos, é uma atividade humana absolutamente necessária. Portanto, a Arte existe desde os tempos das cavernas até os dias de hoje, devido à necessidade intrínseca do ser humano se relacionar com ela. Mudam-se os tempos, muda-se a Arte, mas a sua essência, essa capacidade de organizar em outra forma além da verbal, se mostra uma necessidade inerente ao homem para se completar enquanto ser humano, dialogando e entendendo o mundo em que vivemos.

Segundo Rossi (2009), atualmente a escola por meio das aulas de Arte, tem a tarefa de proporcionar aos pequenos, desde muito cedo, um conhecimento reflexivo, mostrando-lhes que a Arte não se isola do nosso cotidiano, de nossa história pessoal, primando o fazer artístico, a leitura da imagem e a história da Arte. O referido autor ressalta, ainda, que as leituras de mundo interpretadas por cada criança constituem em um rico universo a ser explorado na Arte e na Educação, visto que, trazem inúmeros significados para a cultura infantil.

ARTE E SUAS VARIEDADES

As definições de Arte têm sido bastante discutidas nos mais variados âmbitos, inclusive naqueles em que o senso comum prevalece. Esta definição tem e realmente pode ter diversas formas. De acordo com Kosik (1995), na grande Arte, a realidade se revela ao homem. A Arte no sentido próprio da palavra é, ao mesmo tempo, desmistificadora e revolucionária, pois conduz o homem desde as representações e os preconceitos sobre a realidade, até a própria realidade e a sua verdade. Na Arte autêntica e na arte filosófica revela-se a verdade da história: aqui a humanidade se defronta com a sua própria realidade. A obra de arte exprime o mundo enquanto o cria; cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte.

A obra de arte tem algumas características que são inegáveis, como, por exemplo, o de sensibilizar o outro, nos mostrar uma realidade e nos fazer pensar. Será tudo isso verdade? Ou será que a Arte é

muito mais que isso? Para a maioria das pessoas a Arte está intimamente ligada ao belo, mas nesse ponto também é possível observar que o que é belo para uns não o é para outros, e então como chegar a uma conclusão?

Para Gombrich (2000), a Arte está relacionada ao tempo em que se está vivendo. Fala também do gosto para essa ou aquela obra de arte de achar uma pintura bonita, pois, o lembra de algo que marcou sua vida positivamente. Porém, ao nos dizer das razões que nos levam a não gostar de algo na Arte nos adverte: somente quando alguma recordação irrelevante nos torna parcial e preconceituoso, quando instintivamente voltamos às costas a um quadro magnífico de uma cena alpina porque não gostamos de praticar o alpinismo, é que devemos perscrutar o nosso íntimo para desvendar as razões da aversão que estraga um prazer que de outro modo poderíamos ter. Há razões erradas para não se gostar de uma obra de arte. O que ocorre é que muitas vezes o observador de uma obra de arte apenas quer ver uma pintura “Bem-Feita”, ou seja, muito próxima do real e assim, diz que isso sim é arte, saber copiar, nos mostra a natureza com rigor e perfeição. Porém, cabe questionar: só o que se copia da natureza tem valor? Pode uma obra de arte ir além do que mostrar o que vemos somente?

A figura “Uma galinha com pintos”, mostra uma estampa de uma história natural ilustrada pelo famoso pioneiro do movimento modernista, Picasso. Por certo, ninguém poderá encontrar defeitos nessa encantadora representação de uma galinha com seus fofos pintinhos. Mas, ao desenhar um frango “Galo novo”, Picasso não se contentou em fazer a mera reprodução da aparência física da ave. Quis expressar a sua agressividade, sua insolência e estupidez, assim recorreu à caricatura. Ainda em consonância com Gombrich (2000), existem, portanto, duas coisas que nós devemos perguntar sempre que acharmos falhas na exatidão de um quadro: O artista não teria suas razões para mudar a aparência daquilo que viu? E a outra é que nunca deveríamos condenar uma obra por estar incorretamente desenhada, a menos que tenhamos a profunda convicção de estarmos certos e o pintor errado.

Para Chauí (2000), são vários os filósofos que falam sobre a arte e sua importância. Para uns a Arte tem papel formativo e educador, para outros como Kant, a arte tem a função de produzir o sentimento do sublime, ainda num contexto mais recente, a Arte é engajada e ajuda o ser humano a se tornar um ser crítico e político. Já para Chaves (2010), a Arte tem como personagens principais a criação e o processo criador. A Arte tem grande importância durante o processo de ensino e aprendizagem, porquanto, age como facilitadora no processo de humanização já que expressa e movimenta o desenvolvimento do homem que a cria e, com ela, estabelece alguma relação. Por isso, é possível olharmos para a arte renascentista, e inferir o que era essencial à sociedade que a gerou e o estágio de desenvolvimento alcançado por aqueles homens que viveram na aurora da modernidade. Por isso, podemos dizer que a Arte é uma criação humana; ela pode levar a assinatura de um autor ou artista, mas trata-se de uma produção eminentemente social.

Além de levar o indivíduo a conhecer outras sociedades e outros pensares diferentes ou talvez parecidos com o seu, a arte possibilita ao aluno refletir o significado e a importância das mais diversas manifestações culturais, sejam elas de artes visuais, dança, música ou teatro. Por meio da arte todos os sentidos são solicitados e o aluno pode, numa dimensão mais poética, transformar continuamente sua existência.

De acordo com Tuleski et al (2012), é por meio da arte que o aluno pode fazer ligações com outras disciplinas, conhecer melhor os períodos históricos, por exemplo, e como essa ou aquela sociedade podiam ser representadas de acordo com o mesmo período, as conexões com a realidade, com outras áreas do conhecimento e até com as próprias emoções que a experiência estética pode suscitar para se lidar com os indivíduos reais, podem garantir novas formas de “sentir” o homem e o mundo e de com eles “interagem”. No intento de buscá-las, torna-se essencial a articulação com “outros saberes”, a abordagem de aspectos que envolvem a psicologia, a educação que se processa anterior às escolas e a arte enquanto produção humana que informa sobre o produtor, ao mesmo tempo que o forma.

O DESENHO EM FOCO

Para Lowenfeld (1977), tratando da questão do desenvolvimento da criança por meio da Arte, onde podemos observar que a esta interfere e pode demonstrar como aquela passa por etapas delimitadas e em cada um dos estágios do seu desenvolvimento há uma modificação e, a depender da sua capacidade emocional, ela percorre o seu desenvolvimento normalmente, ou, então, fixa-se em um estágio não compatível com a sua faixa etária. Ao observar uma criança pintando, devemos aprofundar-nos mais nesse ato, pois, ali não reside somente um gesto mecânico, e sim uma expressão global daquela criança, o resultado poderá se apresentar esplêndido, perfeito ou até mesmo não haver nenhum êxito aparente.

Contudo, só ao experienciar a escolha do material, das cores, deixando claro que houve um exercício do seu eu interior, o que mostra que aquele ser é único, tal qual a sua arte. Apesar disso o seu desenvolvimento também interfere na sua maneira de representar a sua arte, a qual passa por uma mudança bastante perceptível.

Para que o desenho possibilite o desenvolvimento emocional, o autor terá que nesse momento identificar-se com a sua obra, caso contrário, ele tão somente fará reproduções que para ele não há significado algum, pois, ele não está inserido naquela expressão; crianças emocionalmente desajustadas utilizam representações padronizadas com o propósito de refugiar-se. Quando a criança desenvolve padrões rígidos em seu raciocínio, o simples fato da necessidade de flexibilização poderá ocasionar dificuldades na adaptação às novas circunstâncias, ou seja, ao ser solicitada a fazer um desenho livre, no qual a criança exponha a sua percepção interna e externa, ela irá refutar tal prática, por ter sido incentivada, normalmente por um adulto a fazer repetições estereotipadas, não só a área artística.

A esse respeito, Lowenfeld (1977) afirma que é lamentável que os adultos encorajam, frequentemente, esse modo de expressão, pedindo aos jovens que copiem ou tracem formas vazias de significado, ou até, como poderia fazer um professor de aritmética, pedindo a um menino que copie dez vezes um símbolo para um papagaio de papel. A maioria das crianças é capaz de vencer tais imposições: contudo, uma criança acostumada a depender de tais modelos e que faça bem esse tipo de cópias, recebendo também elogios do professor por seu trabalho bem organizado, pode perder a confiança em seus próprios meios de expressão e recorrer a repetições estereotipadas como um mecanismo de evasão. Tal atividade mecânica, automática, não tem lugar na arte nem na aritmética.

Temos a possibilidade de observar que em alguma fase do seu desenvolvimento a criança poderá passar por momentos de repetição de certas formas, isso pode ocorrer espontaneamente. Essa atitude tem por finalidade assegurar o domínio sobre elas; há de observar que na repetição estereotipadas não ocorre nenhuma mudança; ao desenhar várias bonecas elas terão diferenças entre uma e outra, pode aparecer sentada deitada, em pé, em movimento. Para Menegat et al (2015), quando exerce a sua liberdade, a criança participa da sua obra, estando ali no seu desenho, não só o traçado, as cores e o formato, mas algo de grande importância para ela; não havendo relevância se por acaso ela cometer algum erro ou a desaprovação de alguém e, é esse desprendimento que o leva ao progresso emocional.

Ao desenhar a criança demonstra o conhecimento que tem do seu meio, pois, seu desenvolvimento intelectual é adquirido pela compreensão que tem do meio em que vive e de si próprio, por meio do desenho, pode-se perceber a capacidade mental da criança. Segundo Lowenfeld (1977), a criança emocionalmente livre, desinibida, na expressão criadora, se sente segura e confiante ao abordar qualquer problema que derive de suas experiências. Identifica-se estreitamente com seus desenhos e tem liberdade para explorar e experimentar grande variedade de materiais. Sua arte se encontra em constante mudança e ela não receia cometer erros nem se preocupa, a respeito da nota que receberá por esse exercício particular. Para ela, a experiência artística é realmente sua e a intensidade de sua absorção proporciona-lhe o verdadeiro progresso emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Chaves (2010), o espaço do prazer não é o mesmo espaço da realidade. O imaginário não conhece o tempo cronológico nem os cercamentos do real. O prazer da Arte está relacionado ao prazer do jogo. Se Arte é prazer, não é o prazer dos objetos, mas das formas, das cores. Na criança, o espaço plástico é o espaço do gesto que mobiliza o sujeito inteiro na produção da mancha colorida. A viscosidade da tinta determina uma resistência ao corpo impondo-lhe um modo de lidar com a força do movimento gestual; forte ou fraco, longo ou curto, amplo ou contido.

Segundo Chauí (2000), a pintura nasce do modo como seguramos o pincel, pela maneira de mão conduzir o movimento. Neste momento da vida, terão muita importância para a criança suas experiências semióticas, isto é, a oportunidade de agir, representar, transitar em diferentes códigos e linguagens. É buscar estratégias de resoluções singulares na própria singularidade do meio simbólico. É quando mexe, age e remexe nas coisas, experimenta e se modifica que conhecem-se melhor. Entendemos a experimentação, não como simples manipulação de materiais, mas antes de tudo como um desafio provocado pela própria simbolização, a experiência supõe processo de interpretação, de autoria.

De acordo com Tuleski et al (2012), o sujeito é provocado pelo simbólico, desafiado em suas possibilidades de criar e atribuir significações. Criar é sempre complexificar, coordenar, combinar de forma nova a partir de uma provocação, há que manipular e explorar, tendo em vista a satisfação prazerosa de uma intenção. A pintura permite à criança traduzir plasticamente, por meio da ação corporal

sobre a matéria colorida, suas experiências visuais. Brincando com tintas, cores, pincéis, água, rolo, explora não apenas o mundo material e cultural à sua volta como também expressa e comunica sensações, sentimentos, fantasias, sonhos e ideias, utilizando imagens e palavras. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda a expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria outro mundo, um mundo poético, o lado da natureza (Huizinga, 2012).

No trabalho educativo com crianças pequenas é muito importante que o professor crie contextos para a exploração dos processos ligados à produção artística. Nesse sentido, pode organizar propostas de atividades que despertem a curiosidade da criança e o olhar investigativo sobre diferentes aspectos da vida cotidiana: como expressar o que sente ou o que deseja e como vê e se relaciona com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. p. 9-13.
- AMARAL, L. A. Deficiência e Arte. São Paulo; **Revista Integração**, ano 2, n. 07, dez. 1989.
- ANTUNES, J. Criatividade na escola e música contemporânea. **Cadernos de estudo: educação musical**. São Paulo: Atravez, 1990, n. 1.
- BARBOSA, A. M. **Arte educação no Brasil: das origens ao modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BARBOSA, A. M. (Org.) **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 184.
- BARBOSA, A. M. **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARBOSA, A.M. Arte e inclusão. Caderno de textos – **Arte sem barreiras**. Ano 2, no. 3 – ago/dez. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ Lei nº 9394- 96**. Brasília: SEB, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. 3 ed. Brasília: MEC/SEF. Brasília:1998.
- CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CHAUÍ, M. **Um convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CHAVES, M. Intervenções pedagógicas humanizadoras: possibilidades de práticas educativas com artes e literatura para crianças na Educação Infantil. In: **A formação do professor e intervenções pedagógicas humanizadoras**. Curitiba: Instituto Memória. 2010, p. 59-69.
- CUNHA, S. R. V. **As artes no universo infantil**. São Paulo: Mediação Editora, 2011.
- FERRAZ, M. H.C. de T. FUSARI, M. F. R. e. **Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GROMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16.ed.São Paulo: LTC, 2000.
- HONORATO, C. **A formação do artista: conjunções e disjunções entre a arte e educação**. 2011. Tese de Doutorado – Universidade De São Paulo: São Paulo, 2011.
- Huizinga, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva. 2012.
- JANSON, H. W.; A. F. **Iniciação à História da Arte**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JASON, H.W.; JASON, A. F. **Iniciação a história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- KOSIK, K. O Século de Grete Samsa. Matruga, **Revista do Instituto de Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 9,1995.
- LOWENFELD, V. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- MENEGAT, J.; GISMONDI, R.; RANGEL, M. A Construção Multidisciplinar da diversidade de aportes do conhecimento. **Revista Conhecimento e Diversidade**, Niterói, Rio de Janeiro. v. 7, n. 14, p. 10-15. Jul/Dez. 2015.
- REGO, S. C. R. Leitura de imagens: resultados de uma oficina com licenciando em física. In: OLIVEIRA, C. I. C. de. SOUZA, L. H. P. de (Org.). **Imagens na educação em ciências**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 85-109.
- ROSSI, M. H. W. **Imagens que Falam: leitura da arte na escola**. 4. ed. ver. atual. – Porto Alegre: Mediação, 2009. p.144. – (Coleção Educação e Arte; v. 2).
- SILVESTRE, A. A.; SOUSA, A. C. B. de. **Compreendendo os arranjos familiares contemporâneos e os reflexos dessa reestruturação social no espaço escolar**. Realize, Campina Grande, p. 1-14, 2012. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/10c66082c124f8afe3df4886f5e516e0.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; BARROCO, S. M. S. Aquisição da linguagem escrita e intervenções pedagógicas: uma abordagem histórico-cultural. **Revista de Psicologia Fractal**, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 24, p. 27-44. 2012.



Anna Caroliny Lima Kecek Ruiz

Pós Graduada em Psicomotricidade (2020) Faculdade Educamais. Licenciada em História (2018) pelo Centro Universitário de Jales. Pós graduada em Psicopedagogia (2015) pela Universidade Braz Cubas. Licenciada em Pedagogia (2012) pela Universidade Nove de Julho. Bacharel e Licenciada em Educação Física (2009/2010) pela Universidade de Mogi das Cruzes. Técnica em Nutrição e Dietética (2006) pela Escola Técnica Estadual Presidente Vargas. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

BRUNA DIAS CAMPOS

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a importância da família na educação de crianças e jovens, buscando refletir sobre o papel da família no processo de ensino e aprendizagem, que requer muita dedicação de todos os sujeitos envolvidos, pois é preciso discutir sobre a parceria entre família e escola para a promoção do desenvolvimento do educando de forma satisfatória, além realizar uma ampla análise sobre os alunos, suas habilidades, dificuldades, limitações, potencialidades, medos. Para isso, este artigo busca apresentar a necessidade do professor em assumir uma atitude crítica e responsável ao atender cada aluno. Por sua vez, para os pais é essencial criar um vínculo com a escola, ouvindo não só aos professores como toda a equipe escolar na busca de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Aprendizagens. Escuta. Interação. Participação.

INTRODUÇÃO

Participar da vida de uma criança e/ou adolescente, educando-o é uma tarefa complexa, seja como pais, professores ou como profissionais habilitados. Portanto, faz parte desse processo discutir, refletir e analisar o papel de cada um para compreender sua relevância e ações necessárias para que ocorra uma educação efetiva. Nesse contexto, a família, enquanto espaço de promoção de desenvolvimento humano, precisa observar as transformações pelas quais passou no contexto cultural, social e econômico, apropriando-se de técnicas que permitam investigar a própria dinâmica, passando a ser reconhecida como agente potenciador do desenvolvimento, tendo o dever de lutar pelos direitos de suas crianças e jovens desde o início, em uma jornada afetiva, humana e respeitosa, criando uma rede de apoio ao redor desse indivíduo em constante evolução.

Segundo Zabalza (1998) o espaço para a criança é tudo que ela vê ou toca, tudo que ela sente ou faz, é em cima ou embaixo, pequeno ou grande, barulho ou silêncio, cores ou escuridão. Neste espaço a criança cria uma relação entre ela mesma e entre os pares, mais do que um espaço físico é um ambiente onde ocorre as interações sociais entre os indivíduos envolvidos (crianças e adultos). As interações que ocorrem nos espaços são de suma importância para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança.

São inúmeras as necessidades, interesses, desejos, anseios que cercam um ser humano, buscando o acesso a cada direito que lhe compete. Então, a escola deve garantir a criação de estratégias de intervenção pedagógica que visem promover uma compreensão integral da criança e do contexto familiar em que está inserida, proporcionando um desenvolvimento individual sob uma perspectiva interventiva e preventiva, valorizando o respeito à diversidade, atuando como força impeditiva da propagação dos preconceitos do cotidiano escolar e, em consequência, irão possibilitar diferentes oportunidades ao aluno de ser inserido na sociedade com capacidade de integração e participação, vencendo barreiras na busca de equidade de direitos, em que seja visto como cidadão, desde que tenha reais oportunidades, se tornando autores e protagonistas de suas próprias histórias.

A INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

No conceito de Dockrell e McShane (2000), em alguns casos, o meio pode ser o fator principal que desencadeia o problema de aprendizagem de uma criança, podendo não ser a causa única, mas pode contribuir para a aquisição de conhecimentos. Em muitos casos é possível modificar o ambiente para que a criança adquira a habilidade que ainda não possui.

Uma interação real e consciente entre escola e família, desde o primeiro contato do aluno com a escola, possibilita a promoção de diversas vivências que garantam o acolhimento afetivo e respeitoso, permitindo, a cada dia mais, o surgimento de um espaço seguro e promotor de inclusão.

As estratégias são infinitas, podendo incluir uma dinâmica em que se façam presentes brincadeiras, leituras, conversas, etc. Porém, reconhecemos que cada indivíduo tem seu próprio ritmo e tempo para desenvolverem suas habilidades e capacidades, e precisamos respeitá-las, com o propósito de garantir interações e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades.

Por isso, a escola deve promover, a todo tempo, uma comunicação aberta com a família, como nos diálogos estabelecidos no dia a dia, lembrando que a educação é um processo que demanda muita atenção e paciência, sendo preciso considerar as diversas infâncias que constituem uma classe de Educação Básica, pois observamos que cada sujeito é único pelas experiências vividas, pelo contexto histórico e cultural no qual ele está inserido e, principalmente, que a próprio aluno é produtor de cultura e, tendo em vista essa concepção, os educadores devem criar oportunidades para que os alunos vivam experiências que respeitem o seu tempo, contrariando a lógica da quantidade, passando a priorizar o significado das vivências e também favorecer a sua autonomia, havendo sempre a necessidade da escuta das vozes de forma ativa, sendo fundamental, neste contexto educacional, o ouvir, conversar, entender, observar, interpretar, ler as atitudes, acolher e planejar a partir do que as crianças trazem consigo, assim como suas famílias, fortalecendo os vínculos entre alunos, escola e família.

Sendo assim, refletir sobre as experiências realizadas no espaço escolar, observando cada ação, mediação, recurso, estratégia, agentes participativos, considerando a qualidade social da educação como princípio para o avanço do indivíduo enquanto ser humano, no qual a escola deve estar envolvida para superação das desigualdades e construção de relações humanizadas, e a elaboração de um currículo que nasça das interações entre crianças, educadores, famílias e suas culturas.

Segundo Minuchin (1990, p. 57):

A estrutura familiar é um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais. Transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar e estes padrões reforçam o sistema.

Família é um núcleo definido como duradouro, mas que aceita mudanças; um núcleo afetivo e funcional em que cada um cuida de si e do outro, compreendendo o outro como um ser inteiro e dotado de inteligência e desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento, ao mesmo tempo, que possibilite individuação. Ser de determinada família é compartilhar de seu sobrenome, e, por outro lado, ser reconhecido como individualidade, diferente dela e estando nela.

OS DESAFIOS DO FAZER PEDAGÓGICO

Fernández, em seu livro "Os Idiomas do Aprendiz", diferencia o fracasso escolar de dificuldade de aprendizagem. Ela define dificuldade de aprendizagem como uma situação "que provém prioritariamente de causas que se referem à estrutura individual e familiar da criança (problema de aprendizagem-sintoma ou inibição) torna-se necessária uma intervenção psicopedagógica mais pontual" (2001, p. 32). Um pouco mais adiante a autora prossegue afirmando que:

O fracasso escolar afeta o aprender do sujeito em suas manifestações sem chegar a aprisionar a inteligência: muitas vezes surge do choque entre o aprendiz e a instituição educativa que funciona de forma segregadora. Para entendê-lo e abordá-lo, devemos apelar para a situação promotora do bloqueio (FERNÁNDEZ, 2001, p. 33).

A educação é uma área em que todos os profissionais que optam por fazer parte dela precisam estar em constante estudo, reflexão, diálogo, troca de experiências vivenciadas que possam contribuir para novas aprendizagens, descobertas, um novo olhar sobre a própria prática, na busca constante em garantir todos os direitos de cada aluno, para que possa desenvolver seu potencial, aprendendo e ensinando aos seus pares, desde que tenha oportunidade de mostrar toda sua potencialidade, através de ações, recursos, espaços, tempos planejados e oferecidos de forma satisfatória. Mas, antes do professor partir para a prática, é preciso compreender cada conceito que permeia o ambiente escolar, identificando suas especificidades.

Entre os conceitos que precisam de atenção, estão o de tempo, espaço e ambiente, cada um com sua funcionalidade e extrema importância no cotidiano escolar.

O conceito de tempo não pode ser limitado à passagem linear de segundos, minutos e horas, pois está diretamente ligado a individualidade de cada sujeito, determinando a profundidade de suas

interações e vivências com diferentes pares e com o meio. Portanto, a organização do tempo precisa respeitar cada um, em seu processo de aprendizagem, garantindo momentos individuais, espontâneos, coletivos, indo muito além de quantidade, mas devendo ser qualificado para permitir aos alunos expressarem seus interesses, preferências, curiosidades, tendo o foco na escuta atenta as suas vozes, acolhendo e respeitando suas histórias e potencialidades, garantindo a percepção e consideração de suas múltiplas linguagens, transformando cada fala, gesto, olhar, interesse, em ação planejada conjuntamente. A proposta de cada educador, de acordo com o tempo destinado a cada momento em sua rotina, deve contemplar cada aluno, sem exceção, garantindo seus direitos e permitindo seu desenvolvimento, pois cada um possui um ritmo e possibilidades de aprendizagem próprios.

Outro conceito que precisa de compreensão se refere ao espaço, locais em que as atividades são desenvolvidas, no sentido mais físico da palavra, podendo ser caracterizado por objetos, móveis, materiais didáticos e decoração. Ele também não deve ser visto como apenas paredes da sala de aula, pois também contemplam os locais externos, como refeitório, parque, corredores e, inclusive, indo além dos muros da escola. Portanto, um espaço nunca pode ser considerado neutro. Ele pode se tornar estimulante ou limitador. Tudo dependerá das ações desenvolvidas por cada sujeito envolvido.

Já o ambiente diz respeito ao conjunto desse espaço físico e as relações que nele ocorrem, envolvendo afeto e as relações interpessoais desse processo, além dos próprios sujeitos, crianças e adultos.

Um ambiente precisa ser acolhedor, permitindo que cada um se sinta confortável e motivado a superar seus próprios limites. Sendo assim, podemos entender que espaço está associado a termos mais objetivos, enquanto o ambiente se refere diretamente a subjetividade, estando conectados para poderem contemplar os direitos de cada aluno.

Elencar os desafios gerais e entender que as dificuldades encontradas no percurso do processo de ensino e aprendizagem não são poucos fazem parte do cotidiano de um professor ao longo de sua carreira. Muitas vezes acabam se deparando com situações que precisam de solução imediata, mas, nem sempre, ele pode contar com o apoio e trabalho conjunto na busca por melhoria do fazer pedagógico.

Entre os vários desafios, estão o tempo e espaço, sendo uma grande dificuldade a articulação entre os dois, além da urgência em reconhecê-los como elementos educativos, de forma que contemplem cada aluno, favorecendo novas descobertas e aprendizagens, através das interações surgidas de diferentes parcerias e com materialidades ricas de possibilidades, em que o professor se vê como mediador dessas ações, permitindo uma ampla exploração e experiências diversificadas, muito além das previstas por ele e muito além dos muros de uma escola, pois é preciso reconhecer que todo lugar pode ser educativo e o aluno pode aprender a qualquer momento. Nesse sentido, o tempo e o espaço se tornam ferramentas que permitem ao aluno se sentir seguro e ter a autonomia necessária para explorar tudo ao seu redor e vivenciar diferentes experiências, inclusive superando mais um desafio do professor, que consiste em permitir que o aluno participe do planejamento, organização, reorganização, avaliação e registro desses tempos e espaços.

Desta forma, tempo e espaço se tornam educadores, dando voz e vez aos alunos, que têm seus direitos a uma educação que atue na sua construção enquanto cidadãos, sendo respeitados e atendidos plenamente, descentralizando o processo de aprendizagem do adulto, passando a ver o aluno como protagonista desse processo, desde que haja intencionalidade e flexibilidade norteando essas ações, de forma que traduzam um fazer pedagógico efetivamente democrático e qualificado que identifique e possíveis causas que atrapalhem esse percurso.

Segundo Muñoz et al. (2005), pesquisas mostram que fatores familiares contribuem para os problemas de aprendizagem. Problemas como: alcoolismo, ausências prolongadas, doenças, separação e falecimento dos pais são cruciais no desenvolvimento da criança, o que leva a mesma a desenvolver problemas de aprendizagem. Fatores sócio-econômicos como: más condições de moradia, falta de espaço, de higiene, alimentação inadequada ou insuficiente também são fatores que interferem.

Outros fatores podem desencadear uma série de problemas para a aprendizagem de um aluno, como a falta de oportunidade para que ocorra o protagonismo do educando, em que o ensino é centralizado no professor, visto como transmissor de conhecimento, que invalida as experiências dos alunos, considerados seres passivos, com seu mundo desconsiderado. Mas, para que sejam conquistadas algumas habilidades fundamentais para que ocorra um rendimento escolar considerado satisfatório, é imprescindível permitir ao aluno desenvolver a capacidade de dialogar, sabendo ouvir e respeitar opiniões divergentes; aprender a expressar os sentimentos e aceitar os sentimentos dos outros. Por sua vez, faz parte das funções da família participar das atividades escolares dos filhos. É de suma importância que os pais acompanhem a vida escolar dos filhos, que não falem a nenhuma reunião, que se mostrem atentos ao desempenho escolar dos mesmos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, de 1999, apontou que nas escolas que contam com a parceria dos pais os alunos aprendem melhor. A educação dada pela família dá suporte para que o ser humano possa agir enquanto sujeito da sua própria história (PAULINO-PEREIRA; CRUZ; DEBUSSI, 2008).

Os autores acima (2008, p. 113) deixam claro que “o desafio da família é possibilitar momentos para que haja mais diálogo, pois o ritmo desgastante da vida moderna está impedindo o cultivo dos afetos humanos, prejudicando a qualidade de vida”. A educação faz parte desta qualidade de vida e cada indivíduo aprende de uma forma única, a escola precisa ser um espaço plural que promova um ensino verdadeiramente acessível a qualquer aluno, identificando, elaborando e organizando recursos, ferramentas, estratégias para garantir o direito de aprender a todos os alunos, em um sistema de ensino democrático e consciente de seu papel social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas no processo de aprendizagem que podem ocorrer tanto no início como durante o período escolar surgem em situações diferentes para cada aluno, o que requer uma investigação no campo em que eles se manifestam. Qualquer problema de aprendizagem implica amplo trabalho do professor junto à família, para analisar situações e levantar características, visando descobrir o que está representando dificuldade ou empecilho para que o aluno aprenda, sendo necessário a oferta de uma ação multidisciplinar que auxilie o aluno na sua produção escolar e para além dela, ao colocá-lo em contato com suas reações frente à tarefa escolar, com seus vínculos com pessoas ou com conteúdos escolares, com seus lapsos, bloqueios, sentimentos de angústia e hesitações.

Para que ocorra uma ação verdadeiramente transformadora, é necessário ainda abrir mão de posturas educacionais radicais e abraçar propostas nas quais promovam um trabalho consistente e articulado, que define o papel dos diferentes agentes educadores e considere o ser humano em toda a sua amplitude, em toda a sua dimensão.

Família e escola precisam, juntas criar uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isto, é fundamental que se encarem como parceiras de caminhada, pois ambas são responsáveis pelo que produzem – podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra.

Segundo Beatón (2006), o ensino e a educação são tão poderosos que tanto formam para o bem como para o mal, sendo que a direção do processo depende dos conteúdos de sua organização e realização. Este fato permitiu que pensadores de boa vontade defendessem que, como o homem nasce bom, é necessário deixar que ele se desenvolva espontaneamente, afastado dos efeitos de uma educação e um ensino pré-determinados.

Portanto, é imprescindível que família e escola atuem juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando, pois é através da educação que vão se constituir em agentes institucionais capazes de exercer seu papel para a mudança da estrutura social.

Nas sociedades mais simples, a aquisição de conhecimentos não exige estabelecimentos especialmente destinados às tarefas educativas. A aprendizagem se realiza naturalmente, pois a criança participa de forma cada vez mais ativa nos trabalhos comuns. Conforme cresce, o papel que desempenha na comunidade torna-se mais importante e definido.

As estratégias adotadas no decorrer da vida escolar de um indivíduo são inúmeras e, em sua totalidade, trazem resultados positivos, desde que haja um trabalho consciente com ações positivas, por meio de estudos, diálogos, reflexões, planejamentos, replanejamentos e interações efetivas e consolidadas entre escola e família, tornando possível o avanço do aluno em sua jornada acadêmica, deixando de ser um caminhar solitário, abrindo espaço para um percurso solidário, humanizado e que permita o pleno desenvolvimento do ser humano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BEATÓN, Guillermo Arias. **Inteligência e Educação**. São Paulo: Terceira margem, 2006.
- DOCKRELL, J.; MCSHANE, J. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MUÑOZ, J. et al. Descrição, avaliação e tratamento dos transtornos de aprendizagem. In: CABALLO, V.; SIMON, M.A. **Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos específicos**. Livraria Santos Editora, 2005.

PAULINO-PEREIRA, Fernando César; CRUZ, Maria Fernanda da; DEBUSSI, Shirlei Neves. Integração família-escola: a experiência de um estágio em educação e comunidade. **Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ**. Ano 10, n. 20, jan./jun..2008.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



Bruna Dias Campos

Graduada em Letras pela Universidade Cruzeiro do Sul; Graduada em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos; Pós Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A AFETIVIDADE

FABIANA LEMES DA SILVA

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar a relação entre a educação infantil e a afetividade, já que a educação infantil é a primeira etapa que compõe a educação básica. A escola, como ambiente exterior do círculo familiar da criança, é a base para a aprendizagem quando oferece as condições necessárias para que os bebês e crianças sintam-se seguros e protegidos, por isso se faz necessário refletirmos em ações pedagógicas que possam estimular e favorecer o desenvolvimento deles nessa fase. Desse modo, o papel do professor é essencial, pois no momento do ingresso da criança ao ambiente escolar é iniciada uma nova relação com outras pessoas que não pertencem ao seu convívio, então essa etapa requer muito zelo e atenção para que essa nova etapa aconteça de forma agradável e seja proveitosa. Também é importante que todo o planejamento educacional busque organizar ações para o pleno desenvolvimento social e cognitivo de todos, possibilitando o direito de expor emoções, pensamentos e interações entre todos os participantes envolvidos no processo de aprendizagem. Infelizmente, muitas vezes nesse ambiente a afetividade passa despercebida dando lugar a conteúdos sistematizados, ordem e rigidez. É inegável que o professor gera grande influência na relação que o aluno estabelece com a escola, pois a maioria de nós adultos nos recordamos de algum professor que nos afetou durante a vida escolar seja de modo positivo ou negativo. O presente artigo foi desenvolvido por intermédio da exploração bibliográfica de autores que debatem a temática e também das legislações que regem a Educação Infantil (RCNEI, DCNEI, LDB e a Constituição Federal de 1988), trazendo o objetivo de mostrar a influência que o afeto exerce sobre o aprendizado cognitivo de bebês e crianças durante a educação infantil, com a relevância de promover ensinamentos que farão parte de sua vida enquanto sujeito consciente e participativo.

Palavras-chave: Aprendizagem. Professor. Interações.

INTRODUÇÃO

A educação da criança inicia-se primeiramente no ambiente familiar onde ela se sente acolhida e segura ao lado daqueles que já fazem parte do seu convívio. Ao adentrar os muros da escola a mesma se depara com um espaço muito diferente ao qual está acostumada em sua casa, muitas vezes sendo um processo de difícil adaptação tanto para a criança quanto para seus responsáveis, pois a separação afeta ambas as partes.

O início da vida escolar pode ser uma ocasião excitante ou também uma ocasião agradável. Junto com aqueles que realmente estão encantados por estarem iniciando sua vida escolar, existem freqüentemente outras crianças chorando ou pais tensos e nervosos (BALABAN, 1988, p. 24).

Desse modo, todos os ambientes que compõe a Educação Infantil devem ser planejados e organizados para facilitar a adaptação dos bebês e crianças para contemplar tanto as práticas educativas como as relações afetivas buscando suprir os anseios e peculiaridades infantis.

Por isso, é imprescindível a presença de um educador que tenha consciência de sua importância não apenas como um reproduzidor da realidade, mas sim como agente transformador, com uma visão dialógica reflexiva da realidade. Conforme menciona as DCNEI (2013, p. 37):

[...] Dizendo de outro modo, nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo,

depositando ênfase:
I- na gestão das emoções;
II- no desenvolvimento de hábitos higiênicos e alimentares;
III- na vivência de situações destinadas à organização dos objetos pessoais e escolares;
IV- na vivência de situações de preservação dos recursos da natureza;
V- no contato com diferentes linguagens representadas, predominantemente, por ícones – e não apenas pelo desenvolvimento da prontidão para a leitura e escrita –, como potencialidades indispensáveis à formação do interlocutor cultural.

Nesse sentido, a escola é um local onde predominam a heterogeneidade, a diversidade e onde o conflito se faz presente devido às diferenças sendo um espaço propício para incentivo às relações interpessoais positivas. O professor deve ser um mediador do conhecimento, também é um aprendiz nesse processo, pois cada turma o afeta de maneira diferente. Diante de uma dificuldade de sua prática o educador pode ser afetado de maneira positiva a buscar novos conhecimentos como forma de desenvolver estratégias de ensino que leve seu aluno a uma aprendizagem significativa.

Para contribuir no entendimento desse processo temos o francês Henri Wallon que foi médico, educador e um grande estudioso da psicologia infantil dedicando parte de sua vida a conhecer o funcionamento psicológico da criança enfatizando os benefícios do afeto para o funcionamento do corpo e também que as relações que o indivíduo estabelece com o meio onde se insere exerce forte influência no desenvolvimento de seu aprendizado.

De acordo com Wallon mencionado por Bessa (2008):

O afeto é essencial para todo o funcionamento do nosso corpo. Ele nos dá coragem, motivação, interesse e contribui para todo o desenvolvimento do ser. É pelas sensações que o afeto nos proporciona que podemos sentir quando algo é verdadeiro ou não. Para a criança, o afeto é importantíssimo. Ela precisa se sentir segura para poder desenvolver seu aprendizado. Para que esse processo ocorra de forma significativa, o professor precisa ter consciência dos seus atos em relação aos alunos, uma vez que as emoções também fazem parte desse processo, estruturando a inteligência do indivíduo. (BESSA, 2008, p. 76)

Desse modo, a afetividade engloba vários sentimentos que influenciam o vínculo e os relacionamentos obtidos nas interações humanas em alguma atividade, estreitando e aprofundando as relações sociais, valorizando, tornando significativa e trazendo a responsabilidade sobre todas as atitudes e todos os valores envolvidos em qualquer processo educativo auxiliando na sensibilização de toda prática pedagógica.

Arantes (2003, (Org.), p.71) assinala que:

A teoria de Henri Wallon (1879 – 1962) tem por objeto a gênese dos processos psíquicos que constituem a pessoa. Baseia-se numa visão não fragmentada do desenvolvimento humano, buscando compreendê-lo do ponto de vista do ato motor, da afetividade e da inteligência, assim como do ponto de vista das relações que o indivíduo estabelece com o meio. [...]

O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil o educador precisa ser um profissional polivalente, além de educar também precisa cuidar do bem-estar de todos, considerar seu aluno como ser integral e social, respeitar seus conhecimentos prévios ponderando que cada criança tem seu tempo de aprendizagem, suas limitações, peculiaridades e realidades de vida diferentes.

Logo o RCNEI (1998, v. 1 p. 41) salienta que:

[...] Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

No período de adaptação o professor deve ser um facilitador, pois tudo é novo para criança sejam as regras, os horários, as novas pessoas com quem terão contato dentro da escola e vale lembrar a rotina a ser cumprida.

Não é só comunicar conhecimentos, ou seja, dar atividades. A rotina-didática consiste em desenvolver atitudes, em produzir mudança nas atitudes a fim de permitir essa apropriação ativa das situações que aparecem no cotidiano das crianças (modificação das condições existentes).

A rotina-didática tem seu eixo a preocupação com o aprender a criar, pensar, o que significa operar, ou seja, transformar o existente (modificação no sujeito e no meio). GAYOTTO et al (1992, p. 85)

A rotina na Educação Infantil proporciona à criança um estado de segurança permitindo que ela tenha domínio do tempo e do espaço em relação ao período de estadia na instituição. Ao planejar a rotina da escola tanto educadores quanto equipe escolar contribuem para uma melhor organização tendo ainda a chance de rever suas estratégias de aprendizagem. O planejamento requer um fundamento, um objetivo a ser alcançado. Essa organização permite um ambiente menos estressante para as duas partes.

O planejamento enquanto construção-transformação de representação é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo. (VASCONCELOS, 2000, p. 79)

Para isso, a rotina deve ser organizada oportunizando a interação entre todos envolvidos com brincadeiras, rotinas flexíveis e planejadas cuidadosamente para conhecimento de si e do outro desenvolvendo empatia, cooperação, amor e equilíbrio emocional nas atividades realizadas em grupo ou individualmente, tendo a possibilidade de gerenciar e liberdade de sentimentos e emoções no cotidiano da sala de aula.

Gayotto et al (1992, p. 77 e 78) ponderam sobre a função do professor na educação em creches:

Respeitar a necessidade do educando pode acarretar uma perda de autoridade, e conseqüentemente de função? Ao contrário, o papel do educador neste quadro de referências é bem mais importante, e sua formação mais exigente. Demanda um conhecimento amplo e profundo da natureza da criança e das condições que poderão favorecer um tipo de socialização que dê suporte e que seja facilitadora de um espaço criativo e responsável. É mais fácil reprimir, impor um planejamento, do que ajustá-lo segundo as necessidades que aparecem entre as pessoas envolvidas no processo educativo.

Nessa perspectiva o desafio do educador é o de superar a hierarquização que supervaloriza a fala do professor sobre o conhecimento, mas esse deverá vivenciar junto aos alunos relações de respeito mútuo, confiança e atitudes cooperativas. Ter a consciência de que todos são capazes, independentemente de suas limitações, cada qual ao seu tempo, ou seja, desenvolver valores que farão parte da vida da criança em sociedade favorecendo assim a formação de cidadãos mais altruístas, atuantes e confiantes das suas capacidades, considerando que nas relações sociais o afeto é um elemento significativo, sendo um fator essencial e central para a aprendizagem da criança.

Paulo Freire defendia uma educação da emancipação onde o sujeito seja capaz de intervir na sua própria realidade e foi um crítico da "educação bancária" onde segundo ele o professor apenas deposita conhecimento em seus alunos. Ressaltando que o aluno ao ingressar à escola chega com uma gama de informações, não é uma tábua rasa onde apenas observa o professor passivamente na sala de aula.

Ao educador compete o papel de receber este aluno com sensibilidade e empatia, estabelecendo uma relação baseada na confiança onde a criança possa expressar seus sentimentos, dúvidas e angústias sem medo da repreensão. Esta prática contribui de maneira positiva na formação de sua personalidade, de cidadão crítico, participativo e na construção de conhecimentos que lhe serão úteis para além dos muros da escola, aprendizados que farão parte de sua vida, tornando-o mais atuante perante uma sociedade globalizada cada vez mais exigente.

O educador ou a educadora crítica, exigente, coerente no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa, ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade. Não centra a prática educativa, por exemplo, nem no educando, nem no educador, nem no conteúdo, nem nos métodos, mas a compreende nas relações de seus vários componentes, no uso coerente, por parte do educador ou da educadora dos materiais, dos métodos, das técnicas. (FREIRE, 2009, p. 110)

La Taille (2003, p. 113) discorre sobre o desenvolvimento da criança e menciona que “[...] através da cooperação, a criança aprende a organizar seus argumentos [...] e a escutar e compreender os das outras pessoas [...]”. Sendo assim, a função do educador não se limita apenas a transmitir informação, ele precisa desenvolver seu trabalho de modo a proporcionar práticas que ajude seu educando a expandir suas potencialidades num ambiente apropriado com objetivo de estimular e aguçar a curiosidade na busca de novos conhecimentos. Assinala o RCNEI (1998, vol.1, p. 30) que:

Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas.

Ser afetivo não significa pegar a criança no colo o tempo todo, beijar, abraçar entre outros. O professor pode demonstrar afeto por meio de um elogio, de dar atenção quando a criança tiver necessidade de lhe falar algo, ao planejar suas atividades diárias pensando no desenvolvimento de seus alunos, recebê-los com entusiasmo no horário da entrada e se despedir na hora da saída, ou seja, dar a devida atenção ao que afeta esta criança. “No campo da afetividade, reconhece-se hoje que a energia e o entusiasmo típicos da infância e da adolescência [...] podem ser os melhores aliados à criatividade, seja ela artística ou científica” (LA TAILLE, 2003, p. 66). São pequenos gestos que podem fazer toda a diferença, oportunizando ao docente a construção de uma relação de qualidade com base no respeito, confiança e total interação com seus alunos e principalmente o afeto centrado na aprendizagem do aluno.

A consideração da complexidade das relações que se estabelecem entre sujeito e os meios nos quais se insere impõe, no mínimo, que se tenha prudência nos julgamentos tão peremptórios e automáticos que a escola costuma fazer de seus alunos, o que se agrava, é claro, nos julgamentos negativos, quando facilmente se elege determinados únicos – por exemplo, a “degradada” do ambiente familiar – como responsável por distúrbios de comportamento e de aprendizagem. Além do estigma que explicações simplistas como essas provocam, elas são ineficazes [...], eximem o meio escolar de qualquer participação na construção do dito problema. (ARANTES, 2003 (Org.), p. 82)

O corpo docente que compõe a escola assim como todos os profissionais presentes na instituição deve se preocupar e se preparar para que esses alunos sejam recebidos da melhor forma possível, de maneira empática, sendo capaz de se colocar no lugar do outro e buscar olhar o mundo na perspectiva do outro. O educador deve ter sensibilidade ao receber seus novos alunos procurando transmitir-lhes confiança e mostrar que neste novo ambiente há diversas possibilidades de novos conhecimentos, de brincar e fazer novas amizades. De acordo com Barbosa e Horn (2008, p. 86):

Ao professor cabe criar prioritariamente um ambiente propício em que a curiosidade, as teorias, as dúvidas e as hipóteses das crianças tenham lugar, sejam realmente escutadas, legitimadas e operacionalizadas para que se construa a aprendizagem.

A AFETIVIDADE ENTRE CRIANÇAS E ADULTOS: O PAPEL DO PROFESSOR E DA FAMÍLIA

A sociedade se transforma constantemente e no mundo globalizado as informações chegam instantaneamente e as novas estruturas familiares também fazem parte dessas mudanças. Todas estas transformações provocam alterações nas relações interpessoais e no estilo de vida das pessoas.

Carter e McGoldrick (1995, p.13) assinalam essa transformação com relação aos novos padrões familiares e sua organização:

Na geração passada, as mudanças nos padrões de ciclo de vida familiar aumentaram dramaticamente, especialmente por causa do índice de natalidade menor, da expectativa de vida mais longa, da mudança do papel feminino e do crescente índice de divórcio e recasamento. Enquanto antigamente a criação dos filhos ocupava os adultos por todo o seu período de vida ativa, ela agora ocupa menos da metade do período de vida adulta que antecede a terceira idade. O significado da família está mudando drasticamente, uma vez que ela não está mais organizada primariamente em torno dessa atividade.

A mulher sempre teve um papel central na instituição familiar seja como mãe, esposa, dona de casa, o que vem sendo alterado na contemporaneidade.

Atualmente, num ritmo cada vez mais acelerado ao longo das décadas deste século, as mulheres mudaram radicalmente – e ainda estão mudando – a face do tradicional ciclo de vida familiar que existiu durante séculos [...] CARTER; MCGOLDRICK (1995, p. 14)

Hoje a decisão feminina por uma gestação muitas vezes é adiada em função da carreira profissional, a quantidade de filhos diminuiu e muitas optam por uma vida sem filhos. Segundo Carter e McGoldrick (1995, p. 31): “Atualmente, mais da metade de todas as mulheres entre 45 e 64 anos trabalha fora de casa, e a maioria delas em tempo integral.”

Também o custo de vida nas grandes cidades é cada vez mais alto, os pais não têm outra opção que não seja buscarem o sustento de sua família e de tal modo muitas crianças permanecem em escolas integrais, são cuidadas por algum familiar ou por uma babá no período que não estão na instituição. Muitas ocupam seu dia com um número vasto de atividades, restando pouco para o lazer, o brincar e principalmente o tempo em família é cada vez mais escasso e a rotina da criança se torna parecida com a do adulto.

Nesse sentido, a sociedade pós-moderna exige cada vez mais das instituições escolares e de seus profissionais. Carter e McGoldrick (1995, p. 206) relatam que:

[...] O mundo doméstico foi deixado para as crianças e os velhos, sem que as mulheres e os homens saibam muito bem quem deveria ou quem vai criar os filhos ou como criá-los num mundo que possui menos apoio à comunidade do que possuía nas gerações anteriores.

Muitos pais ou responsáveis trabalham em tempo integral restando pouco tempo para se dedicarem aos filhos e muitos acabam atribuindo à escola total responsabilidade pela educação deles, no entanto, família e escola devem caminhar atreladas em função do desenvolvimento pleno das crianças. A Constituição Federal de 1988 destaca:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desse modo, muitos responsáveis tentam recompensar essa ausência com presentes, promovendo assim um consumo desenfreado ou afrouxando as regras. “Mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer – tudo isso é estimulado por essa cultura [consumista] como um dever disfarçado de privilégio” Bauman (2008, p. 128). Esse estímulo pode gerar futuramente adultos ansiosos, consumistas, insatisfeitos com a própria vida, buscando sempre mais e mais.

La Taille (2003, p. 64) aponta que, “[...] os adultos de hoje não têm mais tanta certeza de que sabem mais que seus filhos quais os caminhos que levam à felicidade e, portanto, colocam bem menos limites [...]”.

Para Chalita (2001, p.21) “A preparação para vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família [...]”. O envolvimento das famílias no ambiente escolar é um fator propulsor no desenvolvimento da criança.

Tal atitude estar presente na vida dos bebês e crianças demonstrando que são importantes, assim como disponibilizar um tempo para ler um livro juntos, ajudar na lição de casa, procurar saber como o período em eles estiveram na escola, ou seja, fazer-se presente, pois essas memórias perdurarão para vida toda.

A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço. Se em outros tempos bastava um olhar severo para corrigir o comportamento, hoje se vive na era do "por quê". E com razão. A família autoritária perpetua a sociedade autoritária. Faz permanecer na mente de seus membros os ideais de obediência e submissão, de copia sem questionamento dos padrões estabelecidos. O indivíduo que somente aprende a obedecer não estará preparado para a sociedade complexa deste novo milênio [...]. (CHALITA, 2001, p. 21)

Pois, por intermédio da família que bebês e crianças estabelecem contato com o meio externo, com a cultura e religião tornando-se sujeito social desde o seu nascimento. Infelizmente nem todos encontram no seu lar a devida atenção e cuidado de que necessita. A falta de uma relação afetiva com os pais ou mesmo com professor dentro da sala de aula pode gerar interferências no processo de aprendizagem gerando indisciplina, falta de entusiasmo, baixa auto-estima, sentimentos que podem perdurar por toda a vida. Conforme Chalita (2001, p.17):

[...] Qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar: em alguns momentos, apenas do incentivo; em outros, de uma participação efetiva no aprendizado, ao pesquisar, ao discutir, ao valorizar a preocupação que o filho traz da escola.

O advento da tecnologia, das mídias sociais vem revolucionando e facilitando as configurações de comunicações entre as pessoas que estão cada vez mais conectadas à rede mundial de computadores, entretanto acabam gerando um agravante nas relações humanas, pois nos dias atuais é grande o número de pessoas que se entretêm no mundo virtual esquecendo-se de oferecer a devida atenção à criança que está do seu lado ou muitas vezes permite que esta criança passe horas em frente à tela de um celular, tablet, videogame como forma de tomar o seu tempo. Essa nova era de revolução da comunicação e tecnologia da informação é uma realidade não há como retroceder. A escola é parte integrante da sociedade e se ela se transforma cabe à instituição acompanhar essa evolução promovendo reflexão, atualização e debates frente às novas tendências, desenvolvendo aprendizagens que tenham sentido e que os alunos possam usufruir a mesma no seu dia a dia. Santos (2012, p. 45, 46) relata:

A era da comunicação e da informação requer revisão de hábitos, costumes e valores, mas sem perder de vista a promoção de uma aprendizagem significativa, crítica e reflexiva, capaz de dar conta das demandas sociais e econômicas e de transformar a vida das pessoas positivamente, sempre de forma autônoma e responsável.

Tanta transformação em conjunto com a tecnologia acaba contribuindo para uma geração cada vez mais impaciente. A comunidade escolar integra esse novo modelo de sociedade, é papel da mesma não só a função de fornecer uma educação formal, todavia também a responsabilidade para formação ética e moral dos alunos frente a estas inovações. "[...] Educar para vida e não somente com os conteúdos ensinados na escola [...]" SANTOS (2012, p. 21).

Segundo Santos (2012), muitos educadores ainda não estão familiarizados frente ao uso da tecnologia na escola ao contrário dos alunos que cada vez mais cedo interagem com estes recursos e toda essa transformação exige atualização por parte do docente.

A grande diferença na mudança do processo de adequação das tecnologias educacionais está na adesão, no tratamento das informações e na maneira como o professor apoiará os seus alunos. De forma instigante e desafiadora, desenvolvendo habilidades para a transformação das informações em conhecimento, gerando possibilidades cooperativas e criativas para um aprendizado prazeroso (SANTOS 2012, p. 46, 47).

De acordo com Chalita (2001) nenhum professor é perfeito, a busca pelo conhecimento é uma constante. Rever sua metodologia, repensar e refletir sua prática é um componente importante para que as mudanças ocorram de modo positivo, significativo no aprendizado de seus alunos.

E a escola é o lugar da coletividade, da diversidade, local onde o professor desenvolve habilidades, estratégias que atendam e promovam o ensino-aprendizagem de todos os alunos, pensando nas particularidades de cada um, considerando-os de maneira integrada e de acordo com Chalita (2001, p. 177):

O professor que se busca construir é aquele que consiga de verdade ser um educador, que conheça o universo do educando, que tenha bom senso, que permita e proporcione o desenvolvimento da autonomia de seus alunos. Que tenha entusiasmo, paixão; que vibre com as conquistas de cada um de seus alunos, não discrimine ninguém, não se mostre mais próximo de alguns, deixando os outros à deriva. Que seja politicamente participativo, que suas opiniões possam ter sentido para os alunos, sabendo sempre que ele é um líder que tem nas mãos a responsabilidade de conduzir um processo de crescimento humano, de formação de cidadãos, de fomento de novos líderes.

Demonstrar afeto envolve cuidar do bem-estar, educar, dar amor e, além disso, denota ao mesmo tempo impor limite a uma criança. O mundo contemporâneo exige cada vez mais um professor polivalente. Conforme Martins (2007, p.149):

[...] por causa do processo de tecnologia e dos meios de comunicação, a sociedade está em transformação permanente, o que exige de verdadeiro educador atualização constante por meio de cursos, congressos, simpósios, muita leitura, enfim o educador deve ser um estudioso constante.

Desse modo, família e escola são duas instituições de extrema importância na formação de seres humanos melhores, capazes, ativos, críticos e que alcancem a capacidade de viver a vida integralmente, com alegria e afeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que o professor deve ter sensibilidade, empatia ao lidar com seus alunos principalmente na Educação Infantil, considerar seus alunos como seres importantes, dotado de ideias, sentimentos, emoções e expressões.

Verificamos também através dos estudiosos que o tema afetividade muitas vezes não tem a importância devida no cotidiano e nas práticas do ambiente educacional, assim como para a sociedade atual que se encontra cada vez mais conectada, informatizada, onde as relações interpessoais se desenvolvem cada vez mais por intermédio das novas tecnologias.

Inegavelmente o início da vida escolar é um combinado de sensações para bebês e crianças, não sendo dessemelhante também para a família. Essas sensações podem ser boas ou ruins, fazendo parte da construção de conhecimento do indivíduo.

Sendo assim, a escola precisa criar um ambiente acolhedor, estimulante e afetivo que possibilite aos bebês e crianças enxergarem-se nesse processo. Por esse motivo, a ação do educador é uma contribuição que auxiliará no prosseguimento para o Ensino Fundamental dando sentido a suas identidades, agir e pensar.

É importante proporcionar momentos que estimulem a relação professor-aluno baseada no afeto, mas que de maneira alguma assemelha-se afeto com permissividade. Pelo contrário, a prática do professor deve prezar pela segurança e cuidado aos bebês e crianças, comprometido com a ação que realiza, reconhecendo os bebês e crianças e seu protagonismo em todas as intervenções no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALABAN, N. **O início da vida escolar: da separação à independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil – Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Ministério da Educação: Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf>. Acesso em: 21 Mai. 2022
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BESSA, V. H. **Teorias de Aprendizagens**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, promulgada em 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da

Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 21 Mai. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. v.2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol2.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2022.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CHALITA, G. B. I. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional no. 92 Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/CON1988.asp>. Acesso em 21 Mai. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed. 2009.

GAYOTTO, M. L. C. et al. **Creches: desafios e contradições da criação coletiva da criança pequena**. São Paulo: Ícone, 1992.

MARTINS, J. P. **Gestão educacional**: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Wak, 2007.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. (org.) Henri Wallon. **Psicologia e Educação**. São Paulo: Loyola, 2000.

Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009. Disponível em: <Acesso em 21 Mai. 2022http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2022.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, I. E. **Métodos e técnicas de pesquisa científica**. 4. Ed. Rio Janeiro: Impetus, 2003.

SANTOS, J. **Educação: desafios da atualidade**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2012.

SANTOS, A. M. et al. **Identidade Docente e Afeto na Formação de Professores**. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/c44fac3d-160b-40cb-897b-be794137abfe/Identidade%20docente%20e%20afeto%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores.pdf>>. Acesso em: 21 Mai. 2022.

VASCONCELLOS, C dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2000.

WAJNSZTEJN, A. C.; WAJNSZTEJN, R. **Dificuldades escolares**: um desafio superável. 3ª. Ed., São Paulo: Pampaideia, 2017.

WALLON, H. (1941) **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



Fabiana Lemes da Silva

Graduação em Pedagogia pela Universidade Paulista, 2020, UNIP, São Bernardo do Campo, SP. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pela Faculdade São Luís 2020, SÃO LUÍS; Graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Metodista de São Paulo, 2009, METODISTA, São Bernardo do Campo, SP. Professora de Ensino Fundamental II e Médio – Língua Inglesa na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

IVAN APARECIDO DA SILVA

RESUMO: O artigo tem como objetivo demonstrar a importância da música aplicada no processo de ensino e aprendizagem junto às crianças na educação infantil. A música nessa etapa de alfabetização, pode ser um instrumento de auxílio no trabalho pedagógico do professor, e no desenvolvimento cognitivo e social da criança. O artigo propõe sugestões sobre a prática e utilização do lúdico como atividade de apoio pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo e apresentando sugestões de atividades, trabalho de apoio pedagógico e meio facilitador desse processo, em especial na educação infantil. Analisando o impacto e as habilidades desenvolvidas pelos alunos durante as etapas de construção da alfabetização e do conhecimento. O artigo ressalta ainda os aspectos histórico e culturais da música, e demonstra como ela pode auxiliar no trabalho pedagógico do professor em sala de aula, no planejamento da escola e em ações na comunidade escolar. Despertando a curiosidade, facilitando a aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo. Investigando de que forma o professor utiliza a música como um instrumento facilitador no trabalho pedagógico e, de que maneira a música é trabalhada em sala de aula e como ela pode ajudar no desenvolvimento social e afetivo da criança durante a educação infantil.

Palavras-chave: Aprendizagens. Desenvolvimento. Ensino. Ludicidade. Música.

INTRODUÇÃO

Ao ouvir um impulso sonoro, a criança desperta a percepção auditiva, formando um registro musical. Isso é uma maneira de fazer com que as crianças se relacionem com os sons e o silêncio. O uso de instrumentos que auxiliem na aprendizagem, na etapa da educação infantil tem demonstrado bons resultados. A música é uma das mais antigas formas de expressão da humanidade, sendo valiosa e está presente em nossa vida durante todas as etapas do desenvolvimento. O processo histórico da construção musical nos remete a séculos atrás, em países como Índia, China, Egito e Grécia já existiam uma rica tradição musical. Na Antiguidade, os filósofos gregos consideravam a música como uma dádiva divina para o homem. A música é uma linguagem que comunica e expressa sensações, sentidos, prazeres e está presente nas mais diversas situações da nossa vida, desde a infância a música já faz parte de nossas vidas, nas cantigas musicais, na formação de hábitos, atitudes e comportamentos: como na hora de lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, a realização de comemorações relativas ao calendário de eventos do ano letivo; entre outros. O som musical é utilizado ainda como processo de memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores, que são traduzidos em canções. O poder criador e libertador da música, a torna um poderoso recurso na educação, a ser utilizado no ensino e aprendizagem na etapa infantil, durante o processo de alfabetização e na leitura e produção textual. Em muitos casos, a música pode atender a vários propósitos; como a formação de hábitos, já que essas canções em eventos comemorativos costumam ser acompanhadas por gestos corporais, imitados pelas crianças.

É preciso que a criança seja habituada a se expressar musicalmente, é necessário se aproximar dela e conhecer o significado que ela atribui à música. Desde os primeiros anos de vida, até o final da fase adulta, a música estará presente em nossas vidas. As pessoas construíram suas próprias formas sonoras ao longo do tempo, temos estilos musicais diferentes do Ocidente ao Oriente. O artigo tem por finalidade investigar a música como um instrumento de auxílio no desenvolvimento infantil, em sala de aula em especial na etapa da educação infantil. Os objetivos propostos aqui são: investigar se o professor utiliza a música como um instrumento facilitador no trabalho pedagógico, de que maneira a música é trabalhada em sala de aula, como ela pode ajudar no desenvolvimento social e afetivo da

criança e o olhar do professor para construir junto com os alunos uma aprendizagem significativa na construção e na utilização da música.

Na antiguidade, alguns pesquisadores da música eram matemáticos, na Grécia o filósofo Pitágoras foi um dos que mais se destacou nessas pesquisas. Outros matemáticos ilustres contribuíram para o desenvolvimento de instrumentos musicais. Arquitas, um dos discípulos de Pitágoras definiu a Música como uma das quatro ciências matemáticas, por excelência lecionadas na Europa desde a Idade Média. São bem relevantes os efeitos que a música proporciona, não só na educação, mas em várias áreas do conhecimento. O ser humano é musical, no decorrer da nossa evolução os sons foram transformando-se, criando composições, a música estimula, nos deixa alegre, nos faz feliz, nos ensina a descobrir novas sensações, a medicina utiliza a música em terapias, estimulando o cérebro do paciente a diminuir as dores do corpo. A partir dessa constatação, percebemos o valor desse rico e poderoso aliado instrumento pedagógico para o ensino e aprendizagem, cabe ao professor se apropriar dessa ferramenta, de estar disposto a ousar e experimentar, sem se preocupar com resultados pré definidos, mas com o objetivo de melhorar e facilitar seu trabalho e a alfabetização do aluno. Ensinar utilizando-se da música permite à criança na fase adulta, valorizar uma peça musical, um espetáculo teatral, um concerto e dá a oportunidade do conhecimento dos diferentes gêneros musicais, despertando assim a oportunidade de construir autonomia, a criatividade e a aquisição de novos conhecimentos e criticidade.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA AO LONGO DO TEMPO PARA A HUMANIDADE

Ao longo da história humana, inúmeros filósofos e pensadores de diferentes vertentes do conhecimento teorizaram, escreviam e falavam da importância da música para o desenvolvimento da humanidade. Na Grécia Antiga, Pitágoras de Samos, um dos filósofos da época, compunha e tocava lira desde muito jovem, e a música para ele tinham diferentes finalidades, entre elas; a pedagógica, a da purificação da mente, a da cura de doenças, a do domínio da raiva e da agressividade do homem, dentre outras coisas funções. "Pitágoras demonstrou que a sequência correta de sons, se tocada musicalmente num instrumento, pode mudar os padrões de comportamento e acelerar o processo de cura". (Bréscia 2003, p. 31)

Dentre as várias histórias contadas ao longo do tempo, existem a lenda de Orfeu, músico, poeta e profeta cultuado na cultura grega antiga, diz a lenda que quando cantava e tocava sua lira, acalmava os rios e até os animais, e todos se admiravam aos encantos de sua música. A música sempre fascinou e despertou a alegria na humanidade. Na Grécia antiga, a música criava um ambiente de harmonia e tranquilidade para os filósofos passarem seus ensinamentos a seus discípulos. Para filósofos como Pitágoras, o que importava era entender que a harmonia, uma combinação de sons sucessivos, eram agradáveis aos ouvidos humanos, que davam prazer, traziam tranquilidade e paz. Pitágoras ao longo do tempo, descobriu uma certa ordem numérica que era inerente ao som, e a analogia entre as duas séries, era formada pelo som e o número. Sendo assim, a escolha de uma escala musical, composta de sete sons em harmonia e ritmo, coincide com o conceito de harmonia e melodia das esferas celestes. Os filósofos davam tanta importância à música que muitos a viam como o elemento que dava ordem ao caos do Universo, que harmonizava o turbilhão inicial do qual o mundo foi originado, praticamente todos os filósofos da era antiga postularam sobre o papel da música no Universo e na formação do homem, ensinava como determinados acordes musicais e certas melodias criavam reações definidas no organismo humano. As primeiras formas de expressões musicais são de antes da Antiguidade Clássica e já teriam sido usadas em rituais, tais como; o nascimento, o casamento, a morte, a recuperação de doenças e até a fertilidade. Com o passar do tempo e o desenvolvimento das sociedades, a música passou a ser utilizada também em louvor a líderes, como as executadas nas procissões reais no Egito antigo, os cantos de louvores a Deus ou deuses, entre outros.

A música é composta por uma sucessão de sons e ritmos, sendo formada de três elementos: melodia, harmonia e ritmo. A melodia é o estudo dos sons tocados separadamente, em sequência. Exemplo: um solo de guitarra ou de canto. A harmonia é a combinação de duas ou mais notas tocadas simultaneamente numa combinação de sons. Exemplo, o conjunto de acordes entre um violão e um piano. O ritmo determina o tempo de duração de cada nota musical. Exemplo, o ritmo que é tocado uma composição musical, mais rápido ou mais lento, transmitindo sensações diferentes. Atualmente, a música pertence ao universo das belas-artes, pois se manifesta pela escolha dos arranjos e combinações de sons. É considerada ainda ciência na medida em que as relações entre os elementos musicais são relações matemáticas e físicas. Em uma de suas definições, (BRÉSCIA, 2003, p. 25) diz que a música é: "uma combinação harmoniosa e expressiva de sons é a arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época, a civilização etc." São essas combinações harmoniosas de sons, que fazem

a música funcionar como um elemento de comunicação e identificação dos povos. Daí a sua função de transmissão cultural entre as diversas gerações de povos. Nesse sentido, a música tem um papel fundamental na educação, pois serve como um elo na transmissão de conhecimentos acumulados passados pelas gerações.

A MÚSICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De modo geral, a educação deve considerar o ser humano e a cultura e integrar os conhecimentos, dessa forma a importância da música na educacional infantil está no fato de que ela é um instrumento que consegue de certa forma, trabalhar a personalidade da criança, uma vez que consegue promover no aluno o desenvolvimento de hábitos, atitudes e comportamentos que expressam sentimentos e emoções, podemos afirmar que o acesso à música é necessário ao processo de educação da criança. Quando esse processo de educação musical é conduzido por um professor com formação musical, essa arte deixa de ser apenas recreação, favorecendo uma rica vivência e estimulando o desenvolvimento dos meios mais espontâneos de expressão. Ao unirmos a música à educação, o professor assume uma postura mais dinâmica e interativa junto ao aluno. O processo de ensino e aprendizagem se torna mais fácil durante a etapa de educação infantil, quando a tarefa escolar explora novas descobertas, quando o tédio e a monotonia se tornam ausentes das escolas, quando o professor, além das aulas expositivas e centralizadoras, passa a propiciar experiências diversas com seus alunos, facilitando assim a aprendizagem de novos conhecimentos. A associação da música, enquanto atividade lúdica, com os outros recursos dos quais dispõem o educador, facilita o processo de ensino e aprendizagem, pois incentiva a criatividade do educando através do amplo leque de possibilidades que a música disponibiliza.

A alfabetização da criança através da música, orientada por professores especializados, de maneira a favorecer a sensibilidade, a criatividade, o senso rítmico, o ouvido musical, o prazer de ouvir música, a imaginação, a memória, a concentração, a atenção, a autodisciplina, o respeito ao próximo, o desenvolvimento psicológico, a socialização e a afetividade, ajudam a criança a originar uma efetiva consciência corporal e de movimentação. Isso justifica a presença da música no contexto da educação de um modo geral e, principalmente, na educação infantil, recupera a música na sua condição de linguagem natural, viva de pensamentos e emoções. Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria, se desenvolver sem dar alegria não é suficiente, dar alegria sem se desenvolver, não é educar. Portanto, a integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de integração e comunicação social, conferem um caráter significativo à linguagem musical na educação. Além disso, a música é uma das mais importantes formas de expressão humana.

A MÚSICA NAS ESCOLAS EM SALA DE AULA

A música é um instrumento facilitador no processo de aprendizagem, ela é feita com base no silêncio, pois a criança aprende a ouvir de maneira ativa e reflexiva, contudo fazem-se necessárias algumas mudanças para que esse ensino seja mais atrativo e eficiente. A música é feita num lugar, num tempo e num espaço definido, com essas informações o aluno pode compreender uma obra e estabelecer relações dela com sua vida, por isso a importância do aluno conhecer, se identificar e se apropriar da música, não só por suas características, mas por transmitir sensações e auxiliar no raciocínio lógico, nas diversas sensações, no desenvolvimento psíquico, motor e afetivo. A utilização da música no espaço de educação infantil, é importante pois a criança além de aprender brincando, o ambiente escolar se torna mais agradável e estimula cada vez mais à vontade dela participar das aulas, quando o professor ensina com alegria, através de uma metodologia lúdica e dinâmica própria do mundo das crianças, estarão formando futuros ouvintes, talentosos artistas ou simplesmente pessoas sensíveis e equilibradas.

Na escola, explorar o som com vários objetos é um modo de enriquecer o repertório da turma, dessa forma a música não deve ser necessariamente uma disciplina no currículo escolar, ela pode ser um conteúdo interdisciplinar, interagindo com as diversas disciplinas, como; artes, matemática, educação física. O contexto histórico e cultural da música pode ser trabalhado nas aulas de história, sua localização ao longo do tempo nas diversas culturas de diferentes na cultura de povos e civilizações. Os países e suas tradições musicais podem ser estudados em geografia. Os diferentes tipos de danças podem ser estudados e praticados nas aulas de educação física e artes, entre outras tantas possibilidades. A ideia é trabalhar com uma equipe multidisciplinar, cada escola tem autonomia para decidir como incluir esse conteúdo de acordo com seu projeto político-pedagógico.

É fundamental que as crianças ouçam, cantem e toquem músicas criadas por elas próprias em atividades interligadas, na educação infantil os conteúdos relacionados a música, são trabalhados em situações lúdicas, fazendo parte do contexto global das atividades, pois quando as crianças se encontram

em um ambiente na qual o professor está atento a suas necessidades, falando, cantando e brincando com e para elas, as crianças adquirem a capacidade de atenção, tornando-se capazes de ouvir os sons do entorno. Podendo aprender com facilidade as músicas mesmo que sua reprodução não seja perfeita. Criar o hábito da audição é importante, pois vivemos numa sociedade totalmente visual, na qual os sons raramente aparecem dissociados das imagens. As trilhas sonoras dos desenhos infantis ou filmes podem propiciar a criança contato com diferentes tipos de canções.

O ensino musical vai além dos sons conhecidos, ele desenvolve o raciocínio, a criatividade e outras aptidões, por isso, deve-se aproveitar esta atividade educacional dentro das salas de aula para ampliar o que a turma já conhece e ajudar a desenvolver critérios de seleção do que escutar. Há várias formas de se trabalhar a música na escola, de forma lúdica e coletiva, utilizando jogos, brincadeiras de roda e confecção de instrumentos. Na prática escolar, o ensino da música deve ter atenção prioritária, musicalizar é falar em educar pela música, contribuir na formação do indivíduo, como um todo, lhe dando oportunidade de imergir em um imenso universo cultural, enriquecendo sua inteligência através de sua sensibilidade musical. A música trabalhada no processo educacional ajuda a criança em seu desenvolvimento. Seria muito importante, que os cursos de formação de professores contemplem o componente de música, ensinando-o como usá-la em sala de aula, e como ela pode ser uma parceira no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Em muitas escolas a falta de formação de parte dos docentes, em relação ao processo de ensino e aprendizagem musical na educação infantil prejudica o desenvolvimento de projetos na área. Nas escolas, faltam espaços para criar e para valorizar a invenção das crianças, faltam recursos e material de apoio, e ainda temos de enfrentar o excesso de conteúdo a ser aplicado em sala de aula e a falta de disciplina dos alunos.

Em algumas escolas os professores encontram na música uma oportunidade incrível de auxílio no processo de alfabetização. Dessa forma, observa-se a necessidade de se trabalhar e introduzir a música no contexto escolar. Por vezes, a música é vista apenas como forma de brincar, mas brincando também se aprende. Quando se coloca a música certa para o conteúdo adequado, os dois geram uma aprendizagem para o aluno, pois é um meio gostoso de aprender. Segundo o psicopedagogo, educador de arte e mestre em educação João Beauclair (2004): “a música não é só uma questão de interferência na educação da criança, é uma necessidade, que deve ter espaço consagrado rotineiro, por possibilitar a melhoria da sensibilidade, beneficiar os processos de aquisição da leitura e da escrita e auxiliar na melhoria da capacidade de memorização e de raciocínio”. Na escola, a música favorece um ambiente prazeroso, sendo um instrumento de grande importância que auxilia o docente nas aulas. A música pode não somente ajudar as crianças no aprendizado, mas também nos casos de crianças que tenham problemas de relacionamento ou inibição, a criança é incentivada a construir o conhecimento, com métodos diferenciados e que as estimulem a querer aprender. É importante observar que a música é algo já difundido na vida das pessoas, e ela é uma ferramenta que contribui para formação integral do ser humano. Por meio dela a criança entra em contato com o mundo letrado e lúdico.

As atividades realizadas na escola tem como objetivo ampliar a linguagem sonora e musical da criança, e despertar nela o gosto pela música. Uma das atividades realizada na escola foi levar um rádio tocador de CDs e diversos CDs de diferentes estilos musicais, e deixar as crianças manusear os objetos, ler e ver os desenhos dos encartes, perceberam que a música foram feitas em mídias físicas e ao longo do tempo a indústria a transformou em algo digital. As crianças puderam gravar suas músicas ou sons e ouvirem o que haviam cantado, e analisaram o que os demais haviam produzido e do que haviam gostado. Esse contato da criança com os objetos musicais e a produção e escuta, propiciou uma transformação na maneira dela enxergar e ouvir a música. Isso foi uma maneira de ensinar atividades musicais de forma que elas compreendessem o som e suas transformações, produzindo um contexto significativo de descobrimentos, experimentos e questionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino e aprendizagem na educação infantil nunca esteve tão em foco como nestes últimos anos, muitas crianças estiveram ou estão fora da escola. A preocupação por parte dos teóricos e estudiosos, especialmente após um período de pandemia, onde a maioria das escolas, em diversos Estados brasileiros, fecharam seus acessos físicos para as crianças, onde o ensino e aprendizagem tornaram-se remotos, o processo de aprender e ensinar tem nos levados a reflexões, mudanças de posturas e a buscar ajuda em várias ferramentas que nos auxiliem na tarefa de ensinar, assim como também na construção do conhecimento. Os jogos educacionais, a dança e a música têm se mostrado como bons instrumentos no processo de ensino e aprendizagem, em especial na educação infantil. A motivação que causam nos alunos, atrelado ao lúdico, além das possibilidades de interações com várias

áreas do conhecimento, proporcionando atividades ou projetos interdisciplinares, vem reiterar as potencialidades destes instrumentos como importantes recursos nesta difícil e prazerosa tarefa de ensinar. A expressão musical, assim como os estilos de ensino e aprendizagem, é construída social e culturalmente, inseridos no contexto escolar. Pois, auxilia no processo de aprendizagem das crianças, despertando a área afetiva, linguística e cognitiva. É necessário introduzir a educação musical não só na estrutura curricular, mas no cotidiano da sala de aula, para que seja capaz de transformar os alunos. Neste contexto, o professor é uma figura importante, embora não seja o protagonista. Ele será o grande responsável por mediar todas as situações, escolhendo as atividades, intervindo quando verificar que o uso dos jogos, da música ou do lúdico não estão sendo suficientes para que se atinja o objetivo proposto, fazendo as adequações necessárias ou buscando novos recursos.

A autonomia do professor deve ser respeitada, assim como a coragem para desbravar novos caminhos se fazem necessárias, pois ao optar pelo lúdico é preciso ter a percepção, entre erros e acertos, que construímos e desenvolvemos novas formas de aprendizagens. Diante disso, o artigo visou buscar uma maneira de aprimorar a educação de nossas crianças, em especial na educação infantil, durante o processo de ensino e aprendizagem, foi possível perceber que a música é um instrumento valioso para o professor durante esse processo, e podem enriquecer o conhecimento dos alunos sobre o estudo de conteúdo específicos ou interdisciplinares. A música é necessária nesta fase escolar, pois a criança aprende brincando, infelizmente a realidade das escolas, quanto ao ensino de música ainda é precária, e se acontece e de forma superficial. Sabe-se que para a educação infantil a música é uma motivação para aprender. Portanto, é necessário introduzir a música não só na estrutura curricular, mas no cotidiano da sala de aula, da escola. Assim, ela será capaz de transformar e ajudar os alunos motivando-o e fazendo com ele se sinta capaz, e que o professor assim como toda a comunidade escolar deve estar disposto a mudar seus métodos de ensino e buscar se aprimorar visando um melhor resultado no seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.
- BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: integral da criança**. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2003.
- DEL BEN, L.; HENTSCHKE, L. Educação musical escolar: uma investigação a partir das concepções e ações de três professoras de música. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n. 7, 2002.
- FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. Martins Ferreira. São Paulo: contexto, 2010, 7. ed. 3ª impressão.
- FIORENTINI, Dario; MIORIM, Maria Ângela. Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no ensino de Matemática. **Boletim SBEM-SP**, São Paulo, 1990.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental Introdução dos Parâmetros Curriculares**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental Introdução dos Parâmetros Curriculares**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: CENP, 1998.
- ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação musical para a pré-escola**. São Paulo: Ática, 1990.



Ivan Aparecido da Silva

Graduação em Geografia pela Universidade Guarulhos, UNG, 2006, Guarulhos, SP; Especialista em Educação Musical pela Faculdade Campos Elíseos, FCE, 2018; Professor de Ensino Fundamental II e Médio em Geografia na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



RESUMO: O presente artigo discute sobre as dificuldades de aprendizagem, a partir dos possíveis motivos, incluindo-se a questão da indisciplina. As dificuldades de aprendizagem são fruto de uma interação entre aspectos genéticos e ambientais. O aspecto genético é o que dá a propensão a criança para apresentar determinados processamentos cognitivos que vão levar a aprendizagem. Já os aspectos ambientais contribuem para a mesma e podem diminuir essa dificuldade ou não. A metodologia escolhida foi a qualitativa para o tratamento dos dados a partir de revisão bibliográfica. Os resultados encontrados indicaram que é preciso adaptar a sala de aula para os alunos com dificuldades relativas à aprendizagem a partir de uma pedagogia diferenciada, ou seja, uma abordagem com estratégias e instrumentos que atinjam as reais necessidades desses alunos.

Palavras-chave: Acolhimento. Desafios. Estratégias. Indisciplina. Interações.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o número de alunos com dificuldades de aprendizagem aumentou consideravelmente. Essas dificuldades, por vezes, são vistas como uma desordem ou transtorno de aprendizagem. Pesquisas indicam que muitos alunos sofrem de distúrbios. Estes afetam a capacidade do cérebro em receber e processar informação e pode tornar problemático o aprendizado. Uma descrição melhor definida pelo olhar etimológico indica que a palavra distúrbio pode ser traduzida como uma patologia por uma mudança violenta da ordem natural.

O uso dessa expressão tem se estendido de maneira excessiva entre professores, porém, nem sempre se consegue deixar claro o significado desta expressão ou os critérios que se utilizam como base no ambiente escolar.

Para fazer a prevenção de ocorrências de erros de interpretação o comitê National Joint Committee for Learning Disabilities, nos Estados Unidos, órgão que normatiza as discussões referentes aos distúrbios de aprendizagem, compreendendo as alterações como intrínsecas à pessoa e presumivelmente devido a disfunções do Sistema Nervoso Central (SNC), por exemplo, acompanhada de uma explicação em que a origem do distúrbio poderia ser interno, incluindo-se o mal funcionamento do SNC.

Os alunos que demonstram dificuldades na aprendizagem, necessitam de intervenção diferenciada para desenvolver um pensamento positivo baseado na sua própria intuição, como pessoa apta a aprender e ser o agente principal dessa aprendizagem, favorecendo o seu aprendizado e o seu desenvolvimento afetivo e social, contribuindo para a formação da personalidade.

O QUE SÃO DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM?

Para grande parte das crianças e adolescentes aprender se tornou um desafio. Levando isso para um contexto geral, não indica que seja uma deficiência na aprendizagem, pois, cada aluno possui uma capacidade diferente, uns com grande capacidade para ouvir, assimilando muitas informações ao ouvir o docente; já outras possuem a facilidade de aprender visualmente, simplesmente lendo; e alunos que são chamados de cinestésicos, onde possuem maior facilidade de aprendizado através da interação física com objetos.

Para determinados alunos tanto a fala como as imagens, podem fazer menos sentido do que uma interação pessoal, porém, dentro de uma sala de aula, os alunos são heterogêneos e é esperado que todos aprendam independentemente da metodologia escolhida. Desta forma, acaba sendo inevitável que algumas crianças apresentem problemas quanto à aprendizagem (SCOZ, 1994).

Existem pesquisadores que acreditam que possa existir certa diferença entre problemas e deficiências de aprendizagem. A explicação seria por pensar que os problemas poderiam ser superados a partir da dedicação e paciência não podendo-se dizer o mesmo para a deficiência de aprendizagem. Assim:

Muita criança com deficiência de aprendizagem tem inteligência média ou acima da média; algumas, de fato, são extremamente brilhantes. É esse paradoxo que muitas vezes alerta os médicos da possível presença de uma deficiência de aprendizagem (MIRANDA, 2000, p.58).

Uma explicação seria que os alunos não possuem apenas certa dificuldade para acompanhar seus colegas de sala, mas, que o desempenho acaba não sendo compatível com o seu real potencial. Desta forma, segundo o Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagens:

Dificuldade de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldade na aquisição e no uso da audição, a fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas desordens são intrínsecas ao sujeito. Presumidamente, devido a uma disfunção no sistema nervoso central, podendo ocorrer apenas por um período na vida (CIASCA, 1994, p. 36).

Fernandez (1991) apresenta uma visão que abrange mundialmente a discussão relativa às dificuldades de aprendizagem:

Se pensarmos no problema de aprendizagem como só derivado do organismo ou só da inteligência, para a sua cura não haverá necessidade de recorrer a família. Se ao contrário, as patologias no aprender surgissem na criança somente a punir sua função equilibradora do sistema familiar, não necessitaríamos, para seu diagnóstico e cura recorrer ao sujeito separadamente da sua família [...] (FERNANDEZ, 1991, p. 46).

Desta forma, não existe um consenso na bibliografia em relação a sua descrição para as dificuldades de aprendizagem. Sob uma visão sobre a origem orgânica, as dificuldades de aprendizagem são consideradas como desordens neurológicas que comprometem o recebimento ou a compreensão de uma dada informação e são detectadas por dificuldades expressivas junto a aquisição e desenvolvimento da fala, da leitura, da escrita, do raciocínio, aptidões matemáticas ou capacidades sociais (CORREIA E MARTINS, 2005).

O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais - DSM IV (1994), por sua vez, explica o transtorno da aprendizagem como sendo os resultados de um indivíduo em testes padronizados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização e nível de inteligência.

Já a Classificação de transtornos mentais e de comportamento - CID 10 (OMS, 1998), denomina essas dificuldades como transtornos nos quais as modalidades habituais de aprendizado estão alteradas desde as primeiras etapas do desenvolvimento.

Numa possibilidade educacional, as dificuldades de aprendizagem se espelham em uma incapacidade ou empecilho para a aprendizagem da leitura, escrita e/ou cálculo ou para a obtenção de aptidões sociais (CORREIA E MARTINS, 2005)

Ballone (2004), cita que as dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como se fossem problemas indissolúveis, mas, sim como desafios que fazem parte do próprio processo da aprendizagem. Também considera necessário identificar e preveni-las mais prematuramente de preferência ainda na pré-escola.

Porém, de acordo com Ross (1979, apud MIRANDA, 2000), o uso do termo distúrbio de aprendizagem, chama a atenção para a presença de crianças e adolescentes que vão para as escolas e apresentam dificuldades de aprendizagem, embora não apresentem de forma aparente problemas intelectuais, sensoriais ou emocionais.

Essa rotulação ainda de acordo com o autor, resultou ao longo dos anos, o esquecimento dessas crianças, sendo deixadas de lado, não diagnosticadas e até mesmo esquecidas; e as dificuldades que demonstravam eram compreendidas de diversas maneiras como hiperatividade, lesão cerebral mínima, dificuldades ou disfunções da aprendizagem.

Assim, até pouco tempo atrás, os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem eram utilizados de forma aleatória, tanto na literatura como na prática clínica e escolar para designar quadros diagnósticos diferentes (MOOJEN, 1999).

Segundo Fonseca (2008), dentre os principais transtornos que podem levar a dificuldades em aprender, pode-se destacar alguns.

A Hiperatividade é um distúrbio de ordem neurológica, cujos sinais são a inquietude, desatenção, falta de concentração, impulsividade e agitação psicomotora. A Dislexia, uma perturbação da linguagem que se manifesta na dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, na dificuldade de distinção ou memorização de letras ou grupos de letras, e problemas de ordenação, ritmo e estruturação das frases, afetando a leitura e a escrita.

A Disortografia que é uma dificuldade da escrita, que pode manifestar-se independentemente de haver ou não alterações na leitura. Na maior parte das vezes constitui-se como um conjunto de erros de escrita, feitos de forma sistemática, que afetam a palavra, mas não o seu traçado ou grafia e que podem provocar a total ilegibilidade dos escritos.

A Disgrafia, uma alteração da escrita que afeta na forma ou no significado, sendo tipo funcional. Há uma perturbação na componente motora do ato de escrever, provocando compressão e cansaço muscular, que por sua vez são responsáveis por uma caligrafia deficiente, com letras pouco diferenciadas, mal elaborada e mal proporcionada.

E a Discalculia, um transtorno adquirido da habilidade para realizar operações matemáticas básicas, tais como: quantificação e numeração ou cálculo aritmético. É causada por disfunção de áreas tempororo-mentais. A discalculia está muitas vezes associada à dislexia (FONSECA, 2008).

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO ESCOLAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

O conteúdo e a prática social voltada para a educação em consequência da sua gestão são determinantes para a evolução do mundo do trabalho. Portanto, a administração da educação é determinada pela concretude histórica da produção material da existência humana e pelo objeto específico da prática social da mesma (LA TAILLE, 2010).

Importa explicitar o sentido, a razão de ser, o caráter fundamental do ato pedagógico, da relação professor e aluno neste novo mundo do trabalho que emerge e exige ao mesmo tempo. Esta explicitação implica o desvelamento do quê, de fato, é necessário objeto de aprendizagem na escola.

Educação no sentido amplo é o processo concreto de produção histórica da existência humana. Neste sentido, todas as relações estabelecidas da pessoa com o mundo, com os outros e consigo mesma faz parte do processo educativo. No processo histórico da inclusão das pessoas junto a intervenções educativas, que constituem a prática social educativa (ESTRELA, 2002).

Já num sentido mais restrito, educação é uma prática social que tem por objetivo contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas, a partir de intervenções educativas no processo histórico e concreto das pessoas (NUNES, 2011).

Em nossa época, a forma mais conhecida de intervenção educativa é a própria escola. O centro, a razão de ser e o sentido desta educação, como prática social, é a aprendizagem, o ato pedagógico e a relação interpessoal entre profissionais da educação e educandos com o objetivo explícito de educar, de intervir durante o processo de ensino e aprendizagem.

O objeto específico desta aprendizagem é o conhecimento. Portanto, a compreensão ou o sentido de conhecimento é fundamental e determinante para o ato pedagógico e para a administração da escola. O conhecimento pode ser entendido como produto, como informação ou como processo, como construção.

Estas duas compreensões implicam em formas antagônicas de se administrar o ambiente escolar, nos seus processos de política, planejamento, gestão e avaliação. O conhecimento como informação, é chamado de saber historicamente acumulado servindo de objeto do trabalho pedagógico a partir do conhecimento enquanto informação; a função e o objetivo do ato pedagógico é a socialização deste saber para que ele seja incorporado pelos alunos. O saber historicamente acumulado pela humanidade deve ser transmitido pelos profissionais da educação e devem ser assimilados pelos mesmos (ALMEIDA, 1993).

O importante é que o aluno compreenda o saber existente, e não que se torne uma enciclopédia ambulante, neste sentido, como um computador ou uma enciclopédia que teoricamente saberiam muito mais do que as pessoas.

Uma educação com esta visão de conhecimento, em que é preciso desenvolver as diferentes competências e habilidades ao máximo, contribui para a produção de pessoas cultas, onde a falta desse tipo de entendimento sobre o conhecimento pode ser justificada como uma prática pedagógica e uma gestão escolar autoritária, onde nada impede que o conteúdo seja imposto e a prática educativa seja autoritariamente gerida. Esse tipo de gestão está voltada para uma educação já ultrapassada como a relação entre os que sabem e devem transmitir e os que não sabem e devem assimilar (ASSIS, 1990).

O conhecimento como processo e como produção, é a construção do saber, o conteúdo, as informações ou o saber historicamente acumulado pela humanidade, que devem ser trabalhados e não assimilados no ato pedagógico. O importante é que o aluno compreenda a sua própria palavra e desenvolva a sua competência para exercer o direito de se pronunciar.

A ação pedagógica focada no conhecimento como construção é, por exigência intrínseca, interativa, interpessoal, participante e democrática, exigindo uma gestão compartilhada.

A prática democrática da gestão da escola deve envolver a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político Pedagógico que decorrem da natureza e do caráter fundamental do processo educativo, que é o objeto da relação pedagógica: o conhecimento como processo, como construção, como ampliação do saber e produção de estruturas mentais avançadas, exigidas para a inserção competente na sociedade do conhecimento que emerge e para a efetiva emancipação humana.

Quanto ao comportamento que também pode gerar dificuldades de aprendizagem, pode-se afirmar que o homem significa o mundo e a si próprio por meio das experiências sociais. Desse modo, essa concepção liga o desenvolvimento da pessoa à sua relação com o ambiente sociocultural em que vive e à situação do organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos da sua espécie (BALLONE, 2005).

De qualquer forma, em relação ao papel da escola, é preciso considerar que a vida social exige certas competências e que a escola precisa trabalhá-las, criar alternativas, encorajar interesses, abrir as portas da consciência e da reflexão. Se o conhecimento em sala de aula parece ocorrer em acordo ou desacordo com as características esperadas e idealizadas das relações entre o sujeito consciente e o agente mediador, é preciso cuidado para que as ocorrências heterogêneas das inter-relações entre os sujeitos sejam melhor caracterizadas, abrangendo possibilidades que estão além das noções de harmonia ou ajuda (CIASCA, 1994).

É preciso atuar na zona de desenvolvimento proximal considerando tudo o que se pode prever na intencionalidade pedagógica para tornar possível algo que o indivíduo ainda não faz.

Vygotsky (1989), já dizia que a Zona de Desenvolvimento Proximal se subdivide em Nível de Desenvolvimento Real, que é quando o aluno capta o conteúdo e consegue fazer as atividades sozinho; e o Nível de Desenvolvimento Potencial, que é quando o aluno realiza as atividades, porém, necessitando de algum tipo de ajuda.

Assim, os dois níveis se tornam essenciais e, ao mesmo tempo, complementares, onde o aluno precisa passar do desenvolvimento potencial para o proximal. Na Zona de Desenvolvimento Proximal, o mediador, deve ensinar as crianças e intervir no ensino, ajudando-a trazendo experiências e estruturando a aprendizagem intencionalmente.

Portanto, deve-se estabelecer, constantemente, um objetivo para desenvolver as funções superiores como a linguagem, a atenção voluntária, a percepção, a memória, o raciocínio, dentre outras; ou seja, elevar o nível dos programas de ensino, de instrução e desenvolvimento não desenvolvem de forma direta, mas, são processos que se encontram em relações múltiplas complexas que contribuem para isso.

A partir de todos esses referenciais, é possível afirmar que os comportamentos de uma pessoa, suas expressões, gestos e atitudes, representam sua maneira de ser, desenvolvendo-se na sua relação com as outras pessoas do seu meio e que traz as marcas de certos padrões culturais. Portanto, ao se discorrer sobre a questão da indisciplina, pode-se dizer que não se trata de um traço inerente ao sujeito (criança/aluno), mas que esse sujeito se constitui na sua personalidade a partir de suas experiências concretas no grupo cultural ao qual pertence (relações familiares, educação infantil, educação escolar, entre outros) (NUNES, 2011).

Nessa perspectiva teórica, os processos humanos, entre eles os comportamentos disciplinados ou não, têm sua gênese nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural. O homem significa o mundo e a si próprio não de forma direta, mas, por meio da experiência social mediada.

É também dever da escola desenvolver o sentido da individualidade e da identidade do aluno, o que se faz por meio da participação no processo social, na assimilação cultural e no desenvolvimento de valores e atitudes. Nós nos construímos como pessoas iguais e, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras, por isso, é preciso ampliar o conhecimento nas diferentes áreas, tendo em vista a relação com o outro, as questões políticas mais amplas, a saúde coletiva e o meio ambiente (SISTO, 1997).

Assim, é preciso que a escola faça uma adequação ao conhecimento das necessidades reais dos alunos, avaliando suas condições sociais, cognitivas e emocionais, promovendo com este diagnóstico, o desenvolvimento global do indivíduo, através de métodos eficientes e do amor por ensinar.

Sendo assim os educadores e gestores devem possuir uma visão política e filosófica, competência técnica, bem como conhecimento a respeito da psicologia do desenvolvimento do ser humano e suas etapas. Dessa forma, poderão transmitir valores e significados aos alunos, que se trabalhados de maneira democrática, com a participação ativa de todos os envolvidos na educação, poderá trazer bons resultados.

A indisciplina escolar pode desencadear violência escolar (agressão física e verbal aos agentes escolares, professores e colegas, depredação do ambiente físico, desrespeito ao próximo). Essa violência é a contraposição ao governo e à educação, sendo a manifestação da insatisfação e descontentamento perante a sociedade (AZEVEDO, 2003).

Portanto, se deve empregar nas escolas e comunidades, constantemente, conceitos de não violência, para que haja a prevenção e não apenas tentativas de combate. No entanto, é necessário educar pela paz, liberdade e para a cidadania. Lembrando também que a indisciplina no ambiente escolar pode resultar em dificuldades de aprendizagem, ou ser um dos motivos dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começam a aparecer dissociações no campo da aprendizagem e sabe-se que o educando não tem danos orgânicos, pode-se pensar que estão se instalando dificuldades na aprendizagem, ou seja, algo vai mal no pensar, na sua expressão oral e escrita, no agir sobre o mundo.

A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental na qual o pensamento, a percepção, as emoções e os conhecimentos prévios estão envolvidos e onde o aluno deve sentir o prazer em aprender.

É necessário que se adapte na sala de aula ao ter contato com os alunos que enfrentam dificuldades relativas à aprendizagem uma pedagogia diferenciada, ou seja, uma abordagem com estratégias e instrumentos que atinjam as reais necessidades do aluno. O objetivo será sempre o de considerar a diversidade dos alunos, seu nível real de conhecimento e dar a todos a chance de aprender.

Sendo assim, inferimos que a função do professor deve ir muito além da abordagem dos conteúdos que lhe são expostos no currículo, devem procurar entrar no universo do aluno na tentativa de perceber como ele está aprendendo e se há entraves para que a aprendizagem ocorra, de posse dessas informações, buscar novas maneiras de lecionar as metodologias de trabalho diferenciadas que visem o aprendizado de todos os alunos, dando um enfoque especial aqueles que encontram maiores dificuldades para aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S.F.C. de. O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar aprender. **Temas em Psicologia**, n.1, 1993.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM**. 4 ed. Washington D/C, 1994.
- ASSIS, M.B.A.C. Aspectos afetivos do desempenho escolar: alguns processos inconscientes. **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, n.20, p.35-48, 1990.
- AZEVEDO, E.M. dos S. **A indisciplina na escola: processo de formação e identidade da criança**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BALLONE, G.B. **Dificuldades de Aprendizagem (ou Escolares)**. 2004. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=49&sec=19>. Acesso em: 05 mai. 2022.

-
- CIASCA, S.M. **Distúrbios e dificuldades de aprendizagem em crianças: análise do diagnóstico interdisciplinar.** Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Neurociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- CORREIA, L.M.; MARTINS, A.P. (2005). **Dificuldades de Aprendizagem. O que são? Como entendê-las?** Biblioteca Digital. Coleção Educação. Portugal, Porto Editora. Disponível em: www.educare.pt/BibliotecaDigitalPE/Dificuldades_de_aprendizagem.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.
- ESTRELA, M.T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula.** 4ª. ed. Porto: Porto, 2002.
- FERNANDEZ, A. **A Inteligência Aprisionada: Abordagem Psicopedagógica Clínica da Criança e da Família.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FONSECA, J.F. de O. **Dificuldade da aprendizagem.** Uberaba: FIJ, 2008.
- LA TAILLE, Y. de. **Limites: três dimensões escolares.** São Paulo: Ática, 2010.
- MIRANDA, M.I. **Crianças com problemas de aprendizagem na alfabetização: contribuições da teoria piagetiana.** Araraquara, SP: JM Editora, 2000.
- MOOJEN, S. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? In: Rubinstein, E. (Org.). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- NUNES, A.O. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores.** São Paulo: Contexto, 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 - Diretrizes Diagnósticas e de Tratamento para Transtornos Mentais em Cuidados Primários.** 1998. Porto Alegre: Artes Médicas. Rev Bras Psiquiatr, 21 (2), 1999, 105 páginas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/4ksbFDTVKW77jBjx8Cvzkr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar é de aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- SISTO, F.F. **Aprendizagem e mudanças cognitivas em crianças.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- VYGOTSKY, L.S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1989.

José Aparecido Santana



Licenciado pelo Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, denominado Normal Superior pelo Centro Universitário Hermínio Ometto, UNIARARAS; Pós Graduação Lato Sensu, Especialização em Gestão Educacional na Área do Conhecimento, Educação pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL; Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Associada Brasil, FAB; Cursando Especialização em Educação Especial com ênfase em Atendimento Educacional, AEE, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, SME ministrado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Professor de Educação Infantil, PEI da Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E A ARTE PARA A MELHOR IDADE

MARCIA MUNIZ BRILHANTE DE TOLEDO

RESUMO: Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância da contação de história, o lúdico e a expressão artística através das artes plásticas, para idosos, valorizando suas experiências de vida e memória, ampliando sua participação social. A Arte, a contação de história e o lúdico, são importantes estímulos à imaginação. O resgate das memórias, pode auxiliar na preservação do cognitivo e no estado socioemocional de idosos, difundindo valores e identidades culturais importantes para a história, facilitando interações e convivência harmoniosa entre as pessoas.

Palavras-chave: Aprendizagens. Memórias. Idosos. Vivências.

INTRODUÇÃO

A contação de histórias é uma prática há muito utilizada, tanto de forma livre por qualquer pessoa, quanto de forma intencional pela Pedagogia. Por meio dela, informalmente, muitas pessoas transmitiram seus conhecimentos, perpetuaram suas tradições e ensinamentos, assim como outras, formalmente, também se utilizaram deste instrumento para potencializar a aprendizagem.

Utilizar a contação de história como instrumento de aprendizagem supõe a intenção de propiciar uma releitura para aquilo que é apresentado, ou seja, ouvir e valorizar a interpretação feita pelo ouvinte.

De acordo com Claver (2007, p. 9) “escrever com arte significa mexer com o olho do leitor. Brincar com o olho que acha que tudo vê e tudo sabe”. Logo, a combinação da releitura através da contação de histórias e as possibilidades de interpretação de obras de arte, em especial, os quadros, é um caminho que tende a ser próspero.

As metodologias adotadas para a presente pesquisa serão bibliográficas e de campo. Na metodologia bibliográfica teremos como norteador, obras e estudos de arte, mediação de leitura para idosos em espaços não formais. Para a metodologia de campo coletaremos dados de um estudo feito em 2018 em um espaço educacional não formal que visa oferecer diversas atividades para os idosos.

O trabalho desenvolvido possui relevância prática para a área pedagógica, pois contribuirá com informações referentes a atividade realizada em espaço educacional não formal, que também podem ser mediadas pelos pedagogos nestes locais, sendo este campo pouco explorado por estes profissionais atualmente.

Já a relevância social, está posta ao passo que se pretende que o idoso possa, por meio da reflexão sobre suas próprias memórias, melhorar sua expressividade, desenvolver uma visão crítica de mundo, apropriar-se da arte e da contação de história e auxiliar em sua autoestima. Além também, de ajudá-los a valorizar o espaço educacional não formal a quem tem acesso e reforçar os laços de pertencimento àquela comunidade.

Na primeira seção deste artigo, são apresentadas informações obtidas em estudos relacionados às dificuldades de foco e memorização dessa faixa etária, ressaltando a importância dos relatos de suas vivências, explorando sua criatividade e expressividade, e relacionando aspectos de afeto, cognição e motricidade, na contação de histórias e nas artes. Na segunda seção, se faz necessário conhecer um breve histórico da Educação Não Formal e sua relação com o Pedagogo. E por fim encerro a presente pesquisa com as considerações finais acerca da mesma, tendo em vista não ser possível esgotar todas as possibilidades de reflexão sobre o tema neste trabalho, espero contribuir para que a visão sobre a ludicidade e a importância em dar voz aos idosos seja ampliada.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E A TERCEIRA IDADE

De acordo com Manzano (2014), terceira idade “é a fase entre a aposentadoria e o envelhecimento e que traz consigo as demandas de cuidado com a saúde de uma forma mais ampla, já pensando em um envelhecimento com mais qualidade de vida”. Esta definição combina muito com a sociedade atual, onde as pessoas no geral, tem se preocupado mais com a saúde e com a aparência.

Este público também tem sido alvo de muitas pesquisas em relação a longevidade e a melhoria na qualidade de vida, visto que a expectativa de vida destes tem aumentado graças aos avanços científicos na área da Medicina, nas questões preventivas e de tratamento.

Tem crescido também o número de ações e políticas públicas para os idosos. Como marco importante, citamos a criação de legislação específica: Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003, conhecida popularmente como Estatuto do Idoso, que versa sobre “os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

Além dos aspectos físicos, é importante cuidar também dos aspectos intelectuais e sociais deste grupo, principalmente no que tange a valorização das vivências e visão de mundo construída por eles.

Partindo deste ensejo, pesquisas recentes indicam os resultados positivos da utilização da leitura como mediação para a integração social na terceira idade.

A contação de histórias é uma prática que pode proporcionar aos participantes relacionar conteúdos lidos ou ouvidos com as suas próprias vivências pessoais, possibilitando tanto interação leitor/ouvinte e ouvinte/leitor, quanto reflexões e novas aprendizagens.

Ao promover que o idoso, através da contação de histórias, possa acessar suas memórias e compartilhá-las com outras pessoas, é possível estabelecer vínculos de escuta e de acolhimento.

A ARTE E A TERCEIRA IDADE

Frequentemente sabe-se que diversos espaços, especialmente os de educação não formais, fornecem atividades relacionadas às artes para os grupos da terceira idade. E por que a Arte pode ser um importante instrumento de socialização e de contato com a própria memória?

A autora Ana Mae Barbosa (2012, apud Henriques, 2015, p. 10) nos indica que é preciso vivenciar o processo artístico, ou seja, é importante que o participante possa se sentir parte da obra, ainda que seja pela reflexão por ela provocada ou mesmo pela oportunidade de fazer uma releitura, conexão com esta.

Também no contato com as Artes se faz muito importante a presença do Pedagogo como mediador, justamente para, através da intencionalidade, oferecer atividades que possam ser enriquecedoras tanto nas questões cognitivas como nas questões de socialização, inclusive, reconhecendo também o papel das Artes para o desenvolvimento humano, muito além das habilidades manuais, mas da sensibilidade, da leitura e da interpretatividade pessoal que ela imprime a cada indivíduo.

Diante de todo o exposto, acredito que propor uma atividade que mescle a potencialidade da contação de histórias com a potencialidade das Artes através de uma releitura, pode resultar em significativa melhoria na expressividade, criatividade, motricidade, cognição e principalmente no sentimento de valorização da visão de mundo do idoso.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O PEDAGOGO

As mudanças que ocorreram na sociedade desde o início da modernidade, principalmente com a superação do processo de conhecer do ser humano de modo fragmentado e simplificado, passando a entender a produção de conhecimento a partir da visão na qual tudo se encontra interligado, conectado, a formação torna-se incumbida de proporcionar uma compreensão profunda da ação educativa, surgindo à necessidade de espaços diferenciados para atender a demanda crescente.

Até a década de 90, a educação não formal de acordo com Gohn (1999 apud FRISON, 2006, p. 13) “[...] era vista como um conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas de extensão rural, treinamento vocacional, técnico, educação básica, planejamento familiar etc.”, esse movimento passa por transformações a partir da década de 90. Com a expansão e fortalecimento do modelo de sociedade neoliberal, o paradigma da época deixa de proporcionar à sociedade os meios essenciais para o seu desenvolvimento. Assim, começou-se a pensar nas possibilidades de desenvolver uma educação capaz de atender à demanda exigida pelo modelo de sociedade da época.

Surgiram novas demandas educacionais, principalmente no quesito que exige uma boa qualificação do trabalhador para atuar dentro das empresas. Com isso, estes atenderiam aos requisitos exigidos pelo empregador, dentre os quais, o bom atendimento aos clientes e a boa relação entre os funcionários. Gohn (1999, p.92 apud Frison 2006, p. 14) nos diz,

A grande mudança aconteceu na década de noventa, por ocasião das transformações na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Em função disso, se começou a valorizar os processos de aprendizagem, passou-se a falar de uma nova cultura organizacional que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extra escolares.

Percebe-se então, que o papel do pedagogo e os campos de atuação não escolar começam a se expandir, ultrapassando os limites da escola, chegando a espaços como hospitais, empresas, espaços socioeducativos etc. Contudo, esse profissional, começa a adentrar em um dos novos espaços, sentindo a necessidade de buscar por si o conhecimento que necessita para uma atuação profissional de qualidade.

Atualmente, o pedagogo é um profissional capaz de atuar nos mais diferentes espaços não escolares, por possuir uma formação eclética, voltada para o desenvolvimento humano. Segundo Frison (2006, p. 33)

Não há forma nem modelo exclusivo da educação, nem a escola é o único lugar em que a educação acontece. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades.

A pedagogia, ao adaptar-se às necessidades impostas pela sociedade atual, que se caracteriza pelas rápidas mudanças e constantes transformações demandadas a partir da estrutura capitalista de produção derivada da revolução industrial, possibilitou a ampliação da visão sobre o campo de atuação do pedagogo para além dos espaços escolares exercendo sua atividade profissional em ambientes não escolares diversificados. Assim, destaca-se a fala de Libâneo (1998, p. 19):

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também na criação e elaboração de jogos, brinquedos.

A transformação ocorrida na sociedade decorre do rompimento com a visão perpassa ao longo do tempo, na qual a educação servia para adestrar, “estabelecer rotas e caminhos a serem seguidos” (FRISON, 2006, p. 23), causando grandes estragos na vida dos indivíduos, na medida em que trouxe consequências como a “robotização, a eliminação da criatividade, as pessoas passaram a agir de forma mecânica” (FRISON, 2006, p. 23). A sociedade exige que a educação proporcione a emancipação e reflexão do sujeito, pois, o indivíduo necessita saber intervir na sua relação com o meio de modo consciente, sendo capaz de pensar e repensar suas ações, de acordo com as necessidades estabelecidas pelo paradigma emergente, que foca na educação do sujeito para que tenha uma visão ampla e diversificada do mundo que ao qual pertence.

Como afirma Fireman (2000 p. 61-62), o pedagogo, para trabalhar no âmbito não-formal, deve ainda ser capaz de articular com valores humanos, com os sistemas de comunicação, com as relações interpessoais, com currículos, práticas pedagógicas, avaliação e planejamento em contextos diversos. Deverá estar capacitado para trabalhar com as mudanças tecnológicas e de mercado econômico, bem como com a gestão do conhecimento.

Dos contextos educacionais, delimitar conceitualmente o espaço formal de educação talvez seja o mais fácil, pois, envolve a existência de espaços adequados voltados para a aprendizagem escolar, sejam públicos ou privados, que pressupõem a existência de currículos regulamentados pelo Estado, se processa de modo regular e hierárquico, sobretudo na progressão em graus que os indivíduos vão alcançando, obedecendo um criterioso trabalho coletivo e individual de planejamento metodológico e pedagógico para o alcance intencional de objetivos determinados. Os espaços formais também se caracterizam pela construção em cima da disciplinarização onde os conteúdos se inscrevem, embora se

busque integrações disciplinares em alguns sistemas, se processam de modo gradual e contínuo na contemplação de conteúdos que vão se tornando também complexos.

Já o termo “Educação não formal”, segundo Garcia (2015, p.47), passou a ser usado no Brasil na década de 1980, sendo entendida como uma extensão da educação formal e com intuito de designar ações do campo educacional, mas de maneira sutil e discreta, tornando-se mais presente somente a partir da década de 1990. Garcia (2015) afirma ainda que “o Brasil desenvolve atividades e ações no campo da educação não formal há muito tempo, sem, no entanto, denominá-las com essa terminologia”, mas com terminologias diferentes, como educação fora da escola e educação extraescolar, por exemplo.

A educação informal trata-se daquela adquirida de forma natural ou até mesmo “acidental”, no dia-a-dia, seja em casa, no trabalho ou no lazer, sem que haja uma intencionalidade de aprendizagem (BIANCONI; CARUSO, 2005).

Entendendo que mesmo na educação não formal e na informal existe aprendizado, Libâneo (2010) coloca que as práticas educativas não se restringem somente à escola, pelo contrário, ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades e o que deve ser considerado nesse caso é a intencionalidade. Ou seja, percebe-se que, apesar de existir uma clara diferenciação entre a educação formal, não formal e informal, todas podem apontar no sentido da intencionalidade da ação, das iniciativas de oportunidades de aprendizagens. No caso da educação informal, não há intencionalidade, mas a educação formal e não formal sim e, quando com intencionalidade, podem alcançar o mesmo objetivo, de forma a propiciar um ensino significativo, independente de qual espaço for utilizado para tal.

Segundo Oliveira (2011) não são os espaços que determinam a educação, uma vez que “podem ocorrer em espaços formais e não formais de educação, considerando aqui espaços formais como equivalentes a ambientes escolares e espaços não formais como qualquer lugar externo à escola” (p. 15), mas sim a intenção dos professores quando determinam a utilização desses espaços.

Conforme Libâneo (2002, p. 33), o campo educativo é bastante vasto, uma vez que ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades, tratando-se, portanto, de um conjunto de práticas educativas. Porém, Libâneo (1994, p. 120) afirma que não há prática educativa sem objetivos. Confirma-se, portanto, a necessidade de uma organização docente.

Embora a educação não formal seja estudada em diversos contextos, possivelmente, sua aplicação e visibilidade ocorra mais no universo da Educação de Jovens e Adultos em função da existência abundante de programas que atendem a esse segmento da educação básica, sobretudo atrelados a movimentos da sociedade civil. Isso nos permite constatar que a inserção de educação não formal na Educação de Jovens e Adultos representa conquistas de movimentos sociais reivindicatórios.

O indivíduo aprende num determinado espaço e tempo do mundo, onde se tem uma sociedade com valores que mudam de tempos em tempos, com recursos tecnológicos que também sofreram mudanças.

A LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, retrata sobre a valorização da experiência extracurricular da seguinte forma:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, Art. 1)

Confirma-se então como o uso desses espaços são verdadeiros estímulos e motivadores para o desencadeamento de todo um processo biológico que caracteriza a aprendizagem.

A forma de aprender, do ponto de vista do processo de aprendizagem, não é tão diferente de como era antigamente, mas o contexto em que se aprende e a vida para qual se aprende, ela muda com o passar do tempo. Trabalhar o contexto da escola em outro contexto é um desafio, entretanto os espaços não formais constituem fontes que podem promover uma ampliação do conhecimento dos educandos, caso esse tenha a intenção de usar esse momento como incentivador para a aprendizagem do aluno.

O entretenimento, a diversão e o lúdico são essenciais para o desenvolvimento do ser humano. Mas nem sempre o lazer precisa ser mais enfatizado nas atividades fora do contexto escolar. Saber compilar a diversão com a aprendizagem é tarefa fundamental, de modo a propiciar ao indivíduo um ganho no significado do conhecimento que está sendo apropriado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interações com o público de outras idades exigem diferentes abordagens e estratégias para propiciar aprendizagens significativas.

O contato do público alvo com a contação de história e a arte sobre uma nova ótica, propiciou o desenvolvimento do pensamento crítico, demonstrando a construção de conexões entre as proposições e memórias, possibilitando que as visões de mundo fossem valorizadas auxiliando na melhoria da expressividade tanto na questão verbal como na artística.

A contação de histórias como um processo lúdico, se faz importante no desenvolvimento da forma de expressão, do pensamento e da argumentação, inclusive podendo envolver docente e discente de forma emocional, sendo possível resgatar suas memórias e criar outras utilizando a carga emocional necessária para fixação de conteúdos, sentimento de identificação e significação.

Em consonância com isso, temos também o trabalho com as artes visuais, possibilitando uma releitura, uma conexão com o texto proposto e com as vivências próprias do ouvinte, visando valorizar sua visão de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação não-formal. **Ciência & Cultura**, v. 57, n. 4, p. 20-20, out.-dez. 2005.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei N. 10.741, de 1º de outubro de 2003** (Estatuto do Idoso). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 01 maio 2021.
- CLAVER, R. **A arte de escrever com arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FIREMAN, Maria Derise. **O Trabalho do pedagogo em instituição não escolar**. Alagoas, 2006 (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu/pos-graduacao/mestrado-edoutorado-em-educacao/dissertacoes/2003-mestrado/maria-derise-fireman>, acessado em: 25 de Maio de 2015.
- FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Auto-regulação da aprendizagem: atuação do pedagogo em espaços não-escolares**. Porto Alegre, 2006. (Tese de Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/10/TDE-2006-12-20T134138Z211/Publico/385720.pdf. Acessado em: 14 de dezembro de 2014.
- GARCIA, V. A. Educação não formal: um mosaico. In: Margareth Brandini Park; Renata Sieiro Fernandes. (Org.). **Programa Curumim: memórias, cotidiano e representações**. 01 ed. São Paulo: SESC São Paulo, 2015, v. 01, p. 45-70.
- GOHN, M. da G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- HENRIQUES, R. M. N. **O ensino de Artes visuais para a terceira idade: uma experiência com a imagem da Monalisa**. Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A9LF4E/1/ceeav_polojf_rosali_henriques_final.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.
- LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 262 p
- MANZARO, S. C. F. **Envelhecimento: idoso, velhice ou terceira idade?** Portal do Envelhecimento, 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-idoso-velhice-ou-terceira-idade/>. Acesso em: 01 maio 2021.



Marcia Muniz Brilhante de Toledo

Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, PEIF na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MÔNICA IARA MARSURA

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a importância das artes na Educação Infantil. Os estudos na área da criatividade permitem afirmar que fazer arte é um potencial que todas as pessoas possuem e que depende das oportunidades oferecidas pelo contexto. A arte é talvez o campo mais importante para o desenvolvimento humano, e por isso é tão importante desde a tenra idade. A atividade criativa é o resultado de uma série de simbolizações, experiências, assimilação de conhecimentos, é uma síntese de componentes cognitivos, afetivos, sociais e imaginativos. A linguagem artística permite que o sujeito experimente satisfação por poder expressar seus sentimentos e emoções, além de aumentar a criatividade, essa satisfação melhora o autoconceito e reforça a autoconfiança. Estudos por meio de intervenções mostraram que as atividades artísticas promovem o desenvolvimento da criatividade gráfica, verbal e perceptiva. Os anos pré-escolares são frequentemente descritos como a idade de ouro da criatividade, a questão é o que faz algumas crianças se tornarem artistas e outras não? À medida que a educação avança, a quantidade de desenhos, poesia e arte diminui, assim como a qualidade deles.

Palavras-chave: Atividade Criativa. Expressão. Intervenções. Sentimentos.

INTRODUÇÃO

A arte é importante para todas as crianças, desde a Educação Infantil. No início, trata-se da sensação tátil de criar arte – os dedos na tinta (e inevitavelmente no cabelo e no rosto), as mãos no papel. Logo, torna-se um meio de expressão, como as crianças podem expressar seus sentimentos e suas ideias em um sentido visual. As crianças criam obras das quais se orgulham e podem compartilhar com os outros. A arte pode ter um impacto substancial nos resultados da aprendizagem.

Os estudos de Gardner (1993) mostram que a habilidade artística das crianças deve ser compreendida de acordo com o desenvolvimento infantil. Dos dois aos sete anos, as crianças aprendem a usar diferentes símbolos, como gestos com as mãos, desenhos, números, música, etc. Na etapa seguinte, as crianças submetem-se às convenções e adaptam-se aos pares, mostram determinação em cumprir as regras (como no jogo), não aceitam experimentação ou novidade. Este é um estágio realista e literal, o que os leva aos poucos à compreensão de estilo, expressividade, equilíbrio e composição que aparecem na adolescência.

Na opinião de Gardner (1993), há uma grande diferença entre a atividade artística de uma criança e a de um adulto. A criança cria sem levar em conta normas e convenções, o adulto tem muita consciência das normas e muitas vezes quer rejeitá-las, o que traz um custo psíquico importante.

Gardner realizou inúmeras investigações em relação às atividades artísticas e à criatividade, uma das quais focada em pessoas dedicadas à música, constatando que elas não apenas se satisfaziam em interpretar as obras criadas, mas também as interpretavam de diferentes maneiras, ou seja, gostavam de compor e decompondo o que já haviam elaborado. Com isso, provou que existem certos traços de personalidade associados, como a força do ego e a vontade de desafiar a tradição.

Até agora não se sabe porque a atividade artística criativa cessa, nem o que a distingue dos indivíduos que alcançaram a grandeza. Uma condição que faz essa diferença, e não pode ser negada, é que algumas crianças têm aptidões naturais para as artes: sabem cantar, brincam com rimas, desenhavam com uma facilidade avassaladora. Outro fator é o ambiente ou contexto em que a criança se desenvolve, principalmente na fase pré-escolar, em que só é necessário fornecer os materiais para que a criança faça uma criação (Gardner, 1993). Quando essas crianças mais "dotadas" entram na escola elas querem aprender como, por exemplo, tocar um arpejo no piano, como desenhar um prédio com perspectiva; é o momento em que o professor adquire importância.

Do ponto de vista da aprendizagem, a arte influencia a cognição e o pensamento criativo. Na Educação infantil, a arte pode ter uma influência direta na alfabetização, matemática e ciências.

A ARTE E SUAS INTERVENÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

As crianças são naturalmente curiosas. A partir do momento em que ganham o controle de seus membros, eles trabalham para se colocar no mundo para ver como tudo funciona. Eles exploram, observam e imitam, tentando descobrir como as coisas funcionam e como controlar a si mesmos e seus ambientes. Essa exploração irrestrita ajuda as crianças a formar conexões em seu cérebro, ajuda-as a aprender – e também é divertido.

A arte é uma atividade natural para apoiar essa brincadeira livre nas crianças. A liberdade de manipular diferentes materiais de forma orgânica e não estruturada permite a exploração e experimentação.

As razões pelas quais a arte é importante é porque as crianças são multimodais e cheias de ideias e pensamentos potenciais e muitas vezes usam esses meios diferentes e combinados para comunicar suas ideias através da atividade artística. A ausência de atividades artísticas gera frustração e problemas comportamentais mais tarde, que poderiam ter sido facilmente evitados.

Além disso, por meio das artes na primeira infância, as crianças desenvolvem a linguagem e adquirem habilidades sociais como compartilhar, cooperar com os outros, assumir a responsabilidade por tarefas como esclarecer e reconhecer a importância dos outros. Eles também percebem suas próprias preferências pessoais, além de encontrar seu lugar como indivíduo.

Quando as crianças são expostas a qualquer atividade artística o cérebro é estimulado a partir de sons, movimentos, cores e tamanhos, as conexões neurais aumentam e o cérebro é exercitado e fortalecido. O processo é mais benéfico para crianças menores de três anos, pois seu cérebro está amadurecendo e é altamente sensível a estímulos externos. As atividades artísticas promovem o desenvolvimento intelectual e alguns de seus benefícios são:

- Estimular os dois lados do cérebro.
- Aumentar a capacidade de memória, atenção e concentração.
- Ajudar a desenvolver habilidades de leitura e as crianças se saem melhor em matemática e ciências.
- Introduzir as crianças a novos vocabulários e conceitos.
- Gerar memórias e imagens, o que enriquece o intelecto. As crianças também melhoram e adquirem habilidades sociais.

Para as crianças, a arte é uma forma de comunicar suas ideias. Pode ser tanto sobre o trabalho de mergulhar no processo de criação artística quanto sobre o desenvolvimento cognitivo e a resolução de problemas.

A arte na primeira infância leva ao desenvolvimento de habilidades cognitivas. As várias atividades, como desenhar, pintar ou tocar um instrumento, envolvem o uso de vários órgãos dos sentidos. Os neurônios sensoriais são constantemente expostos a novas informações que são processadas pelo cérebro. Isso aumenta a criatividade e a imaginação desenvolvendo o lado direito do cérebro.

Também aumenta os níveis de concentração. Uma boa ilustração disso é que lembrar as combinações de teclas para tocar uma música pode ajudar na retenção da memória. Nota-se uma correlação muito forte entre arte e excelência acadêmica. Crianças com inclinação criativa geralmente mostram bom desempenho também em outras áreas da educação.

ARTE, UMA DEFINIÇÃO ENIGMÁTICA

A Arte tem a visão como crucial no processo de apreensão e avaliação a uma determinada representação imaginária ou real de mundo. Está relacionada com a sensibilidade estética e a criatividade que cada ser possui capaz de manifestos e criações de obras atraentes e agradáveis de ver.

Através da passagem do tempo ocorrem mudanças no contexto da Arte, formas diversas surgem em acordo à necessidade e a motivação de cada civilização ou tempo. No entanto, seu conteúdo original permanece que é a capacidade de lidar com produtos, sendo por meio de métodos ou materiais com o uso de conhecimentos essenciais que dão forma a expressões, sentimentos e ideias.

Segundo os antropólogos a Arte possui variados conceitos, ela é parte da cultura de uma nação, assim cada nação tem sua arte desenvolvida relacionada à cultura local. Mello (2001, P 430) diz que “O que é belo para determinado povo pode não sê-lo para outros. Em suma, negar tudo isso é negar à arte sua condição de atividade cultural e social”.

A arte aparece em todos os povos de todos os continentes em todas as épocas. A arte é a necessidade humana de se expressar de se comunicar com seu deus, com seus semelhantes consigo mesmo, criar e mostrar seus mundos, mas seu desenvolvimento, como arte, depende da sociedade, do ambiente no qual o sujeito sonhante está imerso (MENDES E CUNHA, 2003 P. 80).

Após o romantismo a ideia sobre arte foi alterada, o que antes era reduzido à especialidade de lidar com tal atividade, entendido como produto de atividade artística, passou a ser valorizada pelo sentimento em nível superior ao conhecimento técnico.

A concepção de arte de Platão repousa na própria concepção da reminiscência, isto é, na ideia de que o mundo real é a cópia ou simulacro do mundo ideal. Nesse caso a arte sendo uma espécie de cópia do mundo real (da natureza e da natureza transformada pela cultura) seria inferior a este e este por seu turno inferior ao mundo ideal. (MELLO, 2007 p. 427-428)

Conforme Mello (2007) a arte se rompeu com o princípio platônico e passou a ser vista como escola especial da consciência humana. Para Platão a arte não era considerada uma manifestação plena da ideia, segundo sua teoria objetos modificados naturalmente eram referência de originalidade, algo modificado pela mão do homem não capta a forma original da ideia com fidelidade, sendo de um nível inferior de projeção. As modificações realizadas pelo indivíduo teriam da ideia original, somente o material a ser usado, como tecido ou madeira, e sua função no olhar de Platão é secundário com significado estético ou prático.

A produção artística não possui uma linha de obediência fixado na razão ou na lógica, nela é permitido tudo, ela esculpiu um universo de possibilidades onde tudo é rompido e recriado.

Ela reproduz as ideias eternas apreendidas mediante pura contemplação, o essencial e permanente de todos os fenômenos do mundo, e conforme a matéria em que ela reproduz, se constitui em artes plásticas, poesia ou música. Sua única origem é o conhecimento das ideias; seu único objetivo, a comunicação deste conhecimento. (SCHOPPENHAUER. 1998, P. 17)

A Arte em seu dinamismo possui uma variedade de conceitos, onde sua manifestação tem como base os primórdios de um povo por meio de seu olhar, de sua cultura e de seu tempo. Schoppenhauer (1998 P. 25) ressalta que “o artista nos permite contemplar o mundo por seus olhos”.

O ENSINO DE ARTE E O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL

Para a educação infantil segundo o Referencial Curricular Nacional (RCN), é composto de três volumes. Leite Filho (2001) relata que este documento apresenta sugestões essenciais aos professores que atuam na educação infantil, porém o documento a que se refere não possui caráter obrigatório, cabe à equipe pedagógica querer ou não incorporar as propostas por ele apresentadas.

Segundo o RCN (BRASIL, 1998) a educação infantil deve proporcionar às crianças acessibilidade cultural contribuinte para o seu desenvolver e sua interação social. De acordo com este documento a construção da identidade da criança é fundamentada no desenvolvimento emocional, afetivo e cognitivo e somente a educação embasada na interação social contribui para este processo.

Publicado em 1998, pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), o RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil) tem como objetivo ser material de natureza instrumental e didático, sendo opcional a instituição incluir por integral ou agregar a outras propostas de ensino. Composto por três volumes (volume I – Introdução, volume II – Formação Pessoal e Social, volume III – Conhecimento de Mundo).

Observam-se na terminologia utilizada pelos RCNEI termos como meio e suporte. Suporte é o material utilizado para desenvolvimento de um determinado trabalho (cartolina, isopor, etc.), e meio é o instrumento utilizado para tal finalidade (pincel, lápis, borracha, etc.), sendo estes termos específicos de conhecimento do profissional de Arte.

O educador que ministra Arte na educação infantil não possui formação na área específica, sendo ele um professor polivalente, ou seja, com formação em pedagogia. Conforme o documento RCNEI o professor polivalente deve ter conhecimento de conteúdos diversos, que vão desde cuidados básicos essenciais até conteúdo específicos do conhecimento, contendo uma formação profissional bastante ampla. (BRASIL, 1998).

A formação do professor polivalente expressa o pensamento de redução na pseudoformação, sendo que é quase impossível ter conhecimento assimilado de diversas áreas educacionais. No entanto, é aceitável afirmar que a formação do educador polivalente possui apenas informações extrínsecas e mastigadas das variadas áreas de ensino. Porém, ao ler o documento, o Referencial presume a existência de um docente com alta qualificação, capaz de compreender diferentes nomenclaturas, com capacitação para moldar determinadas práticas educacional e refletir sobre estas diariamente, ou seja, o documento apresenta um pouco distante da realidade uma vez que esta área educacional ainda necessita de atenção.

Segundo o RCNEI a conceituação de Arte se dá como “linguagem, portanto uma das formas de expressão e comunicação humana, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de modo geral, e na educação infantil, particularmente” (BRASIL, 1998, P. 85). Conceituar Arte como linguagem é entendido que nela há um elemento de comunicação, onde todas as dramatizações artísticas comunicam algo aos indivíduos espectadores.

Adorno (1986) o ensino de Arte não deve se limitar em como ensinar e sim em o que deve ser ensinado aos alunos, de modo a possibilitar o uso do pensamento.

Segundo o Referencial o ensino de Arte deve ser articulado e embasado nos seguintes dados:

Fazer artístico: produção de trabalhos de arte realizados pelas crianças, a fim de propiciar o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;
Apreciação: observação das obras, articulando tanto os elementos da linguagem artística quanto os materiais e suportes utilizados pelos artistas. Visa a desenvolver, por meio de observação, reflexão e prazer, o reconhecimento, a análise e a identificação de obras de arte e de seus produtores;
Reflexão: considerada tanto no fazer artístico como na apreciação. É um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor, no contato com suas próprias produções e as dos artistas (BRASIL, 1998, V. III P. 91).

De acordo com esses aspectos a finalidade do ensino de Educação Artística na Educação Infantil é formar indivíduos conhecedores da linguagem e sensíveis ao mundo. Assim entende que as escolas de educação infantil têm a obrigação de garantir por meio de práticas educacionais oportunidades para que seus alunos sejam preparados e capacitados para ampliar seus conhecimentos.

O documento orienta os educadores da educação infantil para criar oportunidades onde as crianças possam descobrir e explorar com liberdade vários materiais como giz de cera, lápis, carvão, papel entre outras inúmeras variedades. Segundo os RCNEI imagens, histórias ou fatos do dia a dia aumentam as possibilidades de as crianças enriquecerem seus trabalhos com temas vivenciados.

No que diz respeito à avaliação pedagógica o documento informa que deve ser formativa, desviando de julgamentos como certo ou errado, feio ou bonito. O professor deve avaliar com ênfase em fornecer elementos necessários para adequar a prática e melhor estruturá-la.

De acordo com o RCNEI, (BRASIL, 1998) o educador deve garantir à criança compreensão e conhecimento as diversas formas de produção artística. Deve possibilitar aos educandos o uso de diferentes materiais, respeitar as diferentes concepções de pensamento de cada criança e entusiasmar as crianças a trocarem experiências.

Inserir a Arte nas séries iniciais possibilita o contato e a apoderação do conhecimento referente à Arte por várias camadas da sociedade, o que favorece uma maior expansão deste conteúdo beneficiando a inserção em reflexões e discussões. Este ensino favorece a compreensão de elementos ligados a obras, exigindo um esforço do indivíduo relacionado nesse processo pedagógico.

É importante lembrar que na educação infantil se aplica todas as diretrizes e princípios voltados para a educação num todo, pois ela constitui a primeira fase da educação básica. Assim segundo a LDB 9.394/96 art. 1º “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Art. 2º “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tais fatos levam ao entendimento de que o conhecimento em Arte visa à introdução social no contexto produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As artes fornecem um componente cultural vital e fornecem uma série de habilidades importantes que, de outra forma, não constam do currículo. Elas também fornecem uma plataforma para abordar as questões importantes de nossos tempos; eles constroem comunidades autorreflexivas e capacitadas; e, não nos esqueçamos, também trazem grande alegria e tranquilidade em momentos de ansiedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Editora Câmara, Brasília, DF. 2018.
- _____, Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997, 130p.
- CUNHA, Ademilson Henrique da Cunha. **Teatro na escola: proposta para a educação moderna**. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/monographia>. Acesso em: 11 de maio 2022.
- GARDNER, H. **Arte, mente y cerebro. Una aproximación cognitiva a la creatividad**. España: Paidós-Ibérica. 1993.
- MELLO, Christine. **Extremidades do vídeo: a história da arte e os meios eletrônicos**. XXVI Colóquio · CBHA. 2007.
- MENDES, Adriana; CUNHA, Glória, In: FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes: construindo caminhos**. 2. ed Campinas, SP: Papirus, 2003. 224 p.
- SCHOPENHAUER, A. **(Os Pensadores)** Trad: de Wolfgang Leo Maar e Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola, São Paulo: Nova Cultural, 1988.



Mônica Lara Marsura

Licenciada em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Camilo Castelo Branco, UNICASTELO, SP. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, FAVENI, ES. Professora do Ensino Fundamental II no Estado de São Paulo, SEE. Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



O CORPO E O MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

QUITÉRIA MARIA DA SILVA BARROS

RESUMO: Esse artigo pretende analisar informações sobre o tema Corpo e Movimento na Educação Infantil. Procura mostrar que as instituições de educação infantil devem proporcionar um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas, acolhidas e seguras para se arriscar, quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, melhor a criança será capaz de ampliar os seus conhecimentos. O trabalho com movimento propicia um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal.

Palavras-chave: Acolhidas. Desenvolvimento. Instituições. Protegidas.

INTRODUÇÃO

De acordo com as legislações em vigor que referem-se às questões educacionais, todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade devem ter seus espaços garantidos em instituições especializadas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), determina que as crianças de zero a três anos de idade sejam atendidas pelas creches. É obrigação do Estado oferecer a todas as crianças uma educação na fase da infância e as instituições escolares possuem uma certa autonomia para elaboração das atividades curriculares a serem desenvolvidas nesta faixa etária.

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. (BRASIL, 1998, p.15)

A finalidade da educação infantil é proporcionar o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos, físico, intelectual, linguístico, afetivo e social, visando a complementação da educação recebida da família e na comunidade, conforme o determinado no artigo 29 da LDBEN 9394/96. Por meio das interações que a criança faz com outras crianças na escola, com os professores e com os outros funcionários é que ela constrói seu conhecimento nas diferentes dimensões.

Os conteúdos a serem organizados para o trabalho com o movimento na educação infantil devem respeitar as diferentes capacidades das crianças em suas faixas etárias, além das diferentes culturas corporais presentes em cada região. O ambiente vivido no dia a dia das crianças nas instituições de educação infantil deve propiciar um diálogo com as diferentes linguagens, promovendo novas experiências e aproximando as crianças de suas possibilidades de criação, podemos citar como exemplo: a educação física, as artes plásticas, a dança, a música, o teatro, a poesia e a literatura.

A exploração do ambiente ocorre com o movimento, desta maneira, é de extrema importância que seja oferecido às crianças uma grande variedade de movimentos para que o seu corpo possa experimentar diferentes ações e situações, aumentando gradativamente o conhecimento de seu próprio corpo pela criança. A corporeidade da criança deve ser intensamente estimulada, por meio da motricidade, experimentando, aprimorando e aperfeiçoando os seus movimentos.

OS CONTEÚDOS E A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Brito (2003) para as crianças, fazer ou ouvir música não significa seguir regras ou observar características, mas sim vivenciar o momento, aprender. Quando faz um som ou um movimento sonoro, a criança não está consciente de que está fazendo música, mas quer apenas interagir com os objetos ou com si mesma. Ela não quer fazer música no sentido que conhecemos, o da música intencional, organizada, mas o faz através da ausência de intenção, para ela não importa como o outro toca o seu instrumento ou se está fazendo corretamente, ela simplesmente toca.

Todos ouvem, gostam, apreciam, compartilham, ela traz ao indivíduo sensações de alegria, tristeza, vitória, recordações, saudades, etc.; exteriorizando emoções, conseguindo integrar-se ao íntimo e adquire significações dos modos pelos quais o indivíduo participa da atividade humana.

Como uma prática cultural e humana, a música “passa uma mensagem e revela a forma de vida mais nobre, a qual a humanidade almeja” (Faria, 2001, p. 4). Ela demonstra emoção, não ocorrendo apenas no inconsciente, mas toma conta das pessoas, envolvendo-as trazendo lucidez à consciência.

No que diz respeito ao fazer musical, este varia de cultura para cultura, Penna (2010) corrobora que:

“Ao fazer musical humano varia, diferencia-se conforme o momento histórico e o espaço social”. Isso quer dizer que o fazer musical não é o mesmo nos diversos momentos da história da humanidade ou nos diferentes povos, pois são diferenciados os princípios de organização dos sons. E esse aspecto dinâmico da música é essencial para que possamos compreendê-la em toda riqueza e complexidade (p.22).

Com base nestas proposições, podemos diferenciar o aspecto “Universal” muitas vezes equivocadamente atribuído à Música e diferenciá-los, no que concerne à música como linguagem e como fenômeno. É possível afirmar que a música é um fenômeno universal, isso porque ela está presente em todos os tempos e grupos sociais, entretanto não é considerada uma linguagem universal, porque a música de determinado povo pode causar estranheza no grupo do outro por não fazer parte da vivência daquele ou desse grupo por ser práticas musicais distintas. Nessa perspectiva, entende-se que a música é um fenômeno universal, mas como linguagem é culturalmente construída.

Para conceituar Música, portanto, é necessário compreendê-la como produto histórico e cultural, determinado pelo contexto social de diferentes formas, concepções e visões de mundo. Ciência, Arte, Linguagem, não há um conceito fixo e imutável, uma definição absoluta para o que seja Música, mas uma variedade de interpretações, de acepções, que estão a todo tempo reconstruindo-se, ressignificando-se, de tempos em tempos, atribuindo à Música, o que acreditamos ser o seu caráter mais rico, sua infinidade, sua pluralidade, sua variedade, dinâmica, enfim, suas possibilidades ilimitadas.

De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, música é a “Arte e ciência de combinar sons de modo agradável ao ouvido.” E ainda, “Qualquer conjunto de sons”. Podemos perceber que, a primeira definição, está reduzida a sensação positiva que provoca a música a quem está ouvindo enquanto que na segunda definição, há um caráter depreciativo, que imprime pouco valor à música como linguagem, sem especificidade, estética, singularidade, etc.

É claro que, alguns elementos imediatamente remetem ao imaginário comum ao falarmos em música, como por exemplo, som, ritmo, melodia, poesia, como também as sensações que a música nos provoca, como, prazer, alegria, tristeza, nostalgia, etc. Mas, para além do senso comum, é importante a percepção da música como parte da nossa vida enquanto seres humanos, desde a mais tenra idade, como uma linguagem que deve ser valorizada no contexto social e educacional, imprescindível para a formação do indivíduo.

Antes mesmo do nascimento a criança já está em contato com o universo sonoro, “pois na fase intrauterina os bebês já convivem com um ambiente de sons provocados pelo corpo da mãe, como o sangue que flui nas veias, a respiração e a movimentação dos intestinos. A voz materna também constitui material sonoro especial e referência afetiva para eles.” (BRITO 2003, p. 35).

Acerca das sensações, STEFANI (1987, p. 42), aponta que,

A música afeta as emoções, pois as pessoas vivem mergulhadas em um oceano de sons. Em qualquer lugar e qualquer hora se respira a música, sem se dar conta disso. A música é ouvida porque faz com que as pessoas

sintam algo diferente, se ela proporciona sentimentos, pode-se dizer que tais sentimentos de alegria, melancolia, violência, sensualidade, calma e assim por diante, são experiências da vida que constituem um fator importantíssimo na formação do caráter do indivíduo.

Segundo Junho Cage, (1985), “Música é sons, sons a nossa volta, quer estejamos dentro ou fora de salas de concerto”. Nesse sentido, tudo o que ouvimos é som, e som é tudo que soa, vibra, tudo o que nossa escuta percebe de movimentação vibratória. Do contrário, é silêncio, não necessariamente a ausência de som, mas aquilo que não podemos ouvir, as vibrações que nosso ouvido não consegue captar. Para Cage, a escuta torna a música aquilo que, por princípio não é música, em outros termos, a construção musical se dá no nível interno, pela ação de uma escuta intencional, transformadora, geradora de sentidos e significados.

Perceber gestos e movimentos sob a forma de vibrações sonoras é parte de nossa integração com o mundo em que vivemos: ouvimos o barulho do mar, o vento soprando, as folhas balançando no coqueiro... ouvimos o bater de martelos, o ruído de máquinas, o motor de carros ou motos... o canto dos pássaros, o miado dos gatos, o toque do telefone ou o despertador. Ouvimos vozes e falas, poesia e música... (BRITO, 2003, p 17)

BRITO, (2003), aborda também a importância da música como objeto de expressão cultural de um povo e sua história, quando fala das “muitas músicas da música”,

(...) o samba ou o maracatu brasileiro, o blues e o jazz norte-americanos, a valsa, o rap, a sinfonia clássica europeia, o canto gregoriano medieval, o canto dos monges budistas, a música concreta, a música aleatória, a música da cultura infantil, entre muitas outras possibilidades – são expressões sonoras que refletem a consciência, o modo de perceber, pensar, sentir de indivíduos, comunidades, culturas, regiões, em seu processo sócio histórico. Por isso, tão importante quanto conhecer e preservar nossas tradições musicais é conhecer a produção musical de outros povos e culturas e, de igual modo, explorar, criar e ampliar os caminhos e os recursos para o fazer musical. Como uma das formas de representação simbólica do mundo, a música em sua diversidade e riqueza, permite-nos conhecer melhor a nós mesmos e ao outro – próximo ou distante. (BRITO, 2003, p. 28)

A concepção de música e do fazer musical não é absoluta, mas pode variar no decorrer da história, determinada pelo contexto social em que estão inseridos os indivíduos que dela se apropriam. Não podemos deixar de considerar ainda, a influência das descobertas, inovações e transformações tecnológicas, que, no decorrer da história determinaram as formas de se compreender o que é Música como também ampliaram os meios para o fazer musical. O surgimento e a transformação dos sistemas de notação, a criação dos instrumentos musicais, a introdução de instrumentos eletrônicos, a revolução da informática, e todo o desenvolvimento tecnológico da primeira metade do século XX, provocaram mudanças que prevalecem até a atualidade em todos os gêneros e estilos musicais.

A música é uma linguagem particular e específica, que se traduz em formas sonoras carregadas de expressão, sentimentos, pensamentos e sensações. Uma das principais formas de expressão humana, e está presente em todas as culturas, nas mais variadas situações rituais de um povo, imprimindo através de sua manifestação a marca deste povo, de seu tempo, de sua história. É, portanto, este aspecto ritual e cultural da manifestação musical que explica a sua importância no contexto educacional, mas o trabalho efetivo e significativo com música na escola tem, historicamente, encontrado certa dificuldade.

LINGUAGEM MUSICAL

A linguagem musical possui uma estrutura e algumas características próprias, entre elas temos a produção, que é centrada na experimentação e na imitação; a apreciação que trata da percepção tanto dos sons e silêncios quanto das estruturas e organizações musicais; e a reflexão que traz questões referentes à organização, criação, produtos e produtores musicais.

[...] mesmo nas escolas em que se investe em aulas de musicalização, é comum que isso se dê de maneira pouco consistente, ocorrendo, muitas vezes, mais como recreação do que como fonte de conhecimento, contando-se, é claro, com notáveis exceções. No entanto, é preciso

registrar que o esquecimento dos métodos ativos de educação musical em muitos espaços em que poderiam ocorrer vem sendo danoso ao ensino de música no País, provando duas posturas opostas: a que adota um dos métodos acriticamente e de maneira descontextualizada descartando outras possibilidades, e a que ignora seus procedimentos e investe em propostas pessoais, geralmente não acompanhadas de reflexão, e baseadas em ensaio e erro que, em geral, privilegiam o ensino técnico instrumental (leia-se treinamento dos olhos e das mãos) ou a diversão, dentro do pressuposto de que a música é lazer (FONTERRADA, 2001, p. 122).

A formação dos professores que atuam nas séries iniciais e na educação infantil ainda produz alguns equívocos de como se trabalhar com este conteúdo, alguns profissionais não se veem capazes de realizar determinadas atividades musicais, justificando que é necessário ter certas aptidões para trabalhar com música. expressar sensações e pensamentos por meio de interpretações musicais.

O trabalho com música na faixa etária de 0 a 3 anos deve ser organizado para que as crianças desenvolvam algumas capacidades, dentre elas estão: ouvir, perceber e discriminar fontes sonoras e produções musicais; brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais. Com as crianças de 4 a 6 anos os objetivos são mais aprofundados, oportunizando às crianças: explorar e identificar elementos da música interagindo com os demais; expressar sensações e pensamentos por meio de interpretações musicais.

A organização dos conteúdos para o trabalho na área de Música nas instituições de educação infantil deverá, acima de tudo, respeitar o nível de percepção e desenvolvimento (musical e global) das crianças em cada fase, bem como as diferenças socioculturais entre os grupos de crianças das muitas regiões do país. Os conteúdos deverão priorizar a possibilidade de desenvolver a comunicação e expressão por meio dessa linguagem. Serão trabalhados como conceitos em construção, organizados num processo contínuo e integrado. (BRASIL, 1998, p. 57)

As crianças menores podem ter contato com a prática musical por meio das brincadeiras e atividades lúdicas que desenvolvem a percepção, um exemplo deste tipo de atividade e quando o professor canta para os bebês e a criança passa a imitar alguns sons e ruídos. As canções de ninar, os brinquedos sonoros e as brincadeiras com sons e palmas também contribuir para repertoriar a música na educação infantil, favorecendo a interação, por meio da criação, dos gestos, da imitação e das expressões corporais.

As necessidades de contato corporal são importantes no momento do fazer musical, o brincar, o dançar e o cantar com as crianças devem estimulá-las e levar em consideração tais aspectos.

As letras das músicas trabalhadas com as crianças menores devem ser mais fáceis, com menos palavras, permitindo que as crianças se apropriem de forma mais tranquila não comprometendo a realização musical. Os gestos também não devem ser excessivos para que as crianças não parem de cantar para tentar realizá-los.

O fazer musical requer atitudes de concentração e envolvimento com as atividades propostas, posturas que devem estar presentes durante todo o processo educativo, em suas diferentes fases. Entender que fazer música implica organizar e relacionar expressivamente sons e silêncios de acordo com princípios de ordem é questão fundamental a ser trabalhada desde o início. Nesse sentido, deve-se distinguir entre barulho, que é uma interferência desorganizada que incomoda, e música, que é uma interferência intencional que organiza som e silêncio e que comunica. A presença do silêncio como elemento complementar ao som é essencial à organização musical. O silêncio valoriza o som, cria expectativa e é, também, música. Deve ser experimentado em diferentes situações e contextos. (BRASIL, 1998, p. 60)

Para o trabalho com a criança pequena todos os instrumentos musicais podem ser utilizados sendo importante valorizar aqueles presentes nas diferentes regiões e aqueles construídos pelas próprias crianças.

A música implica em gesto e em movimentos e o corpo manifesta os diferentes sons que vai percebendo.

Tão importante quanto ouvir a música é a movimentação corporal já que as crianças expressam-se de uma maneira global. O repertório musical utilizado deve ser variado não apenas utilizando reproduções de músicas infantis veiculadas na mídia que em sua maioria apresentam contextos e movimentos estereotipados, é necessário ampliar o repertório musical infantil, enriquecendo este universo com elementos diferentes que passem todos os gêneros e estilos musicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando o movimento e o corpo, que são a base para um trabalho bem-sucedido com as crianças pequenas, os professores em conjunto com os demais profissionais é capaz de introduzir a “dança” como “arte” proporcionando às crianças um desenvolvimento que vai além da fala e da escrita.

A exploração do ambiente ocorre com o movimento, desta maneira, é de extrema importância que seja oferecido às crianças uma grande variedade de movimentos para que o seu corpo possa experimentar diferentes ações e situações, aumentando gradativamente o conhecimento de seu próprio corpo pela criança.

As formas de utilização dos diferentes instrumentos variando a força, intensidade e os movimentos, propiciando as crianças novas experiências e diferentes percepções dos sons produzidos. O movimento corporal e os gestos estão estreitamente ligados ao trabalho com música.

A corporeidade da criança deve ser intensamente estimulada, por meio da motricidade, experimentando, aprimorando e aperfeiçoando os seus movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.
- BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil**: Propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- FONTEERRADA, Marisa. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. Tese (Livre docência em Música)— Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.
- PENNA, Maura. **Música (s) e seu Ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- STEFANI, Gino. **Para entender a música**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.



Quitéria Maria da Silva Barros

Graduada em Pedagogia, em 2008 pelo Centro Universitário Nove de Julho, UNINOVE, SP. Graduada em Artes Visuais, em 2016, pela Faculdade Mozarteum, FAMOSP, SP. Pós Graduada em Arte na Educação, em 2016 pela Faculdade Associada Brasil. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



CONDOROGA®

2H

SOFT

CONDOROGA®

2H

SOFT

CONDOROGA®

2H

SOFT

CONDOROGA®

2H

SOFT

ALGUNS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

TEREZINHA JOANA CAMILO

RESUMO: Esse artigo busca reflexões a respeito dos desafios da educação no século XXI. A série de mudanças aceleradas que nos afetam atualmente nas esferas sociais, políticas, tecnológicas e econômicas são fruto do desenvolvimento histórico de processos que vêm transformando a sociedade há séculos. O sistema educacional hoje desempenha um papel crucial nos novos desafios sistêmicos que enfrentamos como comunidade, um desafio coletivo no qual participam governos, cidadãos, instituições públicas e privadas e todos os atores da educação. Nos últimos três séculos, a humanidade passou por transformações radicais nos meios de produção, passando de uma economia centrada na agricultura que acompanhou a humanidade desde os primeiros assentamentos conhecidos a uma era industrial caracterizada pela automação dos processos produtivos e pela revolução científica, dar lugar a uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e na inovação, mediada pelo controle computacional e pela digitalização. O rápido crescimento das economias, o conceito de progresso ilimitado que se instalou firmemente no século XVIII e a significativa melhora na expectativa de vida, entre outras forças, geram um desenvolvimento sem precedentes na história da humanidade, mas, ao mesmo tempo, uma série de conflitos e contradições com a urgência de alcançar o desenvolvimento sustentável. Hoje, o grande consenso aponta para o desenvolvimento das chamadas competências para o século XXI, que são transversais ao currículo escolar e flexíveis a mudanças, pois estão associadas ao desenvolvimento de capacidades plenamente humanas.

Palavras-chave. Desenvolvimento. Mudanças. Reflexões. Sociedade.

INTRODUÇÃO

Os grandes desafios, as contradições do século XXI e a impossibilidade de prever um mundo em permanente transformação, bem como a onipresença da informação através da Internet, suscitam a necessidade de uma mudança de paradigma educativo que nos permita avançar de um ensino centrado nos conteúdos, na memorização e na resposta correta à aprendizagem centrada nos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para viver e trabalhar em tempos de permanente transformação.

Como corrobora Soares (2006, p.39)

A escola serviu, serve e certamente virá a servir para domesticar ou para libertar, para reproduzir ou para revolucionar, para formar indivíduos ajustados ou indivíduos críticos, para adaptar ao presente ou para preparar para o futuro. A opção entre essas e muitas outras alternativas depende de quando e de onde se fala. (...) a escola serve às ideologias e às utopias do tempo e do espaço em que esteja inserida.

Isso requer a implantação de uma estratégia sistêmica que responda aos desafios que começamos a identificar, como, por exemplo, formar alunos que irão enfrentar empregos, ofícios que ainda não conhecemos, porque não foram criados, mas já podemos prever uma mudança no mercado de trabalho, dado que cada vez mais tarefas são automatizadas, digitalizadas, o que sem dúvida terá um impacto social e exigirá soluções pertinentes do campo educacional.

Além de abordar os grandes problemas que nossos alunos enfrentarão, como mudanças climáticas, fenômenos migratórios, conflitos internacionais e problemas de saúde, os sistemas escolares do mundo estão gradualmente se encarregando de novas disciplinas e conhecimentos, como alfabetização em Tecnologia, pensamento computacional, formação cidadã e interculturalidade, bem como a implementação de estratégias pedagógicas ativas e transversais, como metodologias de projeto, resolução de problemas e investigação.

POR QUE EDUCAR?

A educação deve participar ativamente na vida e no crescimento das sociedades. A todo momento, as sociedades apresentam mudanças que exigem uma atualização educacional que permita ao indivíduo se adaptar às novas demandas do mundo moderno, gerar normas válidas para uma vida harmoniosa e social mais de acordo com essas demandas. Atualmente, pela lógica funcional em que estão sendo educados no modo de ver a realidade, estão preparados para competir e não para compartilhar.

De acordo com Durkheim:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

A educação representa o sentido da vida, seja ela social ou individual, e ajuda a orientar ou trabalhar para nossa existência comum. O modelo educacional centrado no humanismo deve formar homens e mulheres para prestar primordialmente um serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, alcançar sua própria felicidade.

Os educadores de hoje não podem passar sem ver a realidade atual: não vale a pena assistir com a bandeira do engenho. É importante gerar um pensamento mais axiológico que sustente uma educação com elementos formativos e que tenha como finalidade a conduta ética. A educação de valores visaria formar sujeitos éticos que tendam a realizar valores sociais fundamentais como a liberdade e a dignidade humana.

É fundamental que tanto as instituições de ensino quanto os professores entendam que educar não é sinônimo de acumular conhecimento. Esta é uma atitude muito limitada. O mais importante é que os alunos, por meio da formação, cresçam e amadureçam como pessoas, ou seja, que os alunos reflitam, analisem e compreendam sua própria realidade e trajetória de vida, gerando também uma forma crítica de assumir seu meio.

É importante também que haja qualidade sem conhecimento técnico-científico e que o aluno tenha, para obter essa formação, a possibilidade de aplicá-la em benefício da sociedade em que vive.

Da mesma forma, a educação em valores é necessária para entender a tolerância, a justiça, a liberdade, a democracia, a solidariedade e que esses valores passem a fazer parte do cotidiano dos indivíduos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO

Os principais problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro são pobreza, desigualdade e exclusão social, importação do modelo econômico neoliberal ou modelo de substituição de importações que resultou em uma economia predominantemente global nos seguintes aspectos: finanças, livre circulação, marketing e uma economia superficial, gerando uma desvalorização do emprego ou do setor informal, criando uma ordem de expectativas decrescentes e domesticação social. Nesse sentido, os principais desafios são enfatizar a qualidade de vida, valorizar mais o presente, educar para o agora, educar para a mudança e gerar um aprendiz diferente cujas principais características seriam a flexibilidade, a inclinação para a democracia, a justiça e a segurança.

A educação é também considerada instrumento de desenvolvimento econômico, de diminuição das diferenças econômicas entre indivíduos, de permeabilização das classes sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, (ROSSI, 1980, p.17).

A universalização da cultura resulta em um conjunto de características ambivalentes que geram um consumo de sensações e não a experiência de viver. A contemporaneidade e o pluralismo cultural repercutem em nosso localismo e provincianismo, pois geralmente nos apegamos às nossas tradições e isso deriva da insegurança que sentimos diante de culturas e tradições estranhas ou estrangeiras que nos chegam de repente e, embora seja verdade, tememos a princípio, com o passar do tempo nos identificamos com essas novas formas transculturais até "torná-las nossas", gerando assim uma perda de identidade que se reflete principalmente nos jovens que perdem o sentido de sua vida.

A ERA TECNOLÓGICA FRENTE A EDUCAÇÃO

Dada a multiplicidade de desafios que a humanidade enfrenta, hoje a educação não é mais uma opção, mas uma obrigação. A mudança vertiginosa que a entrada do mundo tecnológico provocou é tal que temos que nos questionar cada vez mais. De maneira especial à geração de pessoas que nasceram em um mundo onde as tecnologias não são um avanço, mas uma realidade, devemos enfrentá-las, de diferentes maneiras, pois as ameaças deste século não são o analfabetismo de não saber ler ou escrever, mas sim o analfabetismo tecnológico.

Para Tajra:

A informática é um dos pontos fundamentais da era digital, uma das mídias mais utilizadas no mundo todo, pois ela traz consigo a internet, onde quase cem por cento dos alunos sabem utilizar e a utilizam para as mais determinadas possibilidades tanto para lazer quanto para pesquisas. (TAJRA, 1998 p. 56)

Os jovens obrigaram-nos a redesenhar a forma de ensinar, as novas gerações, os centenários, redefiniram ou reformularam a nossa visão na sala de aula e na sua forma de aprender.

De acordo com Tarja, a tecnologia pode ser dividida em três grupos:

Tecnologias físicas: são as inovações de instrumentais físicos, tais como caneta esferográfica, livro, telefone, aparelho celular, satélites, computadores. Estão relacionadas com a Física, Química, Biologia. Tecnologias organizadoras: são as formas como nos relacionamos com o mundo; como os diversos sistemas produtivos estão organizados. As modernas técnicas de gestão pela Qualidade Total são um exemplo de tecnologia organizadora. Os métodos de ensino, seja tradicional, construtivista, montessoriano, são tecnologias de organização das relações de aprendizagem. Tecnologias simbólicas: estão relacionadas com a forma de comunicação entre as pessoas, desde a iniciação dos idiomas escritos e falados à forma como as pessoas se comunicam. São os símbolos de comunicação (TAJRA, 2012, p. 41-42)

Durante vários séculos, a educação baseou-se na transferência de conhecimento, com um sujeito que forneceu a informação, o professor (ativo), e um aluno que, ao recebê-la, memorizou (passivo) e assim adquiriu preocupações que o credenciaram de que ele tinha aprendido. Hoje os jovens, pela primeira vez na história, têm acesso imediato à informação e o conhecimento está ao seu alcance, ou em suas mãos com um clique. Se considerarmos que a palavra estudante -do latim: o prefixo "a" significa "sem" e "lumno" da raiz "lumen luminis", luz – podemos deduzir que um aluno que entra na sala de aula hoje não precisa de um professor para "iluminá-lo", pois tal ação se encontra individualmente através do uso das tecnologias disponíveis. Muitos dos professores de hoje fizeram parte dessa formação enciclopédica, estruturada, que exigia tempo para buscar informações, para então iniciar o processo de interpretação e memorização. Hoje isso faz parte do passado.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão transformando nossa vida pessoal e profissional. As formas de acesso ao conhecimento e à aprendizagem, os modos de comunicação e a forma de se relacionar estão mudando, a ponto de a geração, o processamento e a transmissão da informação se tornarem um fator de poder e produtividade na "sociedade informacional" (Castells, 1997). A produtividade e a competitividade dependem cada vez mais da capacidade de gerar e aplicar informações baseadas no conhecimento.

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008, p. 13).

Nunca antes se exigiu uma aprendizagem contínua nas diversas áreas profissionais e, em particular, nas relacionadas com o desenvolvimento dos processos educativos.

A concepção de aprendizagem e, conseqüentemente, as estratégias de ensino voltadas para sua promoção, também passaram por mudanças substanciais. Enquanto o papel do ensino tradicional era fornecer informações, o papel do aluno restringia-se a assimilá-las por meio da prática e da repetição, fora de seu contexto real de uso. Hoje, ao contrário, considera-se que a aprendizagem não pode ser transmitida, mas deve ser construída pelo próprio indivíduo (construtivismo).

As teorias de aprendizagem atuais destacam seu caráter ativo, destacam a abstração e a transferência como qualidades centrais, que só são possíveis quando o aluno aplica seus conhecimentos a uma atividade plena de sentido e em contextos variados que permitem generalização. As demandas que hoje se levantam em nossas sociedades exigem, mais do que conteúdos de aprendizagem, poder aprender ao longo da vida com autonomia, ou seja, determinar autonomamente o que se deve aprender, pesquisar, avaliar criticamente, selecionar as informações relevantes e saber como use-o para realizar tarefas ou resolver problemas.

[...] a questão que se coloca para a perspectiva histórico-social é a de como superar uma tecnologia que inerente a si traz a lógica de dominação da ordem que a criou. Essa lógica, no caso do computador, se atrela à razão instrumental, reduzindo o entendimento do mundo às suas categorias. Assim, só é possível pensar que o computador no ensino possa se associar com alterações sociais para a construção de uma ordem mais justa, se julgarmos que essas alterações prescindam do agir político (CROCHIK, 1998, p. 134).

Essas mudanças nos objetivos de aprendizagem significam modificar radicalmente as estratégias de ensino favorecendo uma participação mais ativa do aluno. Isso é chamado de "ensino centrado no aluno" ou "aprender a aprender". Mudanças nas estratégias de ensino exigem que o professor, além de dominar os conteúdos curriculares, tenha conhecimento dos processos envolvidos na aprendizagem; e requerem a utilização de métodos flexíveis, adaptados às necessidades individuais e baseados no diálogo, para oferecer o feedback necessário durante o processo instrucional.

A educação deve se adaptar às transformações dos tempos e com ela os professores também. O mundo de hoje valoriza a inovação, que não é apenas o uso de ferramentas tecnológicas, mas também a geração de propostas que se adaptam aos novos paradigmas do século XXI.

Nas últimas décadas, incorporamos o uso de tecnologias, já nos propusemos dentro de uma sala de aula virtual, mas mesmo assim nos baseamos principalmente na incorporação de ferramentas e políticas de inclusão, mas elas não mudaram a concepção estruturada tradicional do atual modelo educacional.

Hoje a demanda geracional implica pensar a escola e a universidade deste século e, como tal, um novo modelo. A mudança está no desenvolvimento de um mapa que se adapte e antecipe um mundo que não para de mudar,

Certamente o professor deve ser um designer, sua práxis, juntamente com as habilidades sociais, que ele dá, de forma presencial, será um presente para dar nas salas de aula, a 'expertise' será mais interessante e motivadora do que a teórica, para este novo destinatário, os conhecimentos se forem teóricos e empíricos, ao mesmo tempo, serão um complemento essencial. Eles precisam mais do que nunca se sentirem movidos e convidados a participar das aulas, a necessidade vem do desprazer, ou seja, eles devem sentir a necessidade de aprender, o desejo é o que você não tem, portanto, eles devem querer aprender e o desejo é poder se ver no futuro, devem ansiar por saber que com esses aprendizados terão um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um mundo em crise, em uma sociedade do conhecimento e em uma era em que o tempo é fluido, nada dura, tudo muda e é instável.

A sociedade diversificada e heterogênea do novo milênio é caracterizada por uma série de crises internas no estado de bem-estar: a crise social, a crise ambiental e as práticas insustentáveis, a crise dos Estados, a ameaça da globalização e, finalmente, a crise da democracia. As conseqüências dessas crises incluem a exacerbação da desigualdade social e econômica; a emergência de uma forma global de gestão planetária com novos centros decisórios que minaram o poder decisório de indivíduos e estados; e a perda de confiança dos cidadãos no sistema democrático devido à percepção de que as decisões políticas são distantes e difíceis de influenciar.

Quando novas formas de conhecimento e simbolização impregnam qualitativamente todos os aspectos básicos de uma sociedade, ou quando as estruturas e os processos de reprodução de uma sociedade são tão penetrados por operações dependentes do conhecimento que as operações de criação de informação, análise simbólica e sistemas especialistas são mais importantes do que outros fatores, então estamos falando da sociedade do conhecimento.

O grande desafio de uma sociedade do conhecimento é a geração de inteligência coletiva: a inteligência da sociedade como um todo é mais importante do que apenas ter uma sociedade composta por múltiplas inteligências individuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CROCHIK, José Leon. **O computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**: com um estudo da obra de Durkheim pelo profº. Paul Fauconnet; tradução do profº. Lourenço Filho. 11 ed. São Paulo, Melhoramentos, Fundação nacional de material escolar, 1978.
- ROSSI, W. G. **Capitalismo e Educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 3 ed. São Paulo, Moraes, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte. Autentica. 2006.
- TAJRA, S. **Informática na Educação professor na atualidade**. São Paulo. Ed. Érica. 1998.
- TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2012.



Terezinha Joana Camilo

Graduada em Pedagogia, pela UNAR, Centro Universitário de Araras em 2009. Graduada em Artes Visuais pela Faculdade Mozarteum, FAMOSP em 2017. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE em 2012. Pós-Graduada em Sociologia pela Faculdade Aldeia de Carapicuíba, FALC em 2014. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



A CONTRIBUIÇÃO DO DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THAIS FIDELIS DE PAULA SILVA

RESUMO: O desenho que a criança pequena faz pode ser classificado como uma espécie de documento, onde fica registrado tudo o que a criança expressa. Daí a importância de o professor de educação infantil conhecer a história do desenho, exemplificando que o mesmo naquela época servia para a comunicação dos primitivos e se estende até os dias atuais. A criança atualmente usa o desenho como recurso para se expressar e essa grafia é carregada de linguagem. A criança ao desenhar revela a sua capacidade e em que fase de desenvolvimento se encontra. Para melhor entendê-la é necessário aprender a vê-la e observá-la, pois o desenho é para a criança uma linguagem, assim como a fala é para um adulto. Portanto, pretende-se nesta pesquisa compreender como o desenho infantil pode contribuir no processo de desenvolvimento de crianças inseridas na educação infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenho. Expressão. Linguagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo enfatiza o desenho como contribuição no desenvolvimento infantil. O desenho ocorre devido a várias circunstâncias naturais e sociais que ao longo do tempo vai se fazendo presente na vida da criança e repercutindo em seu desenvolvimento, tanto a nível motor como cognitivo. De acordo como Vygotsky em sua teoria histórico-cultural a aprendizagem se dá através das funções psicológicas e da relação social.

Não existe desenho certo ou errado o que motiva a criança a desenhar livremente sem pressão de acertos ou erros, tornando o desenho uma atividade prazerosa e reveladora.

O desenho da criança revela a visão que ela tem do mundo e como compreende as coisas e as pessoas e principalmente como ela se coloca e se percebe nesse mundo.

Como objetivo central busca-se delinear e investigar como o desenho pode contribuir no desenvolvimento de crianças inseridas na educação infantil, considerando que o mesmo é um recurso facilitador de expressão e linguagem.

O diálogo teórico é fundamentado em uma metodologia qualitativa, visando o aprofundamento da pesquisa sobre o desenho infantil e o modo como o mesmo auxilia o desenvolvimento de crianças inseridas na educação infantil. A pesquisa é realizada de forma indireta através de livros, artigos, periódicos e teses de mestrado e doutorado que abordam o desenho infantil como forma de expressão e desenvolvimento.

Partindo do pressuposto de que o desenho é uma ferramenta presente no cotidiano infantil e é o meio pelo qual a criança se relaciona com o mundo, o professor como mediador deve oferecer recursos para instigar a imaginação, utilizando-a como ferramenta para o desenvolvimento. Portanto se faz necessário incluir o desenho no ambiente escolar, de maneira que o professor utilize-o como um recurso didático importante no processo ensino aprendizagem, considerando que em seu desenho a criança expressa a maneira como se coloca e compreende o mundo, além do mesmo exemplificar o desenvolvimento alcançado pela criança pequena.

DESENVOLVIMENTO

A imagem é utilizada como forma de comunicação desde a pré-história pelos homens da caverna, através de figuras nas paredes eles expressavam seus pensamentos.

O mesmo acontece com o desenho infantil. Se por um lado o bebê utiliza o lápis e o papel para dar asas a sua imaginação, por outro, a criança através de seu desenho expressa seus pensamentos e a maneira como vê o mundo.

Toda criança desenha e isso se dá pelo fato de o desenho ser uma atividade lúdica e divertida, na qual fornece para a criança liberdade de se expressar através dos traços e das cores.

O desenho possui um importante papel na formação do conhecimento e deve ser valorizado desde as garatujas, considerando a valiosa bagagem que a criança expressa em seus desenhos. É para a criança a primeira forma de comunicação com o mundo ao seu redor, pois é através dele que a ela estabelece relação e expressão transmitindo seus gostos, medos, vontades, sentimentos.

“Ao desenhar a criança desenvolve o ato de se expressar e atua afetivamente com o mundo em sua volta, opinando, criticando e sugerindo. Ao falar de desenho a maioria dos autores referem-se à teoria de Luquet, por ser uma das mais relevantes na concepção do desenho como construção de conhecimento.” (PILLAR, 1996, p.42)

Conforme Luquet, qualquer que seja o fator que evoca a representação de um objeto e a intenção de desenhá-lo, o desenho da criança nunca é uma cópia fiel dos objetos. Isso porque a criança desenha conforme o modelo interno, a representação mental possui do objeto a ser desenhado. (Luquet *apud* PILLAR, 1996, p.42)

Ou seja, a criança não desenha fielmente o modelo do objeto real, mas sim da maneira como a mesma armazena mentalmente, sendo a representação mental.

Para Luquet a criança reconstrói o objeto a partir de uma elaboração. Ela elabora o objeto mentalmente e reconstrói representando em seu desenho.

O desenho é uma forma de representação que supõe a construção de uma imagem bem distinta da percepção. O que é desenho não é, então, a reprodução da imagem percebida visualmente, nem a imagem mental que a criança tem do objeto, consiste, sim, na construção gráfica que dá indícios do tipo de estruturação simbólica que a criança tem naquele momento. (Luquet *apud* PILLAR, 1996, p.42)

Nesta percepção, a criança não desenha a imagem obtida mentalmente e nem visualmente. Consiste em produções gráficas simbólicas obtidas pela criança naquele determinado momento.

A gravura infantil ocorre devido a várias circunstâncias naturais e sociais que ao longo do tempo vai se fazendo presente na vida da criança e repercutindo em seu desenvolvimento, tanto a nível motor como cognitivo.

A criança na maioria das vezes utiliza o desenho como forma de expressão e comunicação, sendo o resultado de seu pensamento. O desenho infantil corresponde ao nível de desenvolvimento da criança, não existe desenho certo ou errado, ele corresponde a um jogo entre símbolos e imagens. Busca sempre dar significado aos seus desenhos. Deste modo, consciente ou inconsciente ele é uma forma de comunicação. Nessa expressão artística a criança transmite aquilo que está pensando e o que quer dizer.

Uma das principais funções do desenho no desenvolvimento infantil é a possibilidade de representação da realidade. Transportar os objetos vistos e manipulados no mundo para o papel é uma maneira de lidar com os elementos do dia a dia.

A ilustração como um tipo de atividade expressiva, impulsiona o desenvolvimento mental, auxilia a expressão de pensamentos e contribui para o desvendamento da complexidade do mundo infantil. Deste modo, ajuda na representação do mundo e na construção da identidade de cada criança.

Para Moreira (1984, p.20) A criança desenha para falar de seus medos, suas descobertas, suas alegrias e tristezas. A criança desenha para revelar o seu mundo interno, para deixar evidenciado a maneira como vê o mundo a sua volta.

O desenho como possibilidade de brincar, o desenho como possibilidade de falar, marca o desenvolvimento da infância, porém em cada estágio, o desenho assume um caráter próprio. (Moreira 1984, p.26)

Estes estágios que Moreira menciona, definem maneiras diferentes de desenhar, mas que muitas vezes são similares nas crianças, apesar da individualidade de cada uma. Essa maneira de desenhar particular de cada idade varia, por questões de culturas, vivências e personalidades distintas.

Os desenhos de crianças da mesma faixa etária são similares quanto aos traçados e movimentos. Para Moreira (1984, p. 26) o que muda, naturalmente são os objetos significativos que compõe o ambiente de vivência da criança e que são expressos nos desenhos.

As fases do desenho classificam o desenvolvimento infantil baseando-se na faixa etária. As crianças da mesma idade produzem desenhos semelhantes quanto a riscos e rabiscos, pois muitas vezes se encontram na mesma fase de desenvolvimento. A autora destaca que o que pode variar de desenho para desenho são os objetos que compõe o meio onde a criança vive, que para ela particularmente tem um significado e por isso merece ser expresso em sua obra.

É através da imagem visual que a criança estimula sua imaginação e passa para o desenho a sua leitura de mundo, e os significados que tal acontecimento tem para si.

Os desenhos das crianças, assim como todas as suas formas de expressão podem ser considerados um reflexo da sua criatividade infantil, pois são os registros dos seus sentimentos e das suas percepções do meio, o que proporciona ao professor um modo de compreender melhor seu aluno e assim ajudá-lo, pois “a arte infantil faculta-nos não só a compreensão da criança mas também a oportunidade de estimular seu desenvolvimento, através da educação artística” (LOWENFELD e BRITAIN 1970, p. 176).

É por meio do desenho que a criança expressa a sua criatividade, seus sentimentos e como se coloca em relação ao mundo, o que fornece para o professor uma maneira de conhecer melhor o seu aluno, estimulando o seu desenvolvimento quando necessário.

Derdyk (1989) salienta o poder da imagem visual. O desenho como forma de pensamento, propicia oportunidade de que o mundo interior se confronte com o exterior, a observação do real se depare com a imaginação e o desejo de significar. Assim memória, imaginação e observação se encontram, passado e futuro convergindo para o registro da ação no presente. Como pensamento visual, o desenho é o estímulo para exploração do universo imaginário.

Para a autora, o desenhar envolve o ato mental de simbolizar e representar, tendo como base o desenvolvimento cognitivo da criança, o relacionamento com as pessoas que a cercam e o espaço em que vive, onde o mundo interior da criança se confronta com o mundo exterior.

Moreira (1984) salienta a necessidade do respeito ao desenho infantil, não apenas pelo espaço de liberdade de expressão que constitui, como também pela sua condição de linguagem, tendo em vista o papel do desenho no processo de desenvolvimento humano.

A interpretação do desenho da criança depende do olhar de quem está interpretando, pois, no desenho são expressos sentimentos, significações e emoções, sendo ele parte fundamental do mundo infantil. Por isso o desenho não deve ser encarado como uma modalidade somente de expressão e de representação da realidade, mas também como resultado de atividades que envolvem aspectos cognitivos e emotivos.

O desenho espontâneo infantil deve ser valorizado evidenciando a importância do ato de desenhar para a elaboração conceitual dos objetivos feitos pelas crianças; o papel do desenho na construção da significação e no desenvolvimento.

Segundo a autora Pillar é muito importante a valorização do desenho infantil, pois ele possui uma ligação direta com o processo de desenvolvimento da criança, e conseqüentemente, com o processo de alfabetização.

Para ela o professor costuma dar importância ao desenho somente nas fases iniciais da garatuja, salientando que promove coordenação motora e percepção de cor. No entanto, o desenho é desconsiderado na fase inicial da alfabetização. Mas para a autora Pillar não é desnecessário. O desenho é importante pois tem ligação direta com a escrita.

Em sua pesquisa a autora defende que na fase em que a criança deixa de desenhar rabiscos e começa a saber o que realmente quer, automaticamente ela entra na fase Pré-silábica de entendimento da escrita, ou seja, ela reproduz a escrita mesmo sem saber fazer as palavras, ela as imita.

O professor como mediador deve auxiliar a criança na exploração de sua criatividade estimulando e nunca criticando, pois, a criatividade e o desenho não devem ser avaliados como obras de arte, mas sim como algo que a criança quer mostrar.

O livre arbítrio que o desenho possibilita é que deixa a atividade tão prazerosa, pois como já mencionado anteriormente não existe desenho certo ou errado o que proporciona para a criança a liberdade de fazer relações com o meio onde vive e se comunicar através dele. Essa liberdade de expressão proporciona a oportunidade de desvendar o mundo interno da criança.

Do mesmo modo em que tentamos desvendar o mundo da criança, a criança também tem o interesse de desvendar o mundo do adulto. Muitas vezes ela desenha imitando gestos ou até mesmo a escrita que é tão presente no mundo adulto. Segundo a autora Mèredieu:

[...] A criança frequentemente sente necessidade de macular os desenhos do vizinho e os primeiros rabiscos são quase sempre efetuados sobre livros e folhas aparentemente estimulados pelo adulto, possessão simbólica do universo adulto tão admirado pela criança pequena. (MÈREDIEU 1974, p.9)

A capacidade de pensar de forma independente e criativa favorece a visão de mundo da criança, onde a mesma opina de forma expressiva.

Portanto, o desenho infantil de maneira geral deve ser valorizado e estimulado a fim de promover o desenvolvimento e o professor nesse processo atua como mediador de conhecimento.

CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO E DO DESENHO NA CONCEPÇÃO DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VYGOTSKY

A autora Teresa Rego em seu livro *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação* comenta que para compreender a teoria histórico-cultural é necessário compreender as teses básicas de Vygotsky.

A primeira tese refere-se ao relacionamento do indivíduo com a sociedade. Para Vygotsky o ser humano não nasce dotado de características exclusivas dos seres humanos, isso se dá a partir da interação do homem com seu meio sociocultural.

A segunda tese é decorrente da ideia anterior. Segundo Rego (1995, p.41) as funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo e seu contexto cultural e social.

A partir das relações humanas em seu aspecto social e cultural é que se origina as funções psicológicas, ou seja, o indivíduo estabelece características humanas a partir da interação. A cultura por sua vez é parte da natureza humana, já que as características psicológicas acontecem através das relações sociais e culturais.

A terceira tese se refere ao cérebro, que é compreendido como principal órgão da atividade mental. Segundo autora Rego (1995, p.42) o cérebro, produto de uma longa evolução, é o substrato material da atividade psíquica que cada membro da espécie traz consigo ao nascer. O cérebro é resultado das atividades psíquicas dos seres humanos, sendo compreendido como membro responsável pelo exercício mental.

Agora que já compreendemos as teses básicas de Vygotsky podemos abordar a teoria histórico-cultural de forma a facilitar o entendimento sobre o desenvolvimento social do conhecimento e do desenho.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky é um dos modos de conceber o desenvolvimento e o conhecimento humano, que se fundamenta não só a compreensão da constituição do desenho das crianças como também suas interpretações.

Vygotsky defende que a partir de um certo momento do desenvolvimento as forças biológicas não são as únicas que causam transformações. As explicações do desenvolvimento do indivíduo encontram-se não somente nos fatores biológicos, mas também nos fatores sociais.

Afirmando as influências dos fatores biológicos e sociais na formação do desenvolvimento da criança especificamente, Vygotsky comenta que o desenvolvimento infantil é um processo complexo que não se pode ser definido, em nenhum de seus estágios, com base em uma só de suas características.

Levando em conta a complexidade do universo infantil, não se pode definir o desenvolvimento da criança tendo como base somente o estágio em que ela se encontra. Além disso a criança não pode ser explicada somente pelos fatores biológicos. Os fatores culturais e sociais também constituem a criança. A concepção histórico-cultural coloca a criança como sujeito dos processos culturais.

O desenho, como signo, é considerado na teoria histórico-cultural não como simples derivado da memória, mas como algo constituído pelas interações sociais obtidas com outras pessoas.

Ferreira (1998, p.52) comenta que Vygotsky em sua teoria histórico-social defende que na relação com o “outro”, a criança aprende. O desenho do “outro” pode impulsionar o seu desenho e, na inter-relação, a figuração pode transformar-se.

O ato de desenhar implica funções como a percepção, a atenção, a memória, a imaginação, é constituída e mediada por signos, pela linguagem e pelo “outro”, ou seja, por funções psicológicas e interações sociais. O desenho desde o rabisco até a sua maior complexidade pode adquirir o caráter simbólico.

Segundo a autora Ferreira (1998, p.47) como signo, o desenho pode ser ferramenta psicológica que dirige a conduta da criança, atuando como mediador no desenvolvimento das funções psicológicas. Ou seja, o desenho pode se tornar aliado, mediando as funções psicológicas da criança.

Portanto, as atividades mentais da criança são desenvolvidas com a interação social com o “outro” e com as funções psicológicas de cada indivíduo.

A representação da criança constitui também de figuração e imaginação, que gera um amplo campo de significações aberto a interpretações.

O DESENHO REVELANDO DESENVOLVIMENTO

Como já visto anteriormente, o desenho infantil é repleto de significações individuais e serve como um retrato de si próprio, onde a criança expressa seu modo particular de ver o mundo a sua volta, suas experiências e seus sentimentos.

Ao observar um desenho infantil pode-se notar presente ali uma série de elementos indicativos de desenvolvimento emocional, intelectual, físico e social.

Uma ilustração pode proporcionar a oportunidade do desenvolvimento emocional, e o grau em que isso é gerado está em relação direta à intensidade com que a criança se identifica com sua obra. Segundo a autora Aroeira:

[...] uma criança emocionalmente insegura está centrada na representação objetiva. Ao desenhar uma casa, não irá descrevê-la de maneira afetiva, designando-a como “minha casa” ou contando histórias que se passam ali. (AROEIRA 1996, p.51)

Ou seja, o desenho pode revelar o grau de desenvolvimento emocional a medida em que a criança se identifica com a sua obra. Caso isso não ocorra a criança se mostrará emocionalmente insegura, realizando representações objetivas.

A criança emocionalmente livre identifica-se intimamente com sua obra e sente-se segura diante de qualquer problema que venha de suas vivências. Através do desenho podemos identificar também o desenvolvimento intelectual. Segundo a autora Aroeira:

[...] o desenvolvimento intelectual da criança se manifesta na compreensão que ela tem de si própria e de seu meio. Duas crianças da mesma idade podem desenhar uma figura humana de duas formas muito diferentes, e essas diferenças muitas vezes revelam uma disparidade de níveis de desenvolvimento intelectual. (AROEIRA 1996, p.52)

Sendo assim, se compararmos o desenho de uma figura humana de duas crianças podemos observar variações, pois necessariamente eles não precisam ser iguais. Segundo a autora isso acontece porque o desenvolvimento intelectual acontece dependendo da maneira como a criança compreende a si própria e ao seu meio. Deve-se levar em consideração também a influência de fatores emocionais e afetivos.

Os traços e contornos podem revelar diferenças no desenvolvimento intelectual, pois o sujeito aprende através da sua própria ação. Daí a importância da criança tentar, experimentar e observar.

A gravura infantil através do manuseio e da habilidade com o lápis, pincel ou massinha revela também o desenvolvimento físico da criança. Segundo a autora Aroeira (1996, p.53) o manuseio desses materiais no ato de desenhar expressa a coordenação motora e a coordenação visual.

A autora destaca que os desenhos e as pinturas além de mostrar a relação da criança consigo mesma, também transmite a relação da mesma com o outro relevando o seu desenvolvimento social. Para Aroeira (1996, p. 53)

É comum a criança incluir nos desenhos as pessoas com quais mantém relações significativas, e quanto mais se desenvolve sua consciência das pessoas e da influência que elas exercem em sua vida, mais elas aparecerão em seu conteúdo temático. (AROEIRA 1996, p.53)

Ou seja, em seus desenhos a criança inclui as pessoas mais significativas em suas relações e ao passo em que vai desenvolvendo habilidades e percebendo a influência dessas pessoas em sua vida, mas elas aparecerão em suas grafias.

Por meio do desenho, a criança expressa seu modo de ver o mundo e os aspectos emocional, intelectual, físico e social de seu desenvolvimento. O professor enquanto mediador deve explorar o universo perceptivo do aluno chamando a atenção para cores, texturas e tamanhos utilizando o desenho como recurso e ferramenta para uma aprendizagem mais ampla e prazerosa.

O traçado como ferramenta avaliativa é um dos diversos caminhos que nos dá a possibilidade de ver como a criança inicia o seu processo de adaptação à realidade através de uma conquista física, prática, funcional, aprendendo a lidar de forma cada vez mais coordenada, flexível e intencional com seu corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto dos estudos realizados acerca do desenho, reconhecemos a importância dessa manifestação gráfica, altamente criativa que se faz presente no universo infantil. O ato de desenhar é visto como a atividade artística preferida das crianças cuja a produção é rica em detalhes que expressam e comunicam.

O rabisco infantil ao longo do tempo vem se mostrando uma importante ferramenta para compreendermos o desenvolvimento da criança e também sobre a sua aprendizagem, ao mesmo tempo, que nos indica sobre a percepção infantil da realidade vivenciada pelas crianças.

O riscar na infância ocorre devido a várias circunstâncias naturais e sociais que ao longo do tempo vai se fazendo presente na vida da criança e repercutindo em seu desenvolvimento, tanto a nível motor como cognitivo.

A criança na maioria das vezes utiliza o desenho como forma de expressão e comunicação, sendo o resultado de seu pensamento. O desenho infantil corresponde ao nível de desenvolvimento da criança, não existe desenho certo ou errado, ele corresponde a um jogo entre símbolos e imagens. Ela busca sempre dar significado ao seus desenhos. Deste modo, consciente ou inconsciente ele é uma forma de comunicação. Nessa expressão artística a criança transmite aquilo que está pensando e o que quer dizer.

Uma das principais funções do desenho no desenvolvimento infantil é a possibilidade de representação da realidade. Transportar os objetos vistos e manipulados no mundo para o papel é uma maneira de lidar com os elementos do dia a dia.

Ao desenhar, a criança desenvolve seus processos criativos, ampliando seu potencial de expressão. O desenho está intimamente ligado com o desenvolvimento global da criança, conforme ela vai evoluindo, vai modificando também a sua maneira de se expressar graficamente. Desenhando a criança estabelece relações do seu mundo interior com o exterior, adquire e reformula seus conceitos e aprimora suas capacidades, envolvendo-se afetivamente, convivendo socialmente e operando mentalmente, indo de encontro com um desenvolvimento pleno.

Nessa perspectiva, o desenho da criança favorece o seu desenvolvimento criativo e sua aprendizagem. Faz necessário conscientizar o educador para refletir sobre seu papel que é de formar um ser humano completo dentro de seus ideais, valorizando assim o desenho da criança e olhando para o mesmo como algo importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROEIRA, Maria Luísa Campos. **Didática de pré-escola: vida criança: brincar e aprender/** Maria Luísa C. Aroeira, Maria Inês B. Soares, Rosa Emília de A. Mendes. São Paulo: FTD, 1996.
- LOWENFELD, V.; BRITAIN, W. L. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora.** São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MÈREDIEU, Florence. **O desenho infantil.** São Paulo: Cultrix, 1974.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. **O espaço do desenho: a educação do educador**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e construção de conhecimento na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e escrita como sistemas de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FERREIRA, Sueli. **Imaginação e linguagem no desenho da criança**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho**. São Paulo: Scipione, 1989.


VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



Thais Fidelis de Paula Silva

Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo, Licenciatura Plena em Artes Visuais pela Faculdade de Educação Paulistana, FAEP. Pós-Graduação Latu sensu em Práticas Educativas: Criatividade, Ludicidade e Jogos pela Faculdade de Ciência e Tecnologia Paulistana, SP. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A top-down view of a desk with various items: a tablet with a black screen, a clear jar of copper paper clips, a small jar of buttons, a copper pen, a white pen, and a notebook with a marble pattern and the word 'JOURNAL' visible. The text is centered in a white box.

**NÃO CUSTA NADA
HOMENAGEAR
UM PROFESSOR/A
ESPECIAL**

Envie sua homenagem com algumas fotos para:
primeiraevolucao@gmail.com

TEA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO

RESUMO: Os processos da educação inclusiva estão cada vez mais encontrando seu caminho nas discussões de políticas educacionais e educacionais. A legislação brasileira apresenta inúmeros desdobramentos sobre esse assunto, mas se você olhar para as escolas, nem todas conseguem alcançar a inclusão de forma satisfatória. Portanto, este artigo teve como objetivo discutir a questão do Apoio Educacional Especializado (AEE) voltado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa tem caráter qualitativo e os resultados mostraram que os desafios que as escolas enfrentam e principalmente os professores é conseguir realizar o processo de inclusão e atividades diversificadas de forma satisfatória contribuindo para o desenvolvimento desses estudantes.

Palavras-chave: Acolhimento. Autismo. Desenvolvimento. Educação Especial. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão começou no exterior, pois até então as pessoas com deficiência, mulheres e negros, eram excluídas da sociedade. A ideia original era apenas incluir essa pessoa na sociedade sem se preocupar com seus direitos. No entanto, com o passar do tempo essa visão mudou e conforme a sociedade sofria, políticas públicas sobre o tema foram criadas para permitir a verdadeira inclusão.

Com o tempo, outros países começaram a despertar para o assunto. A diversidade, a inclusão e a Educação Especial passaram a fazer parte das discussões relacionadas ao ambiente escolar, preservando direitos a fim de garantir uma educação de qualidade, que desenvolva a autonomia desses estudantes.

No começo, a inclusão ocorria apenas para integrar o estudante naquele ambiente. Com a Declaração de Salamanca, houve a discussão de matriculá-los em classes regulares comuns, além de uma metodologia de ensino voltada para o educando, transformando assim o cenário educacional.

O problema é que ainda nos dias de hoje, é possível encontrar muitas escolas, que enfrentam dificuldades para que a inclusão realmente aconteça. Por isso, o presente trabalho discute as perspectivas e os desafios enfrentados nas escolas públicas quanto ao processo de inclusão, o que envolve a todos os estudantes independente de se ter algum tipo de deficiência ou não.

Assim, para a presente pesquisa, a metodologia utilizada foi a de caráter qualitativo, sendo realizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema.

O PROCESSO DE INCLUSÃO

No início:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil. (MAZZOTA, 2005, p. 17)

No Brasil, a situação começou a mudar apenas no século XIX. Inicialmente, foram criados centros especializados para o seu tratamento. Em 1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Três anos depois, o Instituto para Surdos e Mudos. Inicialmente, essa instituição era privada, mas após a aprovação da Lei nº 939/1956, a instituição passou a atender também pessoas de baixa renda. Em

1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi para ajudar os deficientes mentais.

Quanto ao Instituto Benjamin Constant (IBC), pode-se destacar:

Em 1947, o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cegos. No período de 1951 a 1973, passou a realizar tal curso de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (MAZZOTA, 2005, p. 33).

Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) com o objetivo de atender diversos tipos de deficiência. Portanto, o ambiente escolar também precisou ser modificado, ampliando seu atendimento e estimulando as pessoas que frequentavam a escola a se desenvolverem por meio de atividades criativas para o mercado de trabalho. Assim foi criada a primeira oficina de atividades para trabalhar com marcenaria, que levou à inclusão dessas pessoas na sociedade da época:

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados desse século. (MAZZOTA, 2005, p. 15)

Em 1994 foi produzido um documento baseado na discussão que teve lugar na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca (UNESCO). Entre outras coisas, o documento levantou a necessidade de colocar pessoas com deficiência em salas de aula compartilhadas. Outros temas discutidos na conferência também podem ser destacados, como: a Convenção da Guatemala que introduziu em seu texto a discussão sobre a eliminação de todas as formas de discriminação e a plena promoção da integração das pessoas com deficiência na sociedade.

Também define discriminação como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em qualquer tipo de deficiência que impeça ou anule o reconhecimento ou exercício dos direitos humanos e suas liberdades fundamentais. Esta Convenção foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Na área da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado em 2001 com os seguintes aspectos em mente:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

A partir desse momento foi possível criar novas leis, decretos, normas, documentos orientadores e outras políticas públicas para garantir os direitos das pessoas com deficiência para que possam ser incluídas de uma vez por todas na sociedade e no campo da educação.

FALANDO SOBRE TEA

O primeiro estudioso a discutir o autismo foi o médico austríaco Kenner nos Estados Unidos. Este estudo começou observando características de alguns de seus pacientes, descritas em um estudo clássico em 1938. Neste trabalho foram descritas onze crianças com o mesmo transtorno: oito meninos e três meninas (KANNER, 1943). Era assim que as pessoas com autismo eram vistas naquela época:

O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas difíceis determinar se a manifestação é ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Kohane *et al.* (2012) caracteriza o autismo como um transtorno que causa dificuldades de socialização e comunicação e se manifesta no desenvolvimento infantil desde a mais tenra idade. Pessoas com essa síndrome apresentam diferenças de comportamento, o que pode indicar a presença do transtorno. O problema está associado a uma gama de características que apresentam graus variados de gravidade e associação com outros tipos de transtornos, resultando em indivíduos apresentando desafios diferentes para familiares, profissionais e educadores.

Daí a necessidade de desenvolver um trabalho individualizado com o auxílio de um profissional. Tardif (2000) argumenta que a educação de autistas normalmente segue o modelo difundido por organizações de pesquisa, como o Council for Exceptional Children (CEC, 2009), que oferece inúmeras oportunidades de trabalho com esses alunos que trazem diferentes habilidades que podem ser desenvolvidos por professores.

Observe que as crianças autistas aprendem de maneira diferente por causa da relação diferente entre o significado da informação e o que é processado no cérebro. A informação é recebida, mas não totalmente convertida em conhecimento.

Portanto, o professor deve entender as diferenças de cada indivíduo, pois, as crianças autistas também precisam aprender. Assim, para facilitar esse processo, foi elaborada a Nota Técnica, que descreve a utilização de uma Prática Baseada em Evidências (PBE) apontando a aquisição de conhecimento teórico-metodológico na área de tecnologia assistiva com o objetivo de complementar à comunicação (BRASIL, 2013, p. 3).

No Brasil cabe ressaltar que não há documentos que regulem a obrigatoriedade da implantação da PBE nas escolas. Nascimento e col. (2016), argumenta que os documentos da Secretaria de Educação que abordam especificamente estratégias educacionais para o ensino de estudantes autistas ainda são escassas.

Nos Estados Unidos esses padrões funcionam muito bem, mas no Brasil as lacunas são bastante acentuadas. Azevedo (2017) apontou em revisão bibliográfica que menos de 20% dos profissionais da educação possuíam formação específica ou continuada em educação especial e não foram encontrados registros de formação específica para transtornos do espectro autista (TEA):

Se por um lado estas mudanças nas concepções incitam a criação de novas expectativas educacionais por parte das pessoas com deficiência, das suas famílias e da sociedade em geral, além de incitar a reavaliação dos projetos pedagógicos das unidades escolares, em específico, dos seus objetivos e dos sistemas de avaliação, em todos os níveis; por outro, projetam uma perspectiva muito otimista para a educação especial, considerando como ela tem se desenvolvido até agora [...] (FERREIRA, 2002, p. 98).

Portanto, no Brasil ainda existem escolas e profissionais despreparados para atender estudantes autistas e a falta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para acompanhá-los e assim auxiliar no seu desenvolvimento. Portanto, as habilidades das crianças autistas devem ser levadas em consideração desde o início do trabalho educativo:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

Dessa forma, o trabalho com autistas deve envolver a todos:

Para além da relação professor aluno, as estratégias inclusivas devem acionar a comunidade escolar e os familiares dos estudantes. “É importante garantir momentos para que todos discutam a questão e possam pensar de forma conjunta ações concretas para que a inclusão aconteça”, recomenda o educador (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

Para que isso aconteça, é necessário que as famílias tenham apoio para que se sintam empoderadas para ajudar seus filhos, dando-lhes mais oportunidades, perspectivas e autonomia. Também precisamos considerar que outras crianças são diagnosticadas com TEA tardiamente, o que de qualquer forma, deve ter seus direitos respeitados e garantidos, além de uma educação de qualidade:

Por isso, mais do que a aprendizagem em si, é preciso se ater à qualidade de ensino oferecida. “É necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proponha atividades diversificadas para todos e considere o conhecimento que cada aluno traz para a escola”, sugere Maria Teresa. A educadora aponta que é fundamental se afastar de modelos de avaliação escolar “que se baseiam em respostas pré-definidas ou que vinculam o saber às boas notas”, critica (BASÍLIO e MOREIRA, 2014, s/p.)

Pode-se dizer que o professor deve estar preparado para este trabalho, sabendo que é um processo que deve ser contínuo. Atividades de lazer, jogos e brincadeiras estimulam a coordenação motora e também auxiliam na interação social com outros colegas, o que a faz se sentir incluída no ambiente que visita:

Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances dela promover novas aprendizagens, ou seja, independente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor (SCHWARTZMAN e ASSUNÇÃO JUNIOR, 1995).

Significa dizer que o trabalho diferenciado faz toda a diferença na vida dos estudantes. O processo de inclusão deve atingir a todos trazendo oportunidades de aprendizagem. A escola deve estar comprometida com o desenvolvimento e abordar o processo de inclusão, materiais e métodos de ensino que possam significar uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas desses estudantes. Deve-se ter em mente que diferentes estratégias são de extrema importância para a inclusão no ambiente escolar:

Criar e organizar estratégias que percebam as questões individuais e de grupo, que permeiam o processo de aprendizagem, e utilizá-las a seu favor, seja como pistas para estudo e pesquisa, seja como produção de práticas pedagógicas que tencionem permanentemente os processos de ensino e aprendizagem implementados em sala de aula (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 330).

Assim, se requer um desenvolvimento baseado em conhecimentos teóricos, práticos e científicos, que beneficiem o trabalho docente, e que se tenha os direitos educacionais garantidos. As possíveis dificuldades observadas são denotadas principalmente pelo grupo social em que estão inseridos, onde investimentos em educação levam à visão predominante do desenvolvimento inferior em relação às crianças (CRUZ, 2014, p. 60).

Também é necessário que as habilidades das crianças sejam levadas em consideração para que ela se desenvolva. O professor pode contribuir para o desenvolvimento social da criança por meio do uso de recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição e comunicação da linguagem e adaptação comportamental (SILVA, 2012, p. 158).

Deve-se também desenvolver com as crianças a prática da tolerância, da paciência, da solidariedade e da confiança para que a criança se sinta acolhida tanto pelo professor quanto pela turma em que está matriculada: [...] ser levados em conta, por exemplo: as dificuldades de comunicação dos autistas e as mudanças bruscas de humor dessas crianças. (PEREIRA, 2009, s/p)

Para muitos, no entanto, a inclusão ainda é uma questão clara e um desafio. As peculiaridades relacionadas às deficiências aliadas ao desenvolvimento de uma prática pedagógica não direcionada, só contribuem para a dificuldade de um trabalho de intervenção adequado para as crianças (MATOS e MENDES, 2014).

O envolvimento da família na escola ajuda a determinar o sucesso ou fracasso do processo de inclusão na escola. Infelizmente, muitas vezes as famílias não compreendem a importância de se acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), acreditando que se seu filho participar, tudo ficará bem. Para que essa interação ocorra, é necessário fortalecer a formação de professores e criar uma rede de apoio entre professores, gestores e principalmente famílias para um retorno efetivo à educação inclusiva de qualidade.

Além disso, o envolvimento das famílias deve ser visto como parte importante do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009). Entrevistas com as famílias, enfatizando o

papel da escola no apoio social à família, afeta diretamente o desenvolvimento da criança (POLONIA e DESSEN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, é possível concluir que O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da Educação Inclusiva têm avançado, principalmente voltadas para a questão das políticas públicas, e o desenvolvimento dos estudantes.

Assim, em sala de aula é preciso que o professor proponha diferentes estratégias para trabalhar com os estudantes de modo a que a inclusão realmente aconteça. Garantir a aprendizagem a todos é essencial, bem como desenvolver a tolerância, a paciência, a solidariedade, a amizade e principalmente a confiança para que os estudantes se sintam apoiados e acolhidos.

Assim, deve-se oportunizar o desenvolvimento de diferenças e habilidades, dando-lhes independência e autonomia para que seja capaz de se socializar e aprender plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMY, M.D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- AZEVEDO, M.O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017, 153 p.
- BASILIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão**. 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica n. 24/2013/MEC/SECADI/DPE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acesso em 16 jun. 2020.
- CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação Escola família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
- CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.
- COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN. **What every special educator must know: ethics, standards, and guidelines for special education**. Arlington, VA: Council Exceptional Children, 2009.
- FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, ago, 2002.
- HATTGE, M.D., KLAUS, V. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. **Revista Educação. Especial** | v. 27 | n. 49 | p. 327-340 | maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. *Nervous Child*, 1943, n. 2, p. 217-250.
- KOHANE, I.S.; MCMURRY, A.; WEBER, G. **The Co-Morbidity Burden of Children and Young Adults with ASD**. *PlosOne* 7:e33224, 2012.
- MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.
- MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, 208 p.
- ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- SCHWARTZMAN, J.S.; ASSUMPCÃO JÚNIOR FB. Neurobiologia do autismo infantil. In: Schwartzman JS, Assumpção Júnior FB. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon; 1995. p 17-78.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Viviane de Cássia Araujo

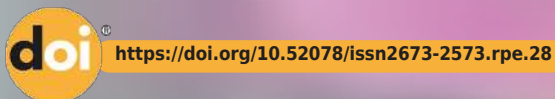
Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, ESTÁCIO/UNISEB; Pós-Graduação Lato-Senso em nível de Especialização em Pedagogias Humanísticas pela Faculdade XV de Agosto, FAQ. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



ORGANIZAÇÃO:
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Ana Paula Brito Paixão
Anna Carolyn Lima Kecek Ruiz
Bruna Dias Campos
Fabiana Lemes da Silva
Ivan Aparecido da Silva
José Aparecido Santana
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Mônica Lara Marsura
Quitéria Maria da Silva Barros
Thais Fidelis de Paula Silva
Terezinha Joana Camilo
Viviane de Cássia Araujo



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

